

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

ROSILAINE BRASIL KUNZLER

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA
A PARTIR DA APOSENTADORIA E DO ENVELHECIMENTO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela Assistente Social Rosilaine Brasil Kunzler, como requisito final para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Leonia Capaverde Bulla.

PORTO ALEGRE

2009

ROSILAINE BRASIL KUNZLER

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA
A PARTIR DA APOSENTADORIA E DO ENVELHECIMENTO**

PORTO ALEGRE

2009

ROSILAINE BRASIL KUNZLER

**A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA
A PARTIR DA APOSENTADORIA E DO ENVELHECIMENTO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela Assistente Social Rosilaine Brasil Kunzler, como requisito final para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.

Aprovada em 27 de março de 2009, pela Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla – Orientadora – PUCRS

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern – PUCRS

Profa. Dra. Ruthe Corrêa da Costa – ULBRA/Canoas

Profa. Dra. Elizabeth M. Kieling Pedroso – PUCRS – Ciências Sociais

Profa. Dra. Geraldine Alves dos Santos – FEEVALE – Psicologia

Porto Alegre

2009

Às minhas escolhas.

Sempre minhas.

Em especial às que me trouxeram até aqui!

AGRADECIMENTOS

Concluir essa etapa da minha vida faz parte de um sonho, do qual dependem tantos outros... Além do esforço próprio para ter vencido mais esse desafio, quero manifestar os meus agradecimentos àquelas pessoas que “*sempre foram*” especiais e aquelas que “*se tornaram*” especiais, ao longo desta caminhada.

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me presenteado com a vida e no seu decorrer, com as mais ricas oportunidades, entre elas, a chegada deste momento, o qual, mais que uma conquista, representa a crença em um ideal, a escolha e o encontro com uma prática profissional por mim escolhida – a habilitação à docência em Serviço Social.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), berço de toda a minha formação profissional desde a Graduação. À Direção e ao Corpo Docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, pela amizade e pelos valiosos conhecimentos e princípios éticos transmitidos ao longo desta trajetória.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Antônio Ricardo Terra Dalpicol e Juliana Hellmann Cavalheiro, pela disposição sempre presente em contribuir e pela simpatia com que acolhem a todos os alunos, sem exceção.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter proporcionado a realização da Pós-Graduação em Serviço Social através da Bolsa de

Mestrado. E à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa de Doutorado.

À minha Orientadora, Profa. Dra. Leônia Capaverde Bulla, pelos momentos compartilhados na Graduação, no Mestrado e no Doutorado. Obrigada, pela confiança, pelo respeito ao meu modo de pensar, pela possibilidade de aprendizagem e pela disponibilidade em transmitir seus valiosos conhecimentos através da minha inserção nos diversos estudos de sua autoria no Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS). Meu reconhecimento, pelo estímulo constante e pelas palavras que sempre reiteraram meu interesse pela pesquisa em nossa área de formação. Meu carinho e admiração por sua competência profissional.

Em especial aos professores que compõem a presente Banca Examinadora desta Tese de Doutorado: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern (PUCRS), à Profa. Dra. Elizabeth M. Kieling Pedroso (PUCRS), à Profa. Dra. Ruthe Corrêa da Costa (ULBRA) e à Profa. Dra. Geraldine Alves dos Santos (FEEVALE), pelas importantes presenças e contribuições.

Às colegas do Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS), pelo coleguismo sempre presente neste espaço de estudo e formação profissional, que promove não só o debate acadêmico, mas também possibilita o surgimento de inúmeras amizades e de muitos momentos de alegria e descontração.

Às colegas do Curso de Doutorado, Turma 2005/1, por todos os instantes compartilhados e pela possibilidade de crescimento pessoal e profissional ao longo desses quatro anos. Da mesma forma, aos alunos das turmas onde realizei os Estágios Práticos Docente, pela receptividade e carinho com que me receberam e pelas valiosas indagações e contribuições que muito acrescentaram a esse momento de formação.

Aos homens e mulheres idosos(as), entrevistados(as), que com muita espontaneidade e disposição em colaborar se tornaram sujeitos desta pesquisa, narrando suas histórias de vida,

experiências, alegrias e frustrações frente à condição de aposentados, os quais se tornaram a “matéria-prima” deste estudo. Ao final deste processo, espero, sinceramente, que a investigação retribua os muitos ensinamentos que a mim transmitiram.

Às Assistentes Sociais Brenda Gomes Lorenzoni e Silvia Braccini Saldanha, amigas e colegas de profissão, com as quais compartilho o cotidiano de trabalho, vinculadas ao Comando da 3ª Região Militar de Porto Alegre.

À Assistente Social Rosane Grünewald, pela amizade compartilhada desde o ano de 1998, quando juntas iniciamos o Curso de Graduação em Serviço Social e dividíamos as nossas incertezas inerentes a qualquer aluno que se depara com o novo.

O meu agradecimento àquelas pessoas que sempre estiveram ao meu lado: a minha família, principalmente, aos meus pais Antonio e Rosí, pelas oportunidades dadas, as quais me garantiram a possibilidade de poder escolher uma carreira profissional a seguir.

Ao Fernando, pelos momentos em que me fiz ausente, e, ainda assim, o seu incentivo e compreensão sempre presentes no dia-a-dia e acima de tudo, nos encontros e desencontros de ideias sobre os mais diversos saberes.

Por fim, registro o meu reconhecimento a todas aquelas pessoas que simplesmente *passaram* e aquelas que *permaneceram* em minha vida ao longo desta trajetória de onze anos de estudos na Faculdade de Serviço Social da PUCRS, que, por não serem poucas, enumerá-las se torna impossível, pois, a esse momento, somam-se muitos rostos.

A cada um, muito obrigada. Foi maravilhoso ter encontrado com vocês!

RESUMO

O fenômeno do envelhecimento demográfico vem se acentuando gradativamente no Brasil. As novas concepções e características próprias dessa fase transformam a experiência da aposentadoria um momento cada vez mais atingível para homens e mulheres. Se antes, socializados, preparados e exigidos, cultural e economicamente, para cumprir o seu destino de trabalhador, após o afastamento da ocupação laboral e com a realidade da aposentadoria, homens e mulheres a partir dos 60 (sessenta) anos se veem desafiados a redimensionar as motivações pessoais às novas condições socialmente impostas: a aposentadoria e a velhice. A pesquisa tem por objetivo principal investigar como se processa a passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado e que ressignificados dão às suas vidas homens e mulheres idosos(as) na aposentadoria. Para aprofundar essas questões, contemplaram-se teoricamente os seguintes temas: envelhecimento, trabalho, aposentadoria e cotidiano. A pesquisa é norteada pelo método dialético-crítico, ressaltando-se às categorias de análise: totalidade, historicidade e contradição. Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada e a observação assistemática. Por se tratar de um estudo de gênero, foram entrevistados 60 (sessenta) sujeitos, sendo 30 (trinta) homens e 30 (trinta) mulheres, na faixa etária dos 60 (sessenta) a 96 (noventa e seis) anos de idade as mulheres e dos 66 (sessenta e seis) a 80 (oitenta) anos de idade os homens. Todos(as) aposentados(as) por tempo de serviço, pertencentes a diferentes realidades sociais, econômicas e culturais e residentes no meio urbano do município de Porto Alegre/RS. Na avaliação dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo, com base em Gagneten (1987). Na análise das experiências e significados da aposentadoria para homens e mulheres idosas constatou-se uma ambiguidade de sentimentos como: alegria, tristeza, frustração, alívio e perda. O estudo revela que, entre os homens, o desligamento do trabalho, o distanciamento das amizades conquistadas nesse ambiente e o reconhecimento de seu valor produtivo são os rompimentos mais identificados, considerados como perdas inevitáveis que chegam com o envelhecimento. Entre as mulheres idosas entrevistadas, a fase da aposentadoria é vivida como uma experiência positiva, à medida que, ao aposentar-se, resgata a possibilidade de retomar sua vida dentro de um espaço que sempre foi de seu domínio: o lar. Para ambos os gêneros, a perda de amigos e parentes próximos reduz o círculo de amizades, fazendo com que muitos idosos se sintam solitários, retraídos ou isolados, pois, na maioria dos casos, os descendentes possuem seus afazeres cotidianos próprios e o idoso nem sempre está incluído nos objetivos ou prioridades da família. Entre as conquistas da velhice para ambos os gêneros destacam-se: aposentadoria, experiência de vida, tempo livre, a possibilidade de tornarem-se avós, autoconhecimento, recasamento, voluntariado e o retorno aos estudos. Como desafios da velhice constataram-se: viuvez, solidão, surgimento de doenças e a dificuldade de locomoção. As estratégias de enfrentamento para a reorganização dos planos e projetos de vida e do cotidiano são múltiplas e estão relacionadas com a situação socioeconômica de cada idoso(a). Essas realidades distintas vividas entre os idosos(as) contribuem para que as fases da velhice e da aposentadoria sejam processos de intensas mudanças, em que a sua aceitação e a sua adaptação dependerão da maneira como cada um optou por vivenciá-las.

Palavras-chave: Envelhecimento. Trabalho. Aposentadoria. Cotidiano.

ABSTRACT

The demographic aging phenomenon has been gradually increasing in Brazil. The new conceptions and characteristics of this time of life transform the experience of retirement in a moment more attainable for men and women. If before retirement they are socialized, prepared and demanded culturally and economically in order to perform their work destiny, after the dismissal from the labor occupation men and women over 60 years are faced with the challenge of remeasure their personal motivations to the new conditions that are socially imposed: old age and retirement. This research has the objective of investigating the process of crossing from the condition of active worker to retired worker, and what are the resignifications that old aged men and women give to their lives on the retirement period. To make a profound study, these themes were theoretically observed: aging, work, retirement and quotidian. The research is guided by the critical-dialectic method, highlighting these analysis categories: totality, historicity and contradiction. A semi-structured interview and unsystematic observation were done in order to accomplish the data collection. Due to the fact that this is a gender study, 60 subjects were interviewed – 30 women between the ages of 60 to 96 years old, and 30 men between the ages of 66 to 80 years old. They were all retired due to the time of work, and they belong to different social, economical and cultural realities. They were all residents of the urban part of the city of Porto Alegre/RS. The content analysis method was used to evaluate the data collected, based on Gagneten (1987). In the analysis of the experiences and significations of retirement to men and women, it was possible to verify the ambiguity of feelings like joy, sadness, frustration, relief and loss. This study points out that, for the men, to stop working, to be distant of the friendships acquired in the work and the recognition of their productive value are the most identified ruptures considered as unavoidable losses that come with aging. For the elder women interviewed, the retirement phase is lived as a positive experience because, as she retires, she can retrieve the possibility of taking back the life in a space that has been always hers: the home. For both gender, the loss of friends and close relatives reduces the circle of friends, making possible to many elders feel lonely, reserved or isolated. This is because in most of the cases the descendents already have their own daily occupations and the elder is not always included in the objectives or priorities of the family. Both gender highlight, among the conquests of aging, retirement, life experience, free time, the possibility of becoming grandparents, self knowledge, remarriage, volunteering and return to study. As challenges of aging they point out widowhood, loneliness, diseases and locomotion difficulties. There are many strategies of standing up to reorganize the plans and projects of life and quotidian, and they are related with the socio-economic situation of each elder. These distinct realities lived by the elders contribute to the aging and retirement period to become processes of intense changing in which the acceptance and adaptation will depend on the way each one chose to live them.

Key words: Aging. Work. Retirement. Quotidian.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conquistas da velhice para homens e mulheres idosos, aposentados	98
Gráfico 2 – Faixa etária das mulheres idosas, aposentadas.....	108
Gráfico 3 – Escolaridade das mulheres idosas, aposentadas.....	111
Gráfico 4 – Com quem residem atualmente as mulheres idosas, aposentadas.....	112
Gráfico 5 – Renda mensal das mulheres idosas, aposentadas	113
Gráfico 6 – Tempo de aposentadoria das mulheres idosas, aposentadas	114
Gráfico 7 – Ocupação atual das mulheres idosas, aposentadas.....	115
Gráfico 8 – Faixa etária dos homens idosos, aposentados	118
Gráfico 9 – Escolaridade dos homens idosos, aposentados.....	119
Gráfico 10 – Tempo de aposentadoria dos homens idosos, aposentados.....	120
Gráfico 11 – Ocupação atual dos homens idosos, aposentados	121
Gráfico 12 – Com quem residem atualmente os homens idosos, aposentados	122
Gráfico 13 – Renda mensal dos homens idosos, aposentados.....	123
Gráfico 14 – Planos e projetos de vida de homens e mulheres idosos, aposentados.....	138
Gráfico 15 – Desafios da velhice para homens e mulheres idosos, aposentados	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das mulheres idosas, aposentadas	104
Quadro 2 – Perfil dos homens idosos, aposentados	116
Quadro 3 – A aposentadoria masculina traduzida em “perdas”	128
Quadro 4 – A aposentadoria masculina traduzida em “ganhos”	129
Quadro 5 – A aposentadoria masculina a partir de sentimentos de “ambivalência”	130
Quadro 6 – A aposentadoria feminina traduzida em “perdas”	132
Quadro 7 – A aposentadoria feminina traduzida em “ganhos”	133
Quadro 8 – A aposentadoria feminina a partir de sentimentos de “ambivalência”	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A CONSTRUÇÃO DO SABER, A APROXIMAÇÃO E A DELIMITAÇÃO DO OBJETO E AS ETAPAS DO PROCESSO DE PESQUISA	20
1.1 A aproximação e a delimitação do objeto.....	22
1.2 As etapas do processo de pesquisa	25
1.3 O enfoque dialético-crítico	31
1.4 A Teoria do Cotidiano de Agnes Heller	34
2 CONTEXTUALIZANDO O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	42
2.1 Direitos sociais: evoluções e retrocessos	49
2.2 Os Idosos e os seguros sociais	53
2.2.1 A aposentadoria como recomeço da vida	53
2.2.2 A pensão como novas possibilidades	57
2.2.3 O Benefício de Prestação Continuada (BPC) como garantia de direitos.....	58
3 A REALIDADE DO ENVELHECIMENTO EM SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS	60
3.1 Implicações socioculturais.....	67
3.1.1 O envelhecimento e a aposentadoria	67
3.1.2 A cultura e a sociedade	71
3.1.3 A cultura e o gênero.....	74
3.2 Os direitos sociais dos idosos no Brasil.....	83
3.3 As políticas sociais para essa faixa etária da população.....	86

4 A APOSENTADORIA E A VELHICE: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS PARA HOMENS E MULHERES IDOSOS(AS)	90
4.1 A aposentadoria: recomeço ou fim da vida?.....	91
4.1.1 As mulheres da pesquisa.....	104
4.1.2 Os homens da pesquisa.....	115
5 REPRESENTAÇÕES DA APOSENTADORIA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	124
5.1 As experiências e significados da aposentadoria entre os homens.....	126
5.2 As experiências e significados da aposentadoria entre as mulheres.....	131
5.3 Os planos e projetos de vida de homens e mulheres idosos(as) aposentados(as).....	137
5.4 A família, as relações sociais, o cotidiano e as condições de vida ao aposentar-se....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICES	157
Apêndice A – Termo de Consentimento Informado e Esclarecido.....	158
Apêndice B – Instrumento: Questionário e Roteiro de Entrevista.....	160

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é testemunha de transformações históricas, políticas, sociais e culturais. O avanço tecnológico e os progressos científicos que marcaram a história da humanidade no século XXI têm garantido a longevidade. O momento atual é pleno de transformações seja na condição da realidade demográfica, pois, o Brasil entrou neste novo século perdendo a sua característica de país jovem, seja nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, ou àquelas relacionadas ao avanço dos papéis sociais de homens e mulheres na atualidade, entre outras.

Nesse sentido, há de se considerar, que o que se vislumbrava como conquistas para o futuro, é presente, pois, à medida que o tempo e a ciência avançam, a longevidade é a perspectiva de um número cada vez maior de pessoas, em nível mundial. Essa nova realidade demográfica que se alastra, impõe a humanidade a rever o momento de chegada da aposentadoria, os valores, o cotidiano e os hábitos de vida.

Em 2003, a expectativa de vida estimada no País, para ambos os sexos, subiu para 71,3 anos, o que coloca o Brasil na 86ª posição no ranking da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando os percentuais mundiais. Foi um aumento de 0,8 anos em relação à de

2000 (70,5 anos). O indicador não é maior, devido o efeito das mortes prematuras de jovens por violência, a partir dos anos 1980.

No mundo desenvolvido a expectativa média de vida aumentou cerca de sete anos nas últimas três décadas. Os maiores de 65 anos constituem hoje 17,1% dos europeus, e serão 30% em 2060. Também haverá mais octogenários entre aquela população: dos 4,4% atuais para 12,1%, conforme aponta o último relatório do Eurostat (2008), a organização da comissão europeia que produz dados estatísticos e promove a harmonização dos métodos entre a população e os estados membros.

No Japão a expectativa de vida já é superior a 81 anos. De acordo com projeção feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001), somente por volta de 2040 o Brasil estaria alcançando o patamar de 80 anos de esperança de vida ao nascer. Os mesmos dados revelam ainda que, no período de 1910 a 2006, as pessoas passaram a viver mais 29 anos em média.

No Brasil os idosos são hoje 14,5 milhões de pessoas, o equivalente a 8,6% da população total, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001), com base no último Censo Demográfico. Em uma década, o número de idosos no Brasil cresceu 17% em 1991, ele correspondia a 7,3% da população.

Ao analisar a proporção de pessoas na faixa etária da terceira idade, em termos históricos, constata-se que o Estado do Rio de Janeiro possui a maior parcela de idosos, seguido pelo Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Em contrapartida, as capitais localizadas na região norte do País, como Boa Vista e Palmas apresentam uma proporção de apenas 3,8% e 2,7% respectivamente de idosos entre a população local.

Ao contrário dos países considerados desenvolvidos, onde a economia é estável antes dos sujeitos envelhecerem, o Brasil está envelhecendo ainda na fase de desenvolvimento. A importância em dar visibilidade aos idosos no cenário atual, não se resume à sua expressiva

parcela no total da população, mas, ao se constatar que hoje boa parte desses idosos brasileiros são chefes de família.

Segundo o último Censo Demográfico (2002) 62,4% dos idosos e 37,6% das idosas são chefes de família, somando 8,9 milhões de pessoas. Além disso, 54,5% dos idosos chefes de família vivem com os filhos e os sustentam devido a fatores como o desemprego, baixa escolaridade, separação conjugal dos descendentes, circunstâncias que os fazem em geral retornar para a família de origem. Tal realidade confere aos idosos(as) não apenas a sua importância econômica para a manutenção do núcleo familiar, mas, o seu status social – de dependente a provedor.

Outro fator relevante a considerar, é que a população idosa em expansão é predominantemente composta por mulheres, pois, sobrevivem ao homem de oito a dez anos a mais, conforme a região ou País (IBGE, 2002). Fatores como hábito alimentar, menor consumo de álcool e tabagismo e acompanhamento médico preventivo contribuem para a longevidade feminina. Tal disparidade no percentual demográfico do País entre homens e mulheres idosos, indica que a velhice está marcada por questões de gênero, pois, devido à maior expectativa de vida ser entre as mulheres, os problemas enfrentados nessa fase tendem a ser femininos, sendo necessário, portanto, aprofundar o conceito de gênero.

Consideramos a investigação relevante para os idosos(as), assim como para a sociedade que caminha rumo a essa etapa da vida, e enquanto profissionais da área social, é necessário o empenho na constante luta por um modelo societário que ofereça oportunidade, igualdade e condições de acesso à manutenção de uma vida digna em todas as etapas do ciclo vital humano (infância, adolescência, adultez e velhice), e para isso, faz-se necessário, ampliar a consciência social sobre o que se entende por universalização dos direitos sociais.

A preferência por investigar aspectos que dizem respeito à esse segmento suscitou-nos interesse desde o ano de 1998, época em que ingressamos na Graduação em Serviço Social,

quando, através da atuação em estudos relacionados à linha de pesquisa em Gerontologia Social, inseridas no Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nos sentimos motivadas pelo interesse de aprofundar mais sobre o assunto, tendo sido essa a nossa escolha, também, no Curso de Mestrado, contemplando, porém outro enfoque.

Dentro dessa trajetória se situa a nossa escolha pelo estudo da temática que possibilitou a pesquisa. Agora, mais do que descrever acerca da aposentadoria pretendeu-se aprofundar questões referentes a essa fase, mais, especificamente, como se processa a passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado e que ressignificados dão as suas vidas homens e mulheres idosas frente a esta nova realidade assumida. Mostrar os significados do “estar aposentado(a)”, as implicações na família, nas relações sociais, nos planos e projetos pessoais e nas condições de vida daqueles que ingressam nessa fase.

Esta Tese de Doutorado está estruturada em cinco capítulos. Na introdução buscou-se apresentar a relevância da temática investigada. No primeiro capítulo apresenta-se a aproximação e a delimitação do objeto, as etapas percorridas pelo processo de pesquisa e a proposta articulada de Tese. Contemplou-se ainda, a opção pelo enfoque Dialético-Crítico e os estudos acerca da Teoria do Cotidiano de Agnes Heller, através da qual, aproximamos as experiências dos sujeitos pesquisados, sobretudo no que tange questões acerca dos preconceitos individuais relacionados à velhice e à aposentadoria.

A fim de elucidar a aposentadoria enquanto um direito do cidadão, o segundo capítulo faz uma retrospectiva histórica do Sistema de Seguridade Social no Brasil, com o objetivo de contextualizar a evolução das garantias de proteção ao homem.

Procurou-se contemplar questões como a evolução dos direitos sociais, no cenário em que o homem moderno está inserido, determinado, sobretudo, por diversas transformações na vida social e no mundo do trabalho, as quais sinalizam a fragmentação dos direitos, a

subordinação do sujeito e à perda das conquistas (trabalhistas e previdenciárias) alcançadas pelo cidadão gerando retrocessos. Pretendeu-se caracterizar os seguros sociais da aposentadoria, da pensão e do benefício de prestação continuada na atualidade.

O terceiro capítulo aborda questões referentes à realidade do envelhecimento em seus múltiplos aspectos, que na atualidade é um fenômeno universal, característico tanto dos países desenvolvidos como, dos países em via de desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Com base nos dados extraídos do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001) são apresentados dados que ilustram a revolução na demografia em nosso País. Considerando que o envelhecimento de uma população está relacionado com as variáveis das taxas de mortalidade, fecundidade e os avanços tecnológicos produzidos em termos de saúde, no entendimento da pesquisadora a aposentadoria também deve ser uma variável a ser considerada, uma vez que é ela que ampara e garante a manutenção da vida na velhice.

Numa sociedade onde as necessidades humano-sociais não são atendidas de forma satisfatória pelo Estado, nos propomos a discutir até que ponto as políticas sociais para o idoso brasileiro dão conta de suas necessidades. Discute-se, ainda, a construção sócio-histórico-cultural dos gêneros feminino e masculino, a influência e a origem da cultura na sociedade. Acredita-se que essa discussão é essencial, pois, por um lado, nos permite compreender a evolução do papel social da mulher ao longo dos tempos e, por outro, pelo fato do fenômeno do envelhecimento estar marcado por questões de gênero, uma vez que, a velhice se feminilizou.

No quarto e quinto capítulos serão apresentados a análise dos dados obtidos através dos sujeitos pesquisados, sobre o fenômeno investigado. Dentro dessa proposta, procurou-se dar voz aos homens e mulheres idosos, entrevistados, falarem de suas percepções, experiências e significados na passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador

aposentado nesta fase de suas vidas. Por fim, nas considerações finais apresentam-se algumas reflexões que emergiram do processo de pesquisa.

Enquanto pesquisadora, portanto, agente de transformação social, lançou-se algumas propostas visando contribuir na construção e melhoria da situação de vida daqueles que ingressam na aposentadoria e se aproximam do envelhecimento. Salientamos que nossas conclusões não pretendem ter um caráter definitivo, pois, para nós o desejo de continuar investigando outras questões, e conseqüentemente fazendo pesquisa, será um compromisso profissional sempre presente, enquanto houver motivação e vida.

1 A CONSTRUÇÃO DO SABER, A APROXIMAÇÃO E A DELIMITAÇÃO DO OBJETO E AS ETAPAS DO PROCESSO DE PESQUISA

O mundo está em transformação e como parte deste processo o conhecimento científico nos permite assistir a uma acelerada e dinâmica transformação dos sistemas, seja do saber instituído, e, portanto, apreendido, ou daquele que se institui cotidianamente nas diferentes áreas e nos desafia a conhecê-lo.

Na sociedade moderna, o saber deixa de ser magnetizado por uma ideia apenas, pois, o conhecimento desenvolve-se de forma dinâmica, seja, nos diferentes espaços da prática profissional, ou no meio acadêmico, através da construção de novos referenciais teóricos. Para se compreender a multiplicidade dos fatos, atualmente, é valorizado não o que se passa em *uma* determinada área do saber, mas o que se passa *entre* as diferentes áreas científicas. Assim, unidade e diversidade são componentes de um único movimento (MARTINELLI, 1995).

A construção do saber em Serviço Social indica no mínimo a intenção de revê-lo do ponto de vista das fontes de conhecimento de que se alimenta e das possibilidades de sistematização das experiências produzidas na direção de vir a construir um novo conhecimento. Caracteriza-se como uma profissão interdisciplinar por excelência, à medida que, se busca articular com diferentes áreas como a Sociologia, a Ciência Política, a

Economia, a Psicologia, a Filosofia, entre outras que compõem o conjunto das Ciências Humano-Sociais. Assim, o conhecimento produzido pelo Serviço Social contribui para o avanço das formas de abordagens práticas do real (MARTINELLI, 1995).

No campo coletivo, as sucessivas mudanças na vida social instigam o avanço da ciência e do saber. No campo individual, a visão de totalidade e a permanente leitura crítica dos fatos são imprescindíveis, para compreendermos uma realidade ou fenômeno na sua complexidade e dinamicidade, e não apenas pelo aparente (KOSIK, 1995).

Para Lefebvre (1962) o mundo moderno traz consigo uma nova forma de propor conhecimento, onde a ideia de processo vinculado às transformações de toda ordem engloba contradições. Por outro lado, o moderno constitui-se basicamente na ausência de determinações ontológicas, pois já não há o real, há discursos sobre o real; já não há uma totalidade da vida social, há recortes, instantes do cotidiano; já não existe mais uma imagem única do real, apenas o registro de imagens fragmentadas do real.

Frente a esse contexto de sucessivas mudanças em que todas as profissões estão inseridas, é importante que o Serviço Social como profissão essencialmente interventiva na realidade, busque por meio da pesquisa a construção do conhecimento, com vistas a desvelar as possibilidades de enfrentamento da questão social. Como ponto de partida para a fundamentação deste estudo, optou-se pela abordagem da pesquisa qualitativa.

Segundo Bogdan, são características da investigação qualitativa:

a fonte direta de dados é o ambiente natural e o investigador o instrumento principal; a investigação qualitativa é descritiva; os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos; os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva; o significado é de importância vital na abordagem qualitativa (1994, p. 47-51).

É importante sublinhar que a qualificação profissional é um processo contínuo, assim exigindo uma constante capacitação do pesquisador, a fim de garantir a competência junto às

diferentes áreas que atuam em resposta às demandas sociais. Neste caso, a presente pesquisa enseja colaborar para que muitos idosos sejam eles, homens ou mulheres, a partir dos sessenta anos, desfrutem das contribuições que este estudo trará.

1.1 A APROXIMAÇÃO E A DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Foi no cotidiano dos trabalhos acadêmicos ainda como aluna do Curso de Graduação em Serviço Social, mais especificamente, no ano de 1998, que despertou-nos o interesse pela pesquisa. Inserida no Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS), da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por meio da experiência e conhecimentos adquiridos neste espaço, tornou-se possível o aprimoramento e crescimento pessoal e profissional em uma das linhas de pesquisa escolhida: a Gerontologia Social. Estava identificada aí, a temática que nos inclinava a aprofundar maiores conhecimentos acerca desta discussão contemporânea: a população idosa.

Por este caminho, fomos nos familiarizando com a nossa escolha para a investigação e pelo pensamento crítico que culminava num movimento constante de aproximação e distanciamento, às vezes necessário, acerca do tema, delimitou-se o objeto deste estudo, em torno, do qual nos tornamos pesquisadora. Assim, o objeto desta pesquisa é buscar conhecer as experiências e significados da aposentadoria e da velhice, entre homens e mulheres idosos, através das percepções e implicações no cotidiano, na família, nas relações sociais e nas condições de vida.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal investigar como se processa a passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado e que ressignificados dão as suas vidas homens e mulheres idosas frente a essa nova realidade em questão: a

aposentadoria. Ao se referir ao gênero, são focados os aspectos culturais, sociais e psicológicos relativos a ambos os sexos. Nesse sentido, gênero está relacionado, portanto, às atitudes e comportamentos sociais praticados, esperados e reproduzidos socialmente por um indivíduo de determinado sexo. Como objetivos específicos ficaram definidos:

- Analisar, sob o ponto de vista subjetivo, social, econômico e familiar como homens e mulheres idosas ressignificam suas vidas após o afastamento do mundo do trabalho e a entrada na aposentadoria, a fim de conhecer as experiências e significados desse processo para ambos;
- Analisar a progressão das mudanças que vem ocorrendo na configuração demográfica brasileira, para contribuir com as discussões acerca de velhice e gênero;
- Investigar qual a maior incidência entre homens e mulheres idosos(as) na procura por proventos advindos de aposentadoria, pensão e benefício de prestação continuada (BPC) na terceira idade a fim de identificar através da perspectiva de gênero qual a demanda por estes seguros sociais;
- Investigar as condições de vida na velhice quando os idosos passam a contar com a Seguridade Social a fim de dar visibilidade à realidade socioeconômica da população idosa no meio urbano do município de Porto Alegre/RS;
- Investigar modos de ser, pensar e agir de homens e mulheres idosos frente à aposentadoria, conhecendo quem lida melhor com as mudanças comuns à fase;
- Contribuir de forma a subsidiar a formulação de políticas sociais públicas voltadas à população idosa, bem como na ampliação de estudos teóricos acerca da temática investigada.

Nos campos de atuação profissional como nas diferentes áreas de investigação que impulsionam a pesquisa em Serviço Social pode-se mencionar que aumentam os estudos acerca do fenômeno da longevidade humana. As novas concepções sobre o envelhecimento e as características próprias dessa fase transformam a experiência da aposentadoria um momento cada vez mais atingível para homens e mulheres.

No meio urbano forma-se um novo perfil de aposentados que, receando as alterações e maiores exigências na concessão de benefícios nos planos de aposentadoria, opta pelo desligamento precoce das atividades produtivas. Em função dessas mudanças, a imagem sócio-cultural da aposentadoria e da velhice se altera, seja através da reforma na legislação da Previdência Social, como na forma como homens e mulheres enfrentam as mudanças que chegam com essa fase da vida.

Antes, homens e mulheres foram socializados, preparados e exigidos, cultural e economicamente, para cumprir o seu destino, sendo dirigido em suas escolhas pela afirmação da produção/consumo, transformados em trabalho. Suas vidas foram imersas em rituais cotidianos, onde muitos forjavam sua identidade num labor e, nele, obtinham o reconhecimento de seu valor que lhes conferia prestígio. O trabalho determinava compromissos, horários e rotina. O afastamento do trabalho faz com que os planos e projetos de vida e o tempo livre não estejam mais relacionados com o conjunto de atividades diárias que faziam parte de sua vida.

Considerando os estudos bibliográficos e os dados coletados e analisados acerca deste processo investigativo formulou-se a seguinte proposta de tese que se pretende demonstrar com este trabalho: A sociedade moderna fortemente urbano-industrial, em que a produção, o consumo de bens, o individualismo e a competitividade se tornaram tão arraigados, sugere que tudo o que se relaciona ao ser humano e à tendência de se expressar através de sua subjetividade parece não existir. Nesse contexto se insere a invisibilidade que a sociedade

confere àquele que deixa de produzir economicamente e ingressa na aposentadoria. Após o afastamento da ocupação laboral, homens e mulheres a partir dos 60 anos, redimensionam as motivações pessoais a essa nova condição socialmente imposta: a aposentadoria e a velhice.

1.2 AS ETAPAS DO PROCESSO DE PESQUISA

A pesquisa será desenvolvida a partir do enfoque qualitativo, que é um tipo de investigação que enseja aprofundar a análise, tanto quanto possível, e não apenas conhecer os fatos de forma sumária a partir de uma primeira aproximação. A relevância deste estudo está em trabalhar basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no cotidiano, ou seja, com a expressão de sua cultura, modo de vida, valores e sentimentos das pessoas (MARTINELLI, 1994).

Nas pesquisas qualitativas, o sujeito não é desconectado da estrutura na qual se encontra inserido, dessa forma, buscando-se compreender os fatos a partir da interpretação que se faz destes na vivência cotidiana dos sujeitos. A abordagem qualitativa pressupõe, portanto, que a relação entre o mundo real e o sujeito é dinâmica à medida que ambos se relacionam reciprocamente, pois o mundo concreto e a subjetividade do homem estão ligados de forma inseparável. Nas considerações de Triviños (1987, p. 128-130), a pesquisa qualitativa apresenta cinco pressupostos relevantes que são:

- a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave;
- a pesquisa qualitativa é descritiva;
- os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e com o produto;
- os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente;
- significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Foi, portanto, por meio do tipo de pesquisa e do contato direto com os sujeitos entrevistados, que se estabeleceu uma interação que tornou possível desvendar o objeto pesquisado. Cabe salientar que esse processo não foi individual, mas coletivo, pois, construiu-se nas constantes aproximações, por meio da relação entre pesquisador e pesquisado.

Quanto aos sujeitos, a abordagem qualitativa os compreende enquanto partícipes do estudo, como elementos de um processo em movimento, que assim como constituem, também possibilitam desvendar o fenômeno investigado.

O grupo de sujeitos desta pesquisa foi composto por homens e mulheres idosas, aposentados(as) por tempo de serviço, residentes no meio urbano do município de Porto Alegre, pertencentes a diferentes realidades socioeconômicas e culturais. Foram entrevistados 60 (sessenta) sujeitos, sendo, 30 (trinta) homens e 30 (trinta) mulheres.

A amostra foi do tipo não-probabilista intencional, pois, buscaram-se homens e mulheres, idosos(as), aposentados(as), em Grupos de Convivência para a Terceira Idade, no Parque Farroupilha da cidade de Porto Alegre e por indicação. Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 54), neste tipo de amostra, “o pesquisador está interessado na opinião (ação e intenção) de determinados elementos da população, mas não representativos dela”.

Os instrumentos e técnicas utilizados para a investigação e alcance dos objetivos propostos foram à entrevista semi-estruturada e a observação assistemática. Triviños sublinha que “a entrevista semiestruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação de ator” (1987, p. 152). Utilizou-se a observação assistemática que, para Marconi e Lakatos (2003), caracteriza-se por ser uma técnica de pesquisa espontânea, ocasional e acidental. As respectivas autoras referem ainda que a técnica da observação assistemática “consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 192).

Durante a observação constatou-se que para os sujeitos entrevistados, especialmente para os homens, falar da sua vida de trabalho despertava emoção, satisfação e saudade. Percebeu-se através das falas, que o longo tempo de permanência nos locais onde desenvolveram suas atividades, encurta e confunde laços entre trabalho, família e relações sociais.

Foi relatado por algumas famílias, o quanto foi esperado o momento da entrevista. Nesse sentido, observou-se toda a preparação que antecedeu a nossa chegada, quando homens e mulheres, sem exceção, se orgulhavam ao apresentar alguns de seus pertences da vida de trabalho exercido em maior parte, a partir das décadas de 1940, 1950 e 1960, tais como: a carteira de trabalho,¹ certificados, recibos de pagamentos, elogios, troféus, o último uniforme, dentre outros objetos pessoais, como podemos constatar:

A garagem é o meu museu do trabalho. Lá eu guardo fotos, registros, recordações de toda a minha vida de trabalho [...]. São quarenta e seis anos de história guardados. Lá ninguém entra, ninguém mexe. Quando recebi o teu telefonema me convocando para essa entrevista foi um prazer muito grande. Me fez repensar naquele tempo, até para eu elaborar o que eu ia te contar. Separei umas alegrias daquela época aqui nessa pasta para te mostrar... (Francisco, 79 anos, Garçom).

Esta é a minha mesa de trabalho. Quando vim para casa constatei que eu tinha que continuar tendo a minha mesa de trabalho. Aqui é o canto do aposentado. Tudo o que tu quiseres me perguntar sobre a minha vida de trabalho está aqui, devidamente registrado e arquivado nessas pastas (Almir, 66 anos, Militar).

Essa foi a roupa que eu vesti na primeira vez que fui procurar trabalho. Era dezembro de 1950. Nos anos seguintes, toda vez que completava um ano de trabalho eu a vestia, até não servir mais. Ganhei esse corte de tecido do meu pai, no Natal de 1949. Que alegria! Dá uma olhada, toca, põe na tua frente... É seda pura! (Norma, 83 anos, Costureira).

Há pouco tempo passei para a minha neta a pasta que eu usava no trabalho. Quando ela vem aqui me ver, ela vem sempre com a pasta. Acompanhou a minha trajetória por longos anos, mas continuou sempre conservada... Queria te mostrar, então procurei essa foto para te mostrar [...]. Nessa outra sou eu com a primeira turma de alunos que eu alfabetizei em 1931. A seguinte foi

¹ Em 1º de maio de 1943, Getúlio Vargas anunciava a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. A Carteira de Trabalho foi criada em 1975; serviu de instrumento para formalizar as atividades de trabalho e garantir direitos ao homem no começo do século passado (BUENO, 2003).

em 1933, 1935 [...]. Aqui são os meus cursos e diplomas (Irene, 96 anos, Professora).

A observação estabelecida nesses momentos foi essencial no sentido de compreender, ouvir e refletir acerca da importância das experiências de vida e de trabalho relatadas. No tocante aos Procedimentos para a Coleta de Dados, ao iniciar a fase das entrevistas, os sujeitos foram informados sobre a intenção, objetivos da pesquisa e o sigilo confidencial dos dados para fins de estudo. Após a autorização do(a) entrevistado(a) através do Termo de Consentimento Informado e Esclarecido (Apêndice A), os dados coletados foram gravados a fim de garantir a fidedignidade dos mesmos.

Com a utilização do gravador, foi possível registrar as entrevistas na sua íntegra, sem a preocupação iminente de deixar escapar qualquer revelação a respeito do assunto pesquisado. As entrevistas duraram aproximadamente uma hora, foram efetuadas pela pesquisadora durante os meses de abril, maio e junho de 2007, respeitando-se sempre a disponibilidade de tempo dos sujeitos. Na maioria dos casos, as entrevistas ocorreram no domicílio dos(as) idosos(as), com dia e hora previamente agendados pela entrevistadora, exceto três entrevistas que foram realizadas no Parque Farroupilha, considerando a preferência dos entrevistados.

Foi utilizado como instrumento para investigação um roteiro de questões (Apêndice B) sobre o objeto pesquisado. No tocante a esse instrumento, Marconi e Lakatos (2003, p. 212) destacam que “é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”. Após essa fase, realizou-se a transcrição das entrevistas a fim de iniciar o processo de análise de conteúdo.

Quanto à Análise e Interpretação dos Dados, salienta-se que na pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo consiste no tratamento dos resultados obtidos no processo de pesquisa, os quais darão respostas à investigação. Como método de análise e interpretação dos dados, utilizou-se um método de análise de conteúdo, com base em Gagneten (1987), o qual atua

numa abordagem dialético-crítica. A opção pelo método deu-se em função da experiência adquirida através dos trabalhos de pesquisa no qual atuou a pesquisadora, desde o seu ingresso, no Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS). O Método de Gagnetem vem sendo discutido constantemente para fins de análise de conteúdo pelos integrantes deste núcleo de pesquisa durante os seminários realizados nesse espaço de estudo e prática profissional voltada à pesquisa.

As fases constitutivas do referido método são: reconstrução, análise, interpretação, conceitualização, generalização, conclusão e elaboração de propostas. Essas sete fases estão relacionadas entre si, compondo todo o processo de análise.

A reconstrução baseia-se na leitura atenta de todo o material coletado. O todo relativo às falas dos sujeitos entrevistados é separado em pequenos fragmentos de acordo com a relevância para as questões já estabelecidas.

A análise consiste na separação do todo em partes, pois, buscando-se conhecer as partes, torna-se possível à compreensão do todo. Essa fase tem por objetivo captar as contradições tanto aparentes como ocultas existentes no fenômeno. As falas são separadas e ordenadas de acordo com três categorias: reiteração (o que mais se repete na entrevista), ressonância (o que mais chama atenção do pesquisador) e estratégia (falas que indicam outras possibilidades para intervenções futuras: sugestões, propostas, ideias).

Na decodificação as partes grifadas são desordenadas de acordo com as três categorias anteriores. Na fase de encodificação as partes são ordenadas de acordo com as temáticas que se relacionam. Na codificação cada grupo recebe um código/nome que traduz os elementos emergentes de cada conjunto. A interpretação tem a finalidade de compor o todo através das partes. Conforme Gagnetem (1987, p. 87), “para interpretar a realidade e a prática, são necessários alguns valores geradores de critérios específicos de investigação, assim como um marco teórico existente”. Para compor essa fase é necessário, portanto, a presença do suporte

do referencial teórico a fim de se compreender os dados empíricos investigados. A conceitualização busca a aproximação teórica com os termos e temática abordada na pesquisa que, para Gagnetem (1987, p. 92-93), significa a busca de uma,

Reconstrução teórica dos diferentes elementos percebidos, tematizados e interpretados [...]. Conceitualizar é aproximar-se do concreto através do movimento abstrato do pensamento, processo pelo qual se elaboram os conteúdos mais adequados à práxis.

Quanto à generalização, Gagnetem (1987, p. 103) salienta que essa etapa só se concretiza quando se atingem dois passos: “o primeiro passo é nuclear as constantes conceituais dadas [...] e um espaço-tempo determinado. O segundo passo é confrontar esses núcleos conceituais com outras experiências similares”. Essa fase tem por objetivo separar o universal do particular, entretanto, só atingida quando as diferentes particularidades que compõem um fenômeno se confrontam e se repetem em diferentes espaços e num determinado tempo. Na maioria dos estudos, essa fase não se concretiza, pois contempla uma realidade particular, onde não cabem generalizações.

Para compor a fase das conclusões, foi imprescindível retomar aos objetivos da pesquisa a fim de reavaliar o que foi possível ou não alcançar na prática. A partir disso, são feitas considerações sobre o tema pesquisado e todo o processo de análise. E, por fim, a última fase do Método de Gagnetem (1987) se constitui na elaboração de propostas a qual visa à formulação de indicações ou alternativas que venham contribuir com a realidade investigada, buscando melhorar as condições de vida dos sujeitos ou superar de forma positiva o fenômeno em questão.

1.3 O ENFOQUE DIALÉTICO-CRÍTICO

O referencial epistemológico que orientou este estudo foi o enfoque dialético-crítico e as categorias analíticas: *totalidade*, *historicidade* e *contradição*. A opção por este referencial teórico foi pela sua concepção de homem, que o percebe como parte de um contexto mais amplo, onde, para compreendê-lo faz-se necessário levar em conta aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do meio no qual se insere. O indivíduo, enquanto parte desse processo recíproco de relações, não pode ser compreendido de forma fragmentada, mas a partir de sua totalidade.

O método dialético-crítico contempla uma visão de mundo como um todo, compreendendo-o como um conjunto de partes em constante interação. O homem é visto como um ser histórico e social influenciado pelo meio e agente transformador do mesmo. Assim, tanto a realidade quanto o sujeito social estão suscetíveis às mudanças e transformações que ocorrem nos contextos socioeconômicos, políticos e culturais. Na visão de Gadotti (1997, p. 22):

O materialismo dialético tem um duplo objetivo: 1º) como dialética, estuda as leis mais gerais do universo, leis comuns de todos os aspectos da realidade, desde a natureza física até o pensamento, passando pela natureza viva e pela sociedade. 2º) como materialismo, é uma concepção científica que pressupõe que o mundo é uma realidade material (natureza e sociedade), onde o homem está presente e pode conhecê-la e transformá-la.

A terminologia dialética significa movimento, interação do indivíduo com o meio e vice-versa. Nessa relação indivíduo/meio, nada é imutável ou estático, tudo é dinâmico, transitório, passível de movimento e transformação, seja um acontecimento, um fato, uma situação ou um fenômeno. Como se apreende das palavras de Gadotti (1997, p. 16), “a dialética considera todas as coisas em movimento, relacionadas umas com as outras”. Na

perspectiva dialética, conhecer e investigar uma determinada realidade significa transpor o aparente, desvelar a essência do fenômeno, pois, assim será possível se chegar a sua natureza.

A realidade não se revela, porém, de maneira imediata. Apresenta-se imprecisa e parcial, devido à complexidade e à diversidade dos fenômenos. Em seus estudos sobre o método, Gadotti (1997, p. 19) comenta:

[...] a dialética explica a evolução da matéria, da natureza, e do próprio homem; é a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. [...] A dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo.

A dialética pressupõe, portanto, a investigação crítica da realidade, buscando a relação entre seus múltiplos fatores, reconhecendo a historicidade dos diferentes contextos pela interligação recíproca entre homem, sociedade e mundo.

No intuito de orientar o estudo da realidade investigada, foram eleitas para esta pesquisa três categorias teóricas da abordagem dialética: a totalidade, a historicidade e a contradição. Essas categorias justificam questões que se apresentam ao longo do processo de pesquisa. No tocante às categorias, Cury (2000, p. 21) acredita que:

[...] as categorias possuem simultaneamente a função de intérpretes do real e de indicadoras de uma estratégia política [...]. Por isso é importante considerar o contexto, porque é ele que possibilita que as categorias não se isolem em estruturas conceituais puras, mas se mesquem de realidade e movimento.

A categoria da totalidade compreende o sujeito e o objeto por meio da relação todo/parte, ou seja, os fenômenos devem ser percebidos como um todo articulado e conectado em constante movimento e transformação, em que, segundo Cury (2000, p. 35):

A totalidade não é um todo já feito, determinado e determinante das partes, não é uma harmonia simples, pois, não existe uma totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições.

Na perspectiva da totalidade, os fenômenos de uma dada realidade devem ser compreendidos como parte de um contexto maior, nesse sentido, o todo fenomenal não está relacionado com a soma dos fatos, porém, ao conjunto constituído pelas partes articuladas umas às outras.

A categoria da historicidade pressupõe que a história é construída por ações humanas. O homem, em virtude de sua interação com o mundo, cria novos fatos a partir dos já existentes. Essa alteração dos fatos é que permite a continuidade da história, como refere Kosik (1989, p. 218):

A história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e a sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto.

Portanto, é na história que o homem produz e reproduz sua existência. A história é um processo contínuo que nunca se conclui, no seu desenrolar ocorrem fatos, mudanças e transformações. A partir dela, desenvolvem-se os acontecimentos que darão continuidade à história. Para haver história, há de haver continuidade sempre, sendo necessário valorizar as conquistas e criações dos antecedentes, porque a realidade atual sempre estará ligada a um contexto histórico anterior. No que se refere à categoria da contradição, Cury (2000, p. 30) afirma que:

A contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade.

A contradição está presente no movimento da realidade, sendo, portanto, dialética e contraditória. O movimento, o desenvolvimento e a transformação que cedem lugar ao novo têm sua origem nessa categoria. É essa relação de movimento e de incerteza do devir que

possibilita e mostra a existência de novas possibilidades, mesmo que opostas. À medida que cada elemento ou fenômeno possui uma unidade de contrários, o devir traz consigo uma relação conflitiva, que é expressa pela contradição.

Os elementos contrários e o devir não se excluem um ao outro, mas relacionam-se, complementam-se, superam-se, ou seja, inter-relacionam-se reciprocamente uns com os outros. Gadotti (1984, p. 26), assim, infere: “a transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição”. O movimento desses fenômenos contrários é que faz com que o movimento do real altere-se continuamente.

Ao se pensar nos múltiplos espaços onde se estabelece o processo de trabalho, enquanto assistente social vê-se que a dialética está presente dentro do contexto histórico e contraditório que compõe as relações políticas, sociais e econômicas nas quais, como profissionais, intervêm-se visando a superar e transformar a realidade excludente que se apresenta.

1.4 A TEORIA DO COTIDIANO DE AGNES HELLER

Os conhecimentos acerca do cotidiano foram essenciais para a compreensão das diversidades culturais, atitudes, comportamentos e até mesmo das discriminações e preconceitos a que são submetidos homens e mulheres idosos na fase da aposentadoria. Ensejamos refletir sobre o fenômeno do preconceito na vida cotidiana dos sujeitos entrevistados, relacionando-os com os pressupostos trabalhados por Agnes Heller (1972).

Agnes Heller nasceu na Hungria em 1929. Graduiu-se em Filosofia na Universidade de Budapeste (1947-1952). Nesse período, após uma palestra de Luckács começa o seu interesse por temas sociológicos e filosóficos, tornando-se sua discípula.

Entre 1952 e 1955 torna-se orientanda de Luckács na Universidade de Budapeste, demonstrando empenho em estudar sobre ética e moralidade. Entre 1955 e 1956 torna-se Assistente de Luckács como professora na Universidade. Com a Revolução Húngara de 1956, perde seu cargo universitário. Em 1958 é excluída do ensino. De 1959 a 1962 atua como professora secundária.

Em 1962 casa-se com Feher e em meados de 1965 Luckács volta ao cenário político e ela retorna como sua assistente. Torna-se pesquisadora na Academia Húngara de Ciências, no Instituto de Sociologia e começa a sua participação na Escola de Budapeste, onde permanece até 1973 e torna-se conhecida em vários países pela publicação de seu livro *O cotidiano e a história* (1970), seguida de muitas outras obras.²

Em 1978 vai para a Austrália com Feher e Marcus. Começa a trabalhar como professora de Sociologia na Universidade de Melbourne, na Austrália. Passa a ter presença ativa no debate político, que transcende os muros da Universidade, onde permanece até 1983. Em 1984 migra para Nova York (EUA) e se torna conhecida internacionalmente.

Com base na Teoria do Cotidiano de Heller, buscou-se compreender aspectos do cotidiano dos idosos(as) entrevistados(as) na sua totalidade, a fim de avistar não apenas uma parte, mas tentar visualizar o todo que o processo de passagem para a *aposentadoria* e a *velhice* significa, seja no plano subjetivo e/ou coletivo. Assim, propõe-se neste estudo a refletir sobre o fenômeno do preconceito na vida cotidiana de homens e mulheres idosos que adentram essas fases.

² “Hipótese para uma teoria marxista de valor – um ensaio a partir de Marx (1972); *Teoria de las necesidades em Marx* (1974); *Sociologia de la vida cotidiana* (1975), *Instinto, agressividade e caráter* (1976); *O homem do Renascimento e filosofia radical* (1978); *Teoria dos afetos* (1979), *Teoria da história* (1982), *Aristóteles e o mundo antigo – Ética de Aristóteles*, entre outras. Até 1989 publicou 28 livros e 100 artigos. Possui diversas produções em co-autoria”.

A *Sociologia de la vida cotidiana* de Agnes Heller (1991) é considerada uma das mais relevantes obras que marcam o ressurgimento da ontologia marxista em meados do século passado. Nos estudos sobre a obra, constatou-se que Heller trabalha com várias categorias, como cotidiano, ética, moral, preconceito, vida cotidiana, entre outras.

Num primeiro momento, optou-se por desenvolver uma reflexão que contemplasse identificar alguns preconceitos em relação à velhice na sociedade e, no decorrer do processo da pesquisa, constatou-se que alguns preconceitos se originam dos próprios idosos em relação ao “ser velho” e dos demais sujeitos sociais em relação ao “ser aposentado”.

Almeja-se a partir dessa aproximação desvelar os estereótipos que são atribuídos à aposentadoria e à velhice, numa sociedade caracterizada, sobretudo, pela busca desenfreada do consumo e da realização total dos desejos, onde, o homem, especialmente os mais jovens, se vê na obrigação de acessar, usufruir e satisfazer seus desejos, por meio do que é sinalizado pela mídia, como se isso fosse uma norma social, símbolo de inclusão e sucesso individual (LIPOVETSKI, 2007).

Falar sobre a teorização da vida cotidiana é importante, pois se entende que o cotidiano é o “cenário” da vida, onde se alteram a todo o instante os valores, costumes, normas e tradições. É nele que o homem através de sua práxis se relaciona com o mundo e com os demais homens, originando recíprocas transformações. Todos vivem o cotidiano, que de acordo com Heller (1972, p. 17), é a essência da substância social:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade.

A vida cotidiana é a base de todas as ações humanas, nela, o indivíduo se apropria da teia social (hábitos, conduta, crenças, normas, regras, valores e até preconceitos), pois estes, em sua maioria, são repassados pelo contexto cultural em que se vive. O cotidiano está presente em todos os âmbitos da vida humana, em todos os contextos sociais, é na cotidianidade que se desenvolvem a atividade rotineira e as nossas escolhas.

A regularidade das atividades rotineiras que se apresentam através da reprodução do conjunto de tarefas realizadas diariamente pelos homens independe da posição por ele ocupada no contexto social, o que varia é o ritmo e a maneira de vivenciar as experiências dessas atividades na vida cotidiana. Para compreender tais diferenças, é necessário levar em conta as características da sociedade em que os indivíduos estão inseridos. A história é, portanto, o elemento chave que transforma sucessivamente o cotidiano e a cotidianidade.

O cotidiano é, portanto, a vida de todos os dias, é o espaço de vida do ser humano, onde se afirmam ou negam-se sentimentos, vivenciando-se experiências, fazendo-se opções, mas, é, também, onde se manifestam atitudes, valores e preconceitos. Cada ser social reproduz a própria sociedade, mas nesse movimento, é preciso também que o indivíduo reproduza a si mesmo enquanto indivíduo. Assim, por meio do conjunto de atividades que exercemos na vida cotidiana é que se caracterizam as reproduções particulares que, por sua vez possibilitam a reprodução social.

Em consonância com Heller (1985, p. 20), “o homem já nasce inserido em sua cotidianidade, sendo considerado adulto aquele que consegue sobreviver por si mesmo”. Este homem é sempre, concomitantemente, ser particular e ser genérico. É particular, porque é único; e a unicidade e a irrepitibilidade são acontecimentos ontológicos básicos; e genérico, porque “... o genérico está contido em todo homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares” (HELLER, 1985, p. 21).

Portanto, o particular revela o modo como o homem manifesta seu caráter, seus sentimentos, paixões, enfim, os aspectos positivos e negativos da sua personalidade. Então, o indivíduo constitui-se na relação entre ser genérico e ser particular, pois, conforme Heller (1990, p. 22), “o indivíduo contém tanto a particularidade quanto o humano – genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem”.

A transformação social, histórica, econômica e cultural pela qual passa a sociedade contemporânea exige a necessidade de superação e adaptação frente às novas valorações e à imediatividade dos fatos sociais que se apresentam no cotidiano. Nesse contexto de sucessivas mudanças, onde a história é o elemento chave, que transforma sucessivamente o cotidiano e a cotidianidade, impondo diferentes ritmos à vida, não raras vezes, o idoso se vê à margem de todo esse processo, conforme ilustra a fala abaixo:

[...] Me aposentei aos 66 anos. Não queria, mas tive que me aposentar. Aos poucos foi chegando um pessoal novo lá na empresa, e todos do meu tempo foram sendo substituído, eu, fui um dos últimos. Eu tinha muita dificuldade de lidar no computador e eles não tinham muita paciência para ensinar [...]. Até que não aceitaram mais os meus relatórios feitos com todo capricho na máquina de datilografia. Mas se eu aprendesse o computador, eu teria muito ainda a contribuir (Rui, 75 anos, Contador).

Desse modo, vive-se numa sociedade com características fortemente competitiva, individualista e excludente, na qual a juventude é mais valorizada e a velhice considerada, muitas vezes uma fase de decadência, um período inútil, sociedade, esta, que transforma o valor da pessoa na utilidade e não na própria existência.

A sociedade moderna, caracterizada, sobretudo, pela inversão e mudanças de valores, hábitos e normas, exige adequação de todos nas várias esferas da vida social. Para aqueles que se encontram no decorrer do processo de envelhecimento as oportunidades são mais limitadas, os direitos, em sua maioria, não são reconhecidos e respeitados na sua integralidade, realidades, estas, que faz com que muitos idosos se sintam isolados socialmente deste contexto extremamente dispare.

Nesse sentido, o ideal coletivo cede às necessidades pessoais, nossos valores passam a ser estabelecido pela mídia, o que por sua vez, desencadeia a crise da autoridade dos pais, o culto ao consumo do cigarro, o uso exacerbado de drogas, criando condições propícias para as inúmeras formas de violência e desagregação familiar. O individualismo e a competitividade dominante passam a ser uma consequência lógica dessas mudanças.

Para Léger (1984, p. 32), um dos maiores preconceitos que, ainda hoje, se tem sobre os idosos, é de que “o velho não é mais um adulto [...], mas um ser diferente”. De tal afirmação, neste estudo, diverge-se completamente, visto que, em consonância ao enfoque teórico aqui utilizado, a velhice é uma fase existencial, a qual, como todas as outras, possui suas características próprias, apresentando, como toda espécie de vida, uma existência finita determinada pelo desgaste físico que os anos produzem. Para tanto, é necessário e possível contemplá-la através dos ganhos: em experiência e história de vida, pois, assim, se estará valorizando o idoso enquanto pessoa, mesmo com todos os seus limites, contudo, principalmente, com todas as suas potencialidades.

Para isso, a pessoa de idade não deve ser associada ou tratada com descaso ou desprestígio porque já possui uma existência significativa. É necessário, portanto, fortalecer os meios e formas de recriar a vida, a fim de que o idoso possa se manifestar e se expressar sem ser alvo de hostilidade.

Muitos estereótipos, mitos e preconceitos são frequentemente atribuídos aos idosos no cotidiano. Essas ações limitam a aproximação das gerações mais jovens com os mais velhos, levando-os ao isolamento social através da limitação da autonomia, da liberdade de expressão e do desprestígio social. Para Heller (1985, p. 43), “o preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos”.

As alternativas, escolhas, modo de serem, maneiras de pensar e agir são livres na vida cotidiana, assim como alguns pensamentos e juízos carregados de preconceitos. A teoria de

Heller (1985, p. 59) ressalta que juízos pré-concebidos são inevitáveis na vida cotidiana, pois “todo homem, em certa medida e sob alguns aspectos, tem preconceitos”. Nessa perspectiva, Heller (1985, p. 54) enfatiza que “os preconceitos, são, portanto, obra da própria integração social [...], os preconceitos servem para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada”.

Entretanto, podem-se ter preconceitos acerca da própria pessoa, ou referente aos demais, podem ser individuais ou sociais, mas todos têm influência do meio, pois, “[...] os preconceitos sociais podem ser estereotipados ou não, porém, mesmo que não estereotipado, apresentam um núcleo de estereótipo, em torno do qual podem se situar variantes semi-estereotipadas ou apenas não estereotipadas” (HELLER, 1985, p. 50).

A passagem para o a aposentadoria e o envelhecimento traz mudanças e limitações ao homem e à mulher. Olhar para o cotidiano e constatar-se aposentado é uma realidade nem sempre prazerosa e aceitável. Por outro lado, o temor da decadência física que para alguns chega com a velhice, é justificado pela exaltação da beleza e juventude pela sociedade moderna. Com isso, na velhice, pode surgir inconformidade, indisposição, intolerância e preconceitos em relação a si próprios nessa fase da vida. Ao analisar as falas dos(as) idosos(as) entrevistados(as), percebeu-se a existência de alguns preconceitos em relação à velhice no aspecto físico e ao estar aposentado no aspecto cultural.

Na minha mocidade eu adorava vir aqui para o parque tomar sol. Hoje, eu venho mais para olhar o movimento. Quando a idade vai chegando, o corpo muda, a gente vai perdendo a jovialidade. Hoje eu não me animo mais me expor ao sol como antigamente (Lia, 80 anos, Professora).

À tarde vou para a quadra de bocha encontrar os amigos e me divertir um pouco. Essa passou a ser a minha atividade na aposentadoria. Outro dia uma moça passou e comentou com a outra: Esse bando de velhos desocupados em plena tarde, depois ainda abrem a boca pra dizer que o que recebem de aposentadoria do governo é pouco. E eu respondi: Nós não somos desocupados, nós somos aposentados, minha Senhora! (Heitor, 87 anos, Engenheiro Civil).

A primeira fala transcrita revela o preconceito relacionado às mudanças físico-humanas na fase da velhice, a segunda, reflete o preconceito, de modo geral, dos outros em relação à condição da aposentadoria. Segundo Heller (1994), os preconceitos são pré-juízos, ou seja, concepções antecipadas sobre algo que não se possui plena clareza ou total conhecimento. Quando confrontados com o aporte teórico, os preconceitos podem ser negados, todavia, quando a teoria contesta um preconceito e ainda assim a sua reprodução propaga-se, é indício que permanecerá e tenderá a se dissipar no cotidiano vivido.

Entre as diferentes gerações, percebe-se a resistência na mudança de alguns valores e comportamentos já tidos como tradicionais. Porém, em uma sociedade que a cada dia se transforma em ritmo acelerado, o novo tende a substituir o que está posto, e pela falta de clareza e conhecimento formam-se generalizações infundadas em torno de novas situações ou fatos, os quais dão origem aos preconceitos.

A partir da aproximação com a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller, entende-se que os preconceitos na vida cotidiana dos sujeitos, em sua grande maioria, não são individuais, contudo são gerados, sobretudo, por influências do meio social, sendo a superação destes propagada na intenção de transformar do cotidiano.

Converge-se com Heller (1991) quando a autora refere que a mudança de um preconceito é algo difícil, pois não envolve apenas indivíduos, porém, toda a sociedade e, no cotidiano, existem forças contrárias, por isso, por mais que se tente individualmente, alguns preconceitos não são totalmente desfeitos, mas é possível evitar que se cristalizem.

Assim, a vida cotidiana para Heller (1972) é caracterizada pela heterogeneidade de elementos que nela se misturam, onde o acaso, o imprevisto e o prazer profundo descobertos num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma transformada. É o ser social quem organiza o seu cotidiano estabelecendo para as suas atividades tempo, espaço e ritmo para desenvolvê-las, tanto no plano individual como no coletivo.

2 CONTEXTUALIZANDO O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Com o propósito de buscar conhecer respostas ao tema central desta investigação, que diz respeito a como se processa a ressignificação da vida cotidiana de homens e mulheres idosos na passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado, procurou-se aprofundar os conhecimentos acerca da trajetória histórica do Sistema de Seguridade Social no Brasil, pois, esta aproximação teórica é à base de sustentação da categoria central que foi o objeto de investigação desta Tese em todos os aspectos – a aposentadoria.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), veio firmar uma nova era na trajetória histórica no campo dos direitos sociais no País. No contexto político e econômico, a saúde, a previdência e a assistência social são homologadas como políticas sociais públicas, compondo os três pilares da Seguridade Social Brasileira.

Alicerçada em princípios de liberdade, equidade e universalidade, o acesso a cada uma das políticas que compõem o sistema previdenciário público requer ser considerados na ótica do direito do cidadão e dever do Estado. Nesse sentido, a Constituição define a Seguridade Social enquanto um “conjunto de políticas e ações que visam à proteção do cidadão e de seu grupo familiar, quando da materialização das situações de risco de saúde, perda da capacidade laborativa e/ou necessidades econômica” (BRASIL, 1988).

A fim de se compreender os avanços na trajetória da Seguridade Social no Brasil, faz-se necessário rever a história desde a sua gênese, onde se constata que a primeira medida de proteção social no Brasil se deu em 26 de março de 1888, através do Decreto 9.912-A, que conferiu aos empregados dos Correios o direito à aposentadoria, estabelecendo em 30 anos o tempo de serviço e em 60 anos a idade mínima para os trabalhadores usufruírem os benefícios da aposentadoria.

Neste mesmo ano, foi criada ainda a Caixa de Socorros em todas as Estradas de Ferro do Império (BRASIL, Lei 3.397, de 24 de novembro de 1888). Em 1889, o Decreto 10.269, de 20 de julho de 1889, contemplou o trabalhador das Oficinas de Imprensa Nacional com a criação do Fundo de Pensões de Pessoal.

A partir da década de 1890, o crescimento do Brasil se expandiu, graças à via férrea do País. Nessa época, os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil foram beneficiados com o direito à aposentadoria, direito este, que em seguida foi ampliado a todos os empregados ferroviários do Estado (Decreto 565, de 12 de julho de 1890). Nesse mesmo período, em 31 de outubro de 1890, o Decreto 942-A, instituiu o Montepio Obrigatório dos Empregados do Ministério da Fazenda, uma espécie de associação de trabalhadores, onde, mediante o pagamento de uma quantia mensal, os beneficiários (viúva e filhos/as) recebiam do governo uma pensão mensal para manterem-se. Em 1892, foi instituída a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte dos operários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (Lei 217, de 29 de novembro de 1892).

Com o desenvolvimento do País, através da mão-de-obra para a produção, o acidente de trabalho já era uma realidade declarada. Assim, em 1894 o então Deputado Medeiros e Albuquerque formulou um projeto de lei que pretendia instituir um seguro de acidente do trabalho. Mais tarde, outros Deputados como Gracho Cardoso e Latino Arantes (1908),

Prudente de Moraes Filho e Adolfo Gordo (1915), encaminharam projetos visando ampararem empregados nos casos de acidente do trabalho.

O País entra em um novo século, e em 1911, o Decreto 9.284, de 30 de dezembro do corrente ano dá origem a Caixa de Pensões dos Operários da Casa da Moeda do Brasil. Em 1912, o Decreto 9.517, de 17 de abril, institui a criação de uma Caixa de Pensões e Empréstimos para os trabalhadores das Capatazias da Alfândega do Rio de Janeiro. E em 15 de janeiro de 1919, a Lei 3.724, transforma o Seguro de Acidentes de Trabalho em medida de caráter provisório.

O Decreto-Lei 4.682, de 24 de janeiro de 1923, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, veio instaurar o Sistema Previdenciário Brasileiro. A referida Lei propunha para as empresas na época, a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões, a fim de beneficiar através da garantia de alguns seguros, tanto os trabalhadores como seus familiares. A primeira categoria profissional a aderir à criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões foi os ferroviários, uma vez que, representava a maior categoria trabalhista em expansão na época. Com o passar dos anos, outras categorias aderiram ao sistema (MÉDICI, 1997).

Médici (1997) refere que a partir da década de 1930, a migração da população brasileira do meio rural para o meio urbano e, conseqüentemente, o assalariamento das classes desencadeou uma reformulação político-econômica no País. Cria-se, então, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Sistema Social Previdenciário passa a ganhar mais expressão, merecendo maior atenção por parte do Estado.

As categorias profissionais agora fortalecidas pela crescente adesão dos trabalhadores se organizam e criam os Institutos de Aposentadorias e Pensões, e o direito aos benefícios previdenciários além de usufruídos pelos trabalhadores urbanos, estende-se também à categoria de trabalhadores autônomos. Foi essa adesão da classe trabalhadora aos Institutos de

Aposentadorias e Pensões que fez com que o Estado se posicionasse de forma a assumir uma postura mais próxima na gestão, administração e controle dos sistemas.

Na época, a contribuição na Previdência Social era feita tendo, como base, o salário do trabalhador, o que gerava oportunidades de acesso díspares, pois, aqueles Institutos formados por categorias profissionais mais qualificadas obtinham maiores recursos de acesso. Com o objetivo de corrigir essas disparidades, criou-se em 1945 o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), o qual buscou unificar as diversas instituições previdenciárias que haviam se originado e centralizar o seguro social de toda a população brasileira economicamente ativa. Entretanto, o governo de 1946³ não homologou a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (MÉDICI, 1997).

Em 26 de agosto de 1960, houve a promulgação da “Lei Orgânica da Previdência Social” (LOPS), a qual, entre outros propósitos pretendia diminuir as distorções contributivas existentes entre as diferentes categorias profissionais. A contribuição maior desta lei, segundo (MÉDICI, 1997), foi a de ter “uniformizado” as contribuições e os planos de benefícios das diversas empresas que compunham os Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Em 21 de novembro de 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), órgão esse, que agregou em uma mesma estrutura seis Institutos de Aposentadorias e Pensões existentes na época. Durante a década de 1970, em meio ao processo de crescimento e reestruturação previdenciária, outras categorias profissionais até então, não reconhecidas se organizam e passam a exigir que façam parte dos benefícios previdenciários garantidos em Lei, entre eles estão: os trabalhadores rurais e as empregadas domésticas (1972), os trabalhadores autônomos (1973), o amparo previdenciário aos maiores de 70 anos e aos inválidos (1974), que até então, estavam condenados a uma velhice desamparada, pois, não contavam com nenhuma garantia de inclusão ou apoio do Estado (MÉDICI, 1997).

³ Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Devido a essa realidade, em transformação, em 1974, há o desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social, criando-se nesse período, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o qual respondia pela elaboração e execução das políticas de previdência, assistência médica e social da população. Em 1977 institui-se o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), propondo a fragmentação das funções dos sistemas em órgãos individuais determinados. Nesse período, a Seguridade Social começa a ser ampliada a várias categorias, encaminhando-se para consolidar, mais tarde, em direito de todos através do princípio de universalização.

Houve a criação de algumas entidades e a redefinição de funções para aquelas já existentes. Ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ficou a função de manutenção e concessão de benefícios. Ao Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), ficou a atribuição de prestar assistência médica a trabalhadores urbanos e rurais. O Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) tinha a finalidade de promover a gestão administrativa, financeira e patrimonial do sistema e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), foi atribuída a assistência social às populações carentes (MÉDICI, 1997). O autor salienta ainda que, além dessas entidades com funções específicas, outras pertenciam ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social: a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e a Central de Medicamentos (CEME).

Na década de 1980 foi criado o Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde dos Estados (SUDS). A partir disso, as atividades do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) passam a ser descentralizadas. Isso significa dizer que cada Estado da Federação passa a planejar o seu sistema de saúde. Com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), é garantida através do

Sistema Único de Saúde (SUS), *a universalização e integralidade do atendimento ao usuário*, reafirmando a descentralização para os Estados e Municípios.

Pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Seguridade Social passa a ser caracterizada como “um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à Saúde, à Previdência e à Assistência Social”.

Paralelamente aos avanços pretendidos pela Constituição (BRASIL, 1988), tais como: universalização, equivalência de benefícios urbanos e rurais, que conceituaram a Seguridade Social como um contrato coletivo, sinônimo de cidadania, a responsabilidade expressa na Constituição fez aumentar as dificuldades no seu padrão de financiamento, levando o sistema a mergulhar, atualmente, na grande crise previdenciária.

Entre as mudanças determinadas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e regulamentada em 1991, através das Leis 8.212 e 8.213 estão à preocupação em ser dada maior atenção ao homem do campo, sendo estendido o pagamento dos benefícios a todos os trabalhadores rurais e a redução em cinco anos para suas aposentadorias. Tal medida se estendia aos homens e mulheres rurais, sem exceções.

A partir dos anos de 1990 até hoje, o que se presencia no Sistema de Seguridade Social, é um cenário crítico nas áreas da saúde, da previdência e da assistência social, pois, os governos que estiveram no poder nesses últimos anos investiram de forma desproporcional na solução dos problemas dos setores econômico e social. Até hoje, na visão de Carvalho,

[...] continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. Finalmente, as rápidas transformações da economia internacional contribuíram para pôr em xeque a própria noção tradicional de direitos que nos guiou desde a independência (2001 p. 199).

O fenômeno do desemprego contribui para agravar a realidade atual, pois, conforme Castel (1997), na medida em que se estreitam às condições para a efetivação do trabalho estável, as gratificações e direitos trabalhistas, se desagregam também os sistemas das proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho, aumentando a vulnerabilidade de massas e, conseqüentemente da exclusão social no País.

Entre as mudanças mais recentes em 1998, pode-se mencionar a Reforma da Previdência Social que estipulou a todos os trabalhadores a transformação do tempo de serviço em tempo de contribuição e eliminou a possibilidade, até então existente da aposentadoria proporcional para os novos contribuintes. Institui ainda que a idade mínima para a aposentadoria seja de 65 anos para homens e 60 anos para as mulheres.

Para compreender os avanços e retrocessos no campo da Seguridade Social no Brasil, faz-se necessário, portanto, uma releitura crítica dos processos socioeconômicos, históricos e culturais que estiveram presente ao longo de sua trajetória, legitimação e desenvolvimento.

Entre as mudanças ocorridas no sistema previdenciário na década de 2000 está à revisão dos valores recebidos através da aposentadoria que estabelece novo teto para os benefícios, limitando, dessa forma os benefícios adaptando-os a criação de fundos complementares (BRASIL, 2003, Emenda Constitucional 41).

O momento atual é pleno de mudanças e novas perspectivas para a Seguridade Social Brasileira. Ao mesmo tempo em que busca se fortalecer através da expansão e cobertura dos benefícios, para atingir, através da previdência, saúde e assistência social, uma maior parcela populacional, o sistema previdenciário brasileiro busca, atualmente, superar crises de raízes estruturais e históricas.

As dificuldades se dão em razão do sistema previdenciário no Brasil estar alicerçado na ótica contributiva, e com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, dificulta e agrava sua manutenção, uma vez que, sendo contributivo, significa ser mantida pelo

trabalhador e com o enxugamento da mão-de-obra detectado nos últimos anos, a desproporcionalidade entre o número de contribuintes e beneficiários colaboram para inviabilizar a sua manutenção.

Há de se considerar ainda, que a redução da mortalidade infantil, controle da taxa de natalidade e o aumento da proporção de idosos no País neste último século, são fatores que interligados sobrecarregam a situação deficitária da previdência e intensificam ainda mais os problemas a serem enfrentados pelo sistema previdenciário.

A responsabilidade frente aos desafios que se impõem não diz respeito somente aos governantes que compõem o cenário político-econômico do País, mas, requer sim, a participação e vigília de toda a sociedade, pois, as mudanças e opções feitas refletem na vida dos cidadãos e poderão incidir futuramente tanto sobre a forma de perdas ou conquistas nos direitos sociais das novas gerações.

2.1 DIREITOS SOCIAIS: EVOLUÇÕES E RETROCESSOS

Pensar em direitos sociais nos remete a contextualizar o conceito de cidadania, ou seja, ao uso dos direitos civis e políticos expressos nos 245 (duzentos e quarenta e cinco) artigos originais expressos na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Marshall (1967) ressalta que na cultura filosófica ocidental os direitos reconhecidos ao homem, teriam seu princípio na vontade divina. Eram tratados, portanto, como direitos naturais, indispensáveis à ordem do mundo, à razão e a evolução natural das coisas. As civilizações orientais tradicionais como China, Índia e Japão não compartilham da mesma definição de direitos do homem como as civilizações ocidentais. Essas diferentes concepções denotam, sobretudo, que a concepção de direitos humanos não possui um conceito universal.

A concepção de cidadania começou a se expandir na era burguesa, quando a classe comercial e industrial das polis começou a impor novas relações sociais, econômicas e políticas à vida na aldeia, através do desenvolvimento e da propagação da economia. O incipiente capitalismo começa a se organizar sob a forma de mercado, através da relação de troca onde todos possuíam direitos iguais para aderir ou não, à nova ordem.

Nesse cenário, os direitos civis são reconhecidos. É relevante observar que tal legitimação não se deu levando-se em conta o reconhecimento do homem enquanto cidadão de direito, mas, pela necessidade de estruturação e consolidação de um novo modo de produção que se instalava, e para tal, necessitava de uma estrutura social organizada e coesa, condições ideológicas indispensáveis para a reprodução do atual sistema econômico.

O desenvolvimento do sistema se firma preconizando os primeiros indícios de suas consequências nefastas que, para Gueiros (1991, p. 22):

[...] Passam, então, a coexistir contraditoriamente, como face e contra face, o discurso da igualdade e a realização da desigualdade. De um lado, a afirmação da cidadania como condição de funcionamento do mercado. Do outro lado, a negação da cidadania como condição da produção e reprodução do capital realizada através da relação de poder e exploração.

Através da história é possível constatar que tanto a concepção quanto o exercício da cidadania foi, primeiramente, uma conquista coletiva, pois, a individualização dos direitos ainda é recente (POLIN, 1976). É preciso considerar que o processo de conquista da cidadania precisou de três séculos para se afirmar: direitos civis (século XVIII), direitos políticos (século XIX) e, mais recentemente os direitos sociais (século XX). Ambos são, portanto, um processo histórico, lento e ainda em andamento, se analisarmos as condições sociais, políticas econômicas e culturais em que foram se estabelecendo.

Há de se considerar que a Constituição Federal de 1988 foi imprescindível do ponto de vista da individualização das garantias imperativas ao cidadão, garantindo direitos cívicos à vida de homens e mulheres, crianças e idosos brasileiros de distintas raças e classes sociais. A

possibilidade de acesso aos direitos sociais reconhecidos em lei foi fundamental para a elaboração de outras legislações que contemplam segmentos sociais específicos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Novo Código Civil, a Consolidação do Sistema Único de Saúde e, mais recentemente, o Estatuto do Idoso (2003).

Os avanços conquistados no campo dos direitos sociais no Brasil ainda são tênues, em termos de ofertar a população alternativa de acesso concreto, mas, a Carta Magna, deixou como herança positiva a concretização da democracia e a legitimação de situações antes não resguardadas pela legislação anterior.

No campo do direito de família assegurou o reconhecimento de paternidade sem qualquer tipo de discriminação. A Constituição Cidadã, garantiu nesse sentido, a igualdade entre os irmãos, conferindo proteção e dignidade aos concebidos dentro ou fora do casamento.

A proteção do Estado se estendeu aos casais por meio da união estável, garantindo os mesmos direitos do casamento tradicional, tais como: pensão alimentícia, herança e partilha de bens, instaurando um novo conceito de família nos lares brasileiros.

Firmou a proteção da família, do Estado e da sociedade, inclusão social e direitos básicos como: alimentação, educação e saúde à crianças e ao adolescentes, sem exceção, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990. Assegurou o direito e o acesso a tratamento de saúde a todos os brasileiros, independentemente de exercerem atividade de trabalho remunerado ou de contribuírem para a Previdência Social.

Amparou os portadores de deficiência, através da reserva de vagas em concursos para cargos públicos garantindo a inclusão social de muitos brasileiros que viviam à margem da sociedade por apresentarem diferentes dificuldades no exercício da vida diária. Criou uma lei específica para garantir proteção aos idosos e condições econômicas na velhice através do benefício de prestação continuada.

No campo trabalhista garantiu novos benefícios para categorias, antes excluídas, como a dos empregados domésticos. Entre as mudanças asseguradas estão a conquista do salário mínimo, 13º salário, a licença maternidade e paternidade, aviso prévio, férias, descanso remunerado e a correção do valor do salário e a aposentadoria. Tal ampliação é fruto da contribuição obrigatória a partir de 1988, por parte do empregador.

As mudanças na legislação (BRASIL, 1988) provocaram outras transformações, como a vedação a todo e qualquer tipo de censura, seja de natureza artística, ideológica, política ou religiosa, superando as normas defasadas estabelecidas pela legislação de 1940. Promoveu o direito ao voto facultativo a partir dos dezesseis anos, mantendo a obrigatoriedade a partir dos 18 anos. A iniciativa estendeu aos jovens brasileiros a oportunidade de exercer a cidadania, a responsabilidade e a participação política nas decisões que envolvem o País.

O ambiente e a ecologia, que até então, não eram assuntos discutidos pela sociedade, entre as profissões e no meio político e acadêmico, passou a ser considerado um bem público e não meramente um bem econômico, agora protegido pela legislação. Fatores como a preservação da natureza, apropriação de áreas para fins particulares e crimes ambientais, são temas previstos na lei máxima.

Decorridos vinte anos da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), com propósitos de equidade, dignidade e justiça social, grande parte dos problemas do País não se resolveram, se forem considerados alguns critérios como direitos humanos e distribuição de renda. De um lado persiste um Estado paternalista, com propósitos atrasados para propor uma política nova, do outro, uma sociedade em plena transformação, onde, as mudanças se instalam no campo dos direitos do cidadão, sob a égide da necessidade de adequar a Constituição à nova realidade, mas, o que vemos são reformas e emendas constitucionais que retiram direitos trabalhistas e previdenciários, até então garantidos, gerando retrocessos.

Entretanto, o que se presencia, é um cenário marcado por movimentos de luta e resistência frente a um novo paradigma que se instala que tem como bases a fragmentação dos direitos, a desproteção social e o dismantelamento do indivíduo. Reforçam o estereótipo de sujeito carente, pobre, necessitado, e não o consideram enquanto homem de direitos e deveres. Intervir nessa realidade e se posicionar frente a ela, exige uma leitura crítica que se proponha a superar ações isoladas e promover a articulação coletiva dos sujeitos através de iniciativas que se traduzam num chamamento para a reflexão, conscientização e coragem em romper com ideias tutelares e subalternas.

Refletir acerca da garantia de direitos (civis, políticos e sociais) tão essenciais para a valorização da vida humana em pleno século XXI, depois de a civilização ter sobrevivido aos ideais do escravismo, da dominação, da subordinação que regeram as relações humanas ao longo dos séculos, a sensação que temos é de estar voltando ao primórdio dos tempos, mas, é preciso lembrar, que não podemos deixar de acreditar que é dos retrocessos que construímos os avanços.

2.2 OS IDOSOS E OS SEGUROS SOCIAIS

2.2.1 A aposentadoria como recomeço da vida

A decisão de aposentadoria marca um dos mais importantes ciclos da vida de homens e mulheres de diferentes realidades. Na visão utilitarista da sociedade industrial contemporânea, a aposentadoria está culturalmente associada à inatividade.

Com a diminuição da capacidade produtiva e competitiva, constatou-se com a pesquisa que a despedida do trabalho tende a afetar mais os homens, que passam a se sentir perdidos e isolados longe do espaço profissional, pois, por três ou quatro décadas de trabalho, fizeram do espaço público sua única representação.

Entendida economicamente como a retirada da força de trabalho, os valores mais recentes dos tetos pagos pelo benefício no Brasil variam segundo o salário do trabalhador e o tempo de contribuição, sendo admitida atualmente a possibilidade de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço.

Com a promulgação da Reforma da Previdência Social no Brasil, a aposentadoria por idade para trabalhadores do contexto urbano está fixada em 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos de idade, se mulher. Para os trabalhadores rurais estabelece-se 60 anos de idade para o homem e 55 anos de idade para a mulher. A legislação prevê novas regras aplicáveis para situações de aposentadoria por tempo de serviço, invalidez, aposentadoria especial ou proporcional e casos específicos que tratam à lei.⁴

Em suma, a nova Previdência Social prevê menores benefícios e maior tempo de contribuição para a concessão de aposentadorias no Brasil. Para os trabalhadores brasileiros, o campo do direito trabalhista e previdenciário é afetado de forma negativa desde a sua criação. Contudo, essas transformações socioeconômicas preocupam a sociedade como um todo. Os estudos acadêmicos que tratam do tema ainda são poucos, perante uma realidade crescente que recai não apenas sobre o “velho” ou o “aposentado”, mas, que atingirá a todos em dado momento da vida e por sua relevância social.

Os proventos advindos do benefício da aposentadoria são garantidos formalmente em lei pela Previdência Social. Para sua concessão é exigido que o cidadão tenha contribuído

⁴ Comentários nossos à Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, a qual deu origem à promulgação da Reforma da Previdência Social no Brasil. Brasília/DF, 2004.

com o sistema previdenciário. Prevê o recebimento de uma renda para sua manutenção, a fim de assegurar uma velhice amparada.

Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a concessão da aposentadoria poderá se dar por razão compulsória, voluntária e/ou por invalidez permanente. Os requisitos e exigências para usufruir o benefício da aposentadoria variam de acordo com a história de vida de trabalho de cada segurado, seja no meio urbano ou rural. Os proventos são geralmente proporcionais ao tempo de contribuição e serviço, baseados em tetos salariais que determinam o seu valor (MAGALHÃES, 1995).

Estudos revelam que a aposentadoria foi criada na Alemanha, no final do século XIX. Nos países industrializados, os sistemas de aposentadoria foram implantados com o Estado de Bem-estar Social. No início do século XX surgem teorias sociais que buscam explicar a necessidade de retirada do trabalhador idoso do processo produtivo, sugerindo, assim, a transferência da velhice para um mundo à parte, isolado socialmente, são elas:

A Teoria do Desengajamento, de Cumming e Henry (1961), defendia que o afastamento dos mais velhos da sociedade industrial possibilita a abertura de novos espaços aos mais jovens que apresentam competências mais ágeis e precisas na realização de tarefas e na resolução de problemas. A Teoria da Modernização, de Cowgill e Holmes (1972), defende que a retirada dos idosos da sociedade industrial moderna se faz necessária devido aos novos processos de tecnologia e a urbanização. Defende que os mais velhos são possuidores de conhecimentos ultrapassados, pois, hoje, a educação obrigatória proporciona maior escolaridade aos mais jovens e eles têm maior acesso aos novos conhecimentos e inovações tecnológicas. Além disso, a realidade mostra que muitos idosos não tiveram acesso à educação em época própria e hoje são analfabetos.

Ambas as teorias foram muito criticadas, mas a realidade mostra que na atual sociedade existe uma competição para permanência no mercado de trabalho entre jovens e

idosos, realidade esta que tende a ser mais favorável para os jovens. Por outro lado, essas teorias explicam os valores em que a sociedade se alicerça quanto à questão da velhice. Há, portanto, que se trabalhar em prol de superar e romper com a ideologia que visa estigmatizar os idosos por não produzirem mais. Segundo Py (2004 p. 221):

[...] a aposentadoria pode se apresentar como um tempo de reconstrução de novos investimentos e de novas descobertas. [...] projetos criativos, elaborados a partir da tomada de consciência da sua situação de sujeito socialmente construído, podem lhe oportunizar um novo relacionamento com a vida e o aproveitamento desse tempo livre de que dispõe, a despeito de todas as limitações que lhe são impostas.

A fase da aposentadoria é marcada, sobretudo, pela interrupção das atividades profissionais e o ingresso em um novo ciclo de vida que tende a ser, em geral, de muitas mudanças com relação ao período que a antecedia. Por isso, na terceira idade, novas formas de reinserção no cotidiano precisam ser pensadas para que o idoso se mantenha ativo, considerando-se o maior tempo livre, de que se dispõe com a chegada da aposentadoria. A mudança de hábitos, a diminuição do círculo de amigos e o convívio mais intenso com a família são acontecimentos marcantes nessa etapa da vida.

Em face de todas essas circunstâncias, torna-se necessário reinventar o cotidiano por meio de novas ocupações, realizando algo que faça o idoso sentir-se útil, como fazer um curso, passear e conversar, alternativas de lazer que rompam com o isolamento e mantenham o corpo e mente ativa, levando-os a envelhecer com otimismo e prazer.

A participação e o envolvimento dos idosos devem ser estimulados nos grupos, centros de convivência, clubes ou programas universitários e até nas instituições de residência e abrigo. Participar, entretanto, não significa, somente, usufruir as atividades e programas pensados e organizados pelos outros. Participar significa trabalhar coletivamente, incluir-se nas discussões e proposições de alternativas, no planejamento de ações, na concretização de planos, na gestão, no controle e na avaliação das atividades.

É preciso ampliar as possibilidades de lazer e os objetivos dos programas destinados aos idosos, qualificando os existentes, incentivando a autoexpressão, a troca de experiências, o fortalecimento mútuo, a criatividade, a autonomia e, especialmente, os processos emancipatórios capazes de conduzir à plena inserção na vida social.

2.2.2 A pensão como novas possibilidades

O benefício previdenciário caracterizado como pensão, prevê o pagamento mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito do contribuinte (MAGALHÃES, 1995). De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), as modalidades das pensões podem ser: vitalícias ou temporárias aquelas que comprovem dependência econômica e sejam judicialmente designados como beneficiários.

De acordo com estudo realizado (KUNZLER, 2004), constata que por fatores como baixa escolaridade e pouca experiência no mercado formal de trabalho, as mulheres idosas vivem com benefícios advindos em sua maioria de pensão por viuvez. Essa realidade vivida pelas pesquisadas leva a constatar que a mulher idosa viúva possui situação sócio-econômica mais favorável em comparação ao homem idoso viúvo, embora, pois, acumule pensão (marido) e aposentadoria (própria). Em segundo lugar ficou constatado que apenas 20% das idosas entrevistadas participaram ativamente do mercado de trabalho. Em menor grau, há, portanto, aquelas que acumulam ambos os benefícios: o da aposentadoria e o da pensão por viuvez.

2.2.3 O Benefício de Prestação Continuada (BPC) como garantia de direitos

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), reconheceu os idosos e o portador de deficiência como segmento especial da população. Tal reconhecimento chama a atenção para a importância para a implantação de políticas sociais e adequação de vias e ambientes públicos que possibilitem a essas pessoas viver com qualidade de vida.

A legislação (BRASIL, 1988) habilitou, através da política de assistência social (Artigo 203 – inciso V), o repasse de um salário mínimo mensal para idosos e portadores de necessidades especiais, por meio do Benefício de Prestação Continuada, criado em 1996 para auxiliar nas despesas de sua manutenção quando este se declarar impossibilitado de prover seu próprio sustento, independente, de terem ou não contribuído para a Previdência Social.

Tal benefício é gestado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, porém, operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social através da Assistência Social conforme pressupõe os Artigos 20 e 21 da Lei 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), o benefício é estendido a cerca de 1,3 milhões dos idosos mais pobres do País. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) investiu cerca de R\$ 6,6 bilhões. Os idosos contemplados não tinham o direito de desfrutar do benefício se fosse considerado o período anterior da Constituição Federal de 1988.

Com a realidade demográfica do País em constante transformação atingindo gradativamente a longevidade, as vias de acesso ao Benefício de Prestação Continuada tornam-se cada vez mais seletiva, pois, entre os critérios para a sua concessão está a comprovação de renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo na família que o acessar.

Criado na perspectiva de direito social, o Benefício de Prestação Continuada, à medida que inclui, enquanto um benefício pessoal que o cidadão aciona em situações de incapacidade

para o trabalho e/ou condições econômicas desfavoráveis do núcleo familiar para prover o seu sustento, ele também exclui por critérios que limitam o acesso.

Há de se considerar ainda, que outro aspecto excludente deste benefício reside no fato que a sua concessão a um membro, impede que os demais sejam incluídos em outros auxílios, o que significa dizer, que o que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), assegura enquanto benefício pessoal passa a ser na maioria das vezes o auto-sustento do grupo familiar, não gerando assim, melhorias nas condições de vida do beneficiário incapacitado que o adquiriu.

3 A REALIDADE DO ENVELHECIMENTO EM SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS

O Brasil que até pouco era considerado um país de jovens e, atualmente esta concepção vem se modificando gradativamente, devido às modificações demográficas desta realidade resultante, passando a ser um país em acelerado processo de envelhecimento (VERAS, 1994). Fatores determinantes como as mudanças nos níveis de mortalidade e fecundidade, propiciados por novos conhecimentos e recursos da tecnologia médica e estética, contribuem para a longevidade.

Na realidade brasileira, por exemplo, o percentual de pessoas com mais de 60 anos que era de 4% da população, em 1950, ampliou-se para 6,4%, em 1980, passou para 7,3% em 1991, chegando 8,6%, em 2000. Se houver continuidade nas tendências de elevação das taxas de longevidade estima-se que, em 20 anos, os idosos constituam um segmento ainda mais expressivo, podendo exceder a cifra de 30 milhões de pessoas, o que significa uma percentagem de mais de 13% da população brasileira (IBGE, 2002).

O brasileiro passou, portanto, a viver mais. A estimativa para uma pessoa que nascia em 1900 era de 33,6 anos, enquanto, em 2000 a expectativa de vida passou para 68,6 anos. Cabe salientar, que, também houve uma diminuição relevante no número de filhos. Em 1940,

de 6,3 filhos por mulher, a quantidade no ano 2000 baixou para 2,3 filhos (IBGE, 2000, p. 12).

Existem várias definições para conceituar a *velhice* e *idoso*. Em geral, é difundido pela literatura que as pessoas acima de 60 pertencem à terceira idade, porém, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica o envelhecimento em quatro estágios: Meia-idade: 45 a 59 anos; Idoso(a): 60 a 74 anos; Ancião(ã) 75 a 90 anos; e Velhice extrema: 90 anos em diante. A faixa etária dos 60 aos 65 anos é considerada um marco referencial em função principalmente do estabelecimento da idade para o início da aposentadoria.

A idade pode ser biológica, psicológica ou sociológica à medida que se enfoca o envelhecimento em diferentes proporções das várias capacidades dos indivíduos. Na década de 60, apenas 5% da população tinham mais que 60 anos, as previsões para 2020 são 13% da população com essa idade ou mais. Entretanto, a transformação da velhice em problema social não pode ser encarada apenas como decorrente do aumento demográfico da população idosa. Dessa maneira, a problemática do envelhecer gira mais em torno do funcionamento da sociedade no qual está inserida do que no volume da mesma (DOURADO; LEIBING, 2002).

Atualmente, considera-se a existência de uma “Quarta Idade” que englobaria pessoas com 80 anos. De acordo com algumas estimativas, esta faixa etária alcançará uma representatividade considerável cerca de 4,5 milhões pessoas em até 2020. O dado mais preocupante é que este tempo de vida não é alcançado de forma satisfatória e sem graves problemas; ao contrário, estes seres humanos, passam a ser indevidamente marginalizados e apresentam um quadro de múltiplas carências: emocional, material, financeira, entre outras, pois, não se prevê um trabalho preventivo em relação aos idosos visando, principalmente, prepará-los para um melhor enfrentamento deste período (SIMÕES, 1998).

É fundamental que se perceba que o envelhecimento não é somente “um momento na vida do indivíduo, mas um *processo* extremamente complexo e pouco conhecido, com

implicações tanto para quem o vivencia como para a sociedade que o suporta ou assiste a ele” (FRAIMAN, 1995, p. 19). Segundo Bacelar (1999), trata-se de um conjunto de alterações psicofísicas do organismo da pessoa e de sua maneira de interagir com o meio social no qual está inserida.

A sociedade contemporânea é testemunha do extraordinário desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias que resultaram em mudanças significativas na vida das pessoas, ampliando seu bem-estar, sua qualidade de vida e possibilitando uma existência mais longa. O acelerado envelhecimento populacional, constatado não só em países de alto nível socioeconômico, mas também nos países ainda em processo de desenvolvimento, trouxe sérias implicações econômicas, políticas, jurídicas e sociais, uma vez que o Estado precisa dar conta de atender o contingente crescente de idosos, através de políticas públicas específicas. As áreas da saúde, da assistência e da previdência social são as que têm sofrido maiores impactos.

Embora com tantos avanços, sabe-se que o Brasil é um país onde persistem grandes desigualdades sociais, decorrentes de um sistema – o capitalismo – que foi adotado para garantir o seu desenvolvimento, mas este, além de não ter solucionado os problemas mais básicos da maioria da população, como saúde, educação, habitação, precisa ainda criar alternativas para um envelhecimento apropriado dos seus cidadãos.

Se para os mais jovens, o acesso às políticas sociais para inclusão é restrito, muitos idosos se sentem discriminados e negligenciados em seus direitos, pois, a esfera pública ainda não se preparou através de programas de atendimento eficazes e políticas específicas para contemplar esse público.

No cenário atual do País, outras mudanças se revelam. Se por um lado, somos desafiados a pensar sobre a preparação necessária para enfrentar as mudanças que vem ocorrendo na variável demográfica brasileira e mundial, por outro, discussões envolvem as

transformações, formas e relações ocorridas no mundo do trabalho (ANTUNES, 1995; CASTEL, 1997; SERRA, 2001; KAMMER, 1998).

Num cenário em que o processo de industrialização, flexibilização e terceirização tornam o acesso a um posto de trabalho cada vez mais excludente. Essa realidade está presente principalmente, nos grandes centros urbanos, onde cresce visivelmente a informalidade, fazendo com que as precárias condições de vida da população se agravem devido à ausência de uma política de desenvolvimento que contemple a todos.

A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do país ficou em 14,8% em maio, ante os 15% registrados em abril e 16,4% em maio de 2007. O total de desempregados nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal em maio foi estimado em 2,949 milhões de pessoas. Nos setores de serviços, construção civil e os empregos domésticos tiveram queda abrupta de um total de cinco mil postos de trabalho⁵ no cenário brasileiro. A realidade econômica e política do País não oferecem, portanto, perspectivas de inclusão e permanência dos sujeitos com pouca escolaridade e qualificação profissional em postos de trabalho que assegurem proteção social.

Para a população economicamente ativa, a aposentadoria se torna cada vez mais remota, devido às mudanças nas políticas previdenciárias que retiram dos trabalhadores brasileiros direitos adquiridos na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

No meio urbano forma-se um novo perfil de aposentados que, receando as alterações e maiores exigências na concessão dos benefícios nos planos de aposentadoria, opta pelo desligamento precoce das atividades produtivas. Em função dessas mudanças, a imagem sócio-cultural da aposentadoria e da velhice se altera, seja através da reforma na legislação da Previdência Social, como na forma como homens e mulheres enfrentam as mudanças que chegam com essa fase da vida.

⁵ Os dados fazem parte da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), atualizada em 24 de setembro de 2008 pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

Há transições em todas as esferas da vida sócio-econômica e política do País. Por um lado, essa nova era retira direitos trabalhistas e previdenciários daqueles que contribuíram durante toda a sua vida profissional para que pudessem obter através da aposentadoria uma vida digna, quando não mais tiverem condições de exercer seu trabalho, por outro, as consequências dessas mudanças fazem expandir o desemprego, a vulnerabilização dos postos de trabalho, o aumento da exploração e da desproteção social, que leva a precarização das condições de vida e, conseqüentemente das desigualdades sociais em escala global.

O mundo globalizado impõe novos valores e comportamentos sociais que privilegiam em sua maioria, apenas os mais jovens, sem valorizar o legado e sabedoria inquestionável dos idosos. Esses novos padrões socialmente instituídos não consideram que, dentro de pouco tempo, o País será composto predominantemente por idosos, o que fará com que toda a sua estrutura social e econômica se altere, principalmente, no que tange às vias de acesso ao Sistema de Seguridade Social Brasileiro.

É preciso contemplar, portanto, essa faixa etária da população em discussões que proponham novas alternativas para que os idosos também sejam incluídos e considerados enquanto sujeitos partícipes desse processo de transformação histórico, social, econômico e cultural. Apesar do avanço conquistado através do Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003), ainda são tênues as propostas, em termos de políticas sociais para esta faixa etária, no sentido de ofertar a este segmento populacional alternativas de acesso concreto.

Nas sociedades ocidentais, a fase de afastamento da atividade produtiva (trabalho) e a entrada na aposentadoria, em geral estão associadas e estigmatizadas como um verdadeiro “fardo” para a sociedade. Com isso, repudia-se a imagem em que o seu acesso se constitui, num direito de cidadania da população. Como referencia Costa (2005 p. 21):

[...] Para uma sociedade que idolatra o trabalho, a aposentadoria vem a ser a perda do próprio sentido da vida. Representa para o sujeito não uma perspectiva de realizações futuras, mas uma constatação do fim, devido à parada e ao declínio. Em determinado momento, o ser humano deixa de ser

um membro ativo da sociedade, é afastado do trabalho pela aposentadoria, e o estigma de ser inativo se incorpora à sua vida. O status profissional deixa de existir, e o indivíduo passa a inserir-se no grupo dos aposentados, o que equivale à perda do reconhecimento social, pois ele deixa de ser um propulsor da vida presente. Esse é o período da vida em que os trabalhadores enfrentam situações na qual o estigma vem à tona, obrigando-os a uma reconstrução de sua identidade e de reorganização de seu cotidiano. A não aceitação deste estigma é fato constatado em uma luta diária desses sujeitos.

Nesse sentido, a fase da velhice e conseqüentemente a aposentadoria passam a serem situações estigmatizadas pela sociedade como um estado parasitário do homem. O velho sofre mais por representar a imagem da velhice, do que pelo declínio físico do avançar da idade e sua resultante perda das capacidades orgânicas, conforme faz referência Beauvoir (1990, p. 42):

Os homens eludem os aspectos de sua natureza que lhes desagradam. E, estranhamente, a velhice [...]. Há apenas pessoas menos jovens do que outras, e nada mais. Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar [...]. Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminoso. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como parias.

A ótica da imagem negativa da velhice é definida pela sociedade moderna que embasa sua cultura no trabalho, no consumo, na jovialidade e na valorização do corpo, relegando a velhice ao plano da decadência física, da senilidade e da segregação.

A tendência dos padrões atuais de produtividade é de subestimar o investimento no idoso ou para o idoso, pois, não interessa ao Estado investir em programas que não ofereçam possibilidade de retorno através da mão-de-obra para a produção, fator principal para o aumento do capital.

Essa realidade faz com que o idoso se sinta discriminado e negligenciado em seus direitos, tanto pela omissão de uma política pública com propósitos específicos para esse segmento, quanto pelo ideário social que alia a velhice a fatores negativos como doença, isolamento e inexistência de um papel social, apenas, virtual.

Muitos pensadores como Motta (1999) e Monteiro (2001) contribuem para contemplar a velhice sob o ponto de vista positivo, através do aspecto evolutivo, visando descobrir alternativas para se viver com qualidade de vida, pois, acreditam que, apropriar-se das experiências da vida, só é possível por meio do envelhecimento.

O envelhecimento é um processo biológico, universal. Na maior parte dos seres vivos, em particular, dentre os seres humanos, este processo não permite definições fáceis, não se resumindo a um simples transcurso do tempo (MOTTA, 1999, p. 107).

Nessa perspectiva, o envelhecimento é um fenômeno contínuo e progressivo nos organismos em atividade, estando, dessa forma, diretamente ligado a múltiplas alterações de ordem biopsicossocial que acontecem de forma dinâmica ao longo da existência humana. Nas referências de Monteiro sobre essa fase da vida, constatou-se que:

A velhice é um prolongamento de um processo que se perfaz na temporalidade, através de mudanças cíclicas biológicas, oscilando entre o declínio e a renovação contínua, sempre em busca de uma nova estrutura. Em cada nova estrutura, uma nova possibilidade de descoberta (2001, p. 68).

Nesse sentido, não associa, portanto, essa fase ao declínio, mas, à evolução humana. Mesmo em idade madura é possível exercer a participação em todas as esferas da vida social. Vivenciar a velhice é uma escolha individual, que exige adaptação, reorganização, reconhecimento e respeito como qualquer outro cidadão.

3.1 IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS

3.1.1 O envelhecimento e a aposentadoria

O prolongamento da vida foi, sempre, uma aspiração da humanidade. A forma de tratar os idosos depende, entretanto, de cada cultura ou sociedade. Nas culturas primitivas, os idosos eram reconhecidos e valorizados pela sua experiência, maturidade e sabedoria.

Na sociedade contemporânea, o envelhecimento está culturalmente associado com a saída do mercado de trabalho e o ingresso na aposentadoria. Ao contrário do que significava aos antepassados, o saber acumulado ao longo dos anos nem sempre é fonte de reconhecimento e prestígio hoje. Muitas vezes, esse saber é menosprezado e considerado obsoleto.

Para compreender a forma que cada idoso(a) opta para viver a sua velhice, é relevante termos clareza do espaço ocupado pelo gênero masculino e feminino desde os tempos mais remotos até a contemporaneidade, tendo em vista a dicotomia existente entre o espaço público e o privado, a qual originou diversas formas de desigualdade que foram culturalmente sendo construídas entre homens e mulheres no decorrer da história.

Em tal configuração, enquanto o homem construiu sua participação voltada para a vida pública através do trabalho diário externo a casa, a mulher restringia sua atuação ao âmbito privado. As ocupações no lar e relativas à família eram consideradas e determinadas culturalmente como funções e obrigações femininas. Num contexto de visíveis mudanças, no que se refere à participação da mulher na sociedade, observa-se que a igualdade e a efetivação dos direitos femininos ainda são partes de um processo em construção, numa sociedade que dia-a-dia se transforma.

Para o desenvolvimento deste tema não se poderia deixar de focalizar a evolução do gênero feminino sendo importante, por isso, analisar a categoria cultura ao longo do processo histórico-social no qual a mulher viveu desde os tempos mais remotos até hoje. A partir dessa análise, constatou-se que a cultura define, entre tantos conceitos, costumes, regras e comportamentos sociais (LARAIA, 2002; LÉVI-STRAUSS, 1976).

A legitimação de a imagem feminina no transcorrer dos tempos deu-se em grande parte pela evolução dos comportamentos e costumes através da cultura. Desse modo, faz-se necessário compreender as transformações sociais a partir da realidade de cada civilização.

A diversidade cultural existente no mundo é imensa. Hábitos, crenças, condutas, atitudes, comportamentos e valores são adquiridos pelo homem através do meio em que foi socializado (LARAIA, 2002). Algumas culturas tendem a ser fechadas em si, reflexo do conservadorismo que as originou; outras se permitem adequar aos novos tempos, às transformações e inovações que caracterizam a sociedade moderna.

Entre as transformações pelas quais passa a sociedade contemporânea, situa-se o envelhecimento populacional em nível mundial, que se tornou um fenômeno sem precedentes na história humana. Muitos pensadores (entre outros: BEAUVOIR, 1994; HADDAD, 1993; MORAGAS, 1991; SALGADO, 1990) se propõem a investigar o processo de envelhecimento, valorizando as experiências enriquecedoras, que só são adquiridas nessa fase da vida.

No Brasil, considerado ainda, por muitos, como um País de jovens (VERAS, 1994), não se previu que haveria, em tão pouco tempo, um número tão significativo de idosos. O Estado e a sociedade não se prepararam para o enfrentamento de tal fenômeno, através de programas de atendimento eficazes e políticas sociais específicas que contemplassem a população envelhecida. Em consequência, o que se observa é uma realidade na qual os velhos

ainda não têm suas necessidades plenamente atendidas. A família, de modo geral, não possui suporte que a ajude a manter o seu idoso dentro de casa e com qualidade de vida.

Pensar a evolução humana sem levar em conta as mudanças e diferenças que esse processo implica no cotidiano é não considerar o homem na sua totalidade, através da bagagem histórica que o constitui enquanto sujeito de uma sociedade contraditória que se revela a cada dia (CURY, 2000).

Questões acerca da aposentadoria vêm assumindo um papel relevante nos tempos atuais, não só pelo fato de se relacionar com a parcela da população que mais cresce na variável demográfica do País, mas, também devido à economia vulnerável que enfrentamos.

Se antes, socializado, preparado e exigido social e economicamente por esta sociedade capitalista a cumprir com o seu destino de trabalhador, sendo dirigido em suas escolhas pela afirmação da produção/consumo, transformado em trabalho tem uma vida imersa em rituais cotidianos onde muitos forjavam sua identidade num labor e, nele, conseguiam o reconhecimento de seu valor que lhe conferia prestígio. O trabalho determinava os compromissos, horários e rotina. O afastamento do trabalho faz com que o tempo livre não esteja mais relacionado com o conjunto de atividades diárias que faziam parte da sua vida.

Há necessidade de mudança de hábitos cotidianos. Haverá diminuição no círculo de amizades ligadas ao trabalho, mas, por outro lado, uma convivência mais intensa com a família, que poderá ser harmônica ou conflituosa. Acontecem também as perdas de parentes e amigos mais frequentes na velhice. Torna-se necessário reinventar o cotidiano, por meio de alternativas que rompem com o isolamento, buscando algo que faça se sentir útil, através de novas ocupações para manter corpo e mente ativa, levando a envelhecer com otimismo e prazer.

Após o afastamento da ocupação laboral e com a realidade da aposentadoria, é preciso, portanto, ressignificar os planos e projetos de vida, a ocupação do tempo livre e as motivações

a essa nova condição socialmente imposta. Esta é a questão central desta investigação: analisar que ressignificados dão para a vida homens e mulheres idosos(as) que se afastam do mundo do trabalho, um espaço socialmente reconhecido e se inserem no mundo da aposentadoria, um espaço novo e desafiador, para quem se depara com ele, pois, não se fala em mundo da aposentadoria como um espaço socialmente reconhecido, apenas em aposentados.

Na aposentadoria, os idosos tendem a diminuir suas relações sociais e a não exercer a participação. O convívio social, os relacionamentos interpessoais e a troca de experiências, antes possibilitadas pelo trabalho são substituídos pelo isolamento e a ociosidade, levando a fase da velhice a ser marcada por sentimentos de inutilidade produtiva e de incapacidade para o estabelecimento de novas relações sociais.

Para enfrentar essas mudanças, por um lado, é necessário que os idosos recriem cotidianamente novas alternativas de participação, lazer e ocupação do tempo livre, mas, por outro, é imprescindível que a sociedade garanta o desenvolvimento integral e permanente do indivíduo também nessa etapa da vida.

A velhice precisa ser vivida e encarada, portanto, como um processo natural, como as demais fases da vida. O contato social, as amizades e as demais atividades realizadas são indispensáveis para se viver socialmente. As diversas possibilidades para se estabelecer contato com o outro, seja por meio de atividades comunitárias, físicas ou religiosas precisam ser exploradas, pois contribuem para que os idosos se adaptem às mudanças que o processo de envelhecimento envolve.

É indispensável, portanto, a participação contínua e permanente dos idosos em todos os espaços da vida social, desfrutando de situações e oportunidades de acordo com os interesses e recursos pessoais de cada um, mas, acima de tudo, que esse envolvimento seja resultado de escolhas que traduzem satisfação e vontade de viver.

3.1.2 A cultura e a sociedade

As sociedades são constituídas pela diversidade cultural, social e econômica. Do ponto de vista antropológico, a primeira definição de cultura foi formulada por Tylor (1977), o qual considerava a cultura como um fenômeno natural à evolução das raças de um mesmo grau de civilização. De acordo com Boas (1972), a cultura tinha de ser explicada a partir das investigações históricas, ou seja, através do particularismo histórico.⁶ Keesing (1961) defende que não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais.

A partir dessas percepções, a cultura, portanto, é algo apreendido, não depende das diferenças genéticas hereditárias, como etnia, raça ou miscigenação. Somente pela cultura, a humanidade distingue-se do mundo animal (LARAIA, 2002, p. 37).

Sabe-se que a cultura influencia e regula hábitos, costumes e o comportamento em sociedade. A diversidade cultural existente entre a espécie humana, como crenças, condutas, atitudes e valores que o homem adquire através da sociedade, é produto do ambiente em que ele vive e justifica a sua história cultural.

Na sociedade ocidental contemporânea, essa disparidade entre os gêneros, seja na divisão sexual do trabalho, na divisão de papéis sociais na família, na participação política e em tantas outras instâncias está sendo superada. Mas, ainda hoje, dentro de algumas civilizações, as possibilidades tanto para o homem quanto para a mulher ainda são aprovadas ou contestadas pela cultura do contexto social em que vivem, pois “a antropologia tem demonstrado que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outra” (LARAIA, 2002, p. 19).

⁶ Teoria segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou.

Dentro de uma mesma sociedade, é possível existir variações culturais. Basta observarem-se os hábitos, costumes e tradições que vigoram no cotidiano das diferentes regiões do país. Da mesma forma, dentro de um mesmo núcleo familiar, é comum haver diversidades culturais que se expressam através de rituais e vivências ímpares entre as famílias.

O padrão valorativo sobre um mesmo assunto é muito evidente entre as diferentes gerações. Os idosos, em geral, são associados a conservar antigos valores, enquanto os membros mais jovens vão adquirindo novos. Assim sendo, pode-se afirmar que a visão de mundo, as avaliações morais, valorativas e comportamentais são condicionadas pela herança cultural do meio onde se vive, portanto, consequência do aprendizado de uma cultura de determinada época histórica.

Dentro de cada sociedade, as possibilidades são exequíveis ou refutadas de acordo com a cultura desse contexto. Por meio do desenvolvimento da linguagem, o homem foi evoluindo e distanciando-se das demais espécies do planeta. A possibilidade de comunicação, portanto, torna possível estabelecerem-se relações sociais, por meio dessa afirmam-se ou negam-se ações e juízos frente à sociedade e aos indivíduos que a compõe.

[...] toda a experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação. Assim sendo, a comunicação é um processo cultural. Mais explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral (LARAIA, 2002, p. 52).

Em consonância com Lévi-Strauss (1976), a cultura teve origem no momento em que o homem estabeleceu a primeira regra/norma para o convívio em sociedade. Em sua perspectiva, a cultura está associada a um “sistema simbólico”, que, a partir dele, homens de diferentes culturas são reconhecidos por suas peculiaridades, como a maneira de se vestir

(comprova a região onde vive), o idioma (identifica a sua nacionalidade), as preferências gastronômicas (refletem sua tradição) e assim por diante.

Para viver em sociedade o homem deve se adaptar às leis, normas e diretrizes desta, ajustando-se à estrutura econômica e política, à crença e rituais religiosos de sua cultura e, assim, sucessivamente. As civilizações diferem muito entre si; os costumes e práticas de um determinado contexto podem ser vistos e não aprovados por outro sistema cultural. No que se refere à bagagem histórico-social e cultural que cada civilização se apropriou com o tempo acredita-se que:

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, discriminamos o comportamento desviante (LARAIA, 2002, p. 67).

As estruturas culturais de algumas sociedades transformam-se; outras se mantêm imunes no tempo. Na realidade atual, é possível se perceber tais mudanças através da transição do modelo de sociedade patriarcal do século XVIII, em que a terra cultivada era o maior patrimônio do homem, o casamento era indissolúvel, a mulher era impedida de exercer direitos, as famílias eram caracterizadas pelo grande número de filhos (ARIÈS, 1981).

Na sociedade contemporânea, houve profundas transformações na vida social, no mundo do trabalho e na constituição das famílias: ocorreram mudanças na inserção feminina, levando as mulheres adentrarem no mercado de trabalho.

Houve a flexibilização dos papéis sociais do homem e da mulher. Alteraram-se os costumes, os padrões de beleza, a moda. Houve a busca pela liberdade sexual feminina. As leis que regem a vida em sociedade se modificaram, entre uma infinidade de tantas outras mudanças.

Atualmente, o ritmo acelerado, as inovações tecnológicas e o conhecimento científico marcam o novo estilo de vida nesta sociedade. As transformações ocorridas na vida em

sociedade comprovam que a cultura não é um fenômeno estático, mas dinâmico para a maioria das civilizações. Laraia afirma que “cada mudança por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palcos do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras” (2002, p. 99).

Assim, entende-se que, dentro de uma mesma cultura ou entre culturas antagônicas, adequar-se às transformações societárias é importante para diminuir os conflitos entre as gerações e o preconceito na escolha por opções diferentes de comportamento ou de credo dentro da sociedade.

3.1.3 A cultura e o gênero

Por determinações biológicas e culturais, homens e mulheres vivem e envelhecem de formas distintas. Conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002, p. 14), a proporção de pessoas idosas do sexo feminino é superior ao sexo masculino, pois, no Brasil, as mulheres vivem, em média, oito anos mais que os homens. Na expectativa de vida populacional, existe, portanto, uma desigualdade de gênero.

Sendo a velhice um fenômeno crescente entre as mulheres, faz-se necessário aprofundar o conceito de gênero. Em estudos acerca deste conceito, constata-se que gênero e sexo possuem definições distintas. Enquanto ao sexo estão atribuídas as características biológicas que definem o *ser homem* ou o *ser mulher*; gênero é a construção histórica, social e cultural de cada um ao longo dos tempos, independente da civilização a qual se possa pertencer.

Nesse sentido, a terminologia gênero, abrange, portanto, o papel social, a conduta, as atribuições culturalmente impostas, reproduzidas e esperadas de homens e mulheres em

sociedade (STREY, 2004). A mesma visão é compartilhada por outros estudiosos do mesmo tema, ao afirmarem que,

Gênero é uma categoria analítica, dentro da qual os seres humanos pensam e organizam sua atividade social, e não vem a ser uma consequência natural da diferença sexual. É uma variável social atribuída a pessoas, de diferentes maneiras, variando de cultura para cultura. Tal conceitualização de gênero implica em que o seu significado nunca é dado, mas varia de acordo com específicos quadros culturais e históricos, e que seu significado é subjugado a um ininterrupto combate discursivo e negociação. Esse combate sobre significado não é um simples “debate” pluralístico de igualdade, mas contém sistemas de referência. Ele é circunscrito por forças de relações econômicas e étnicas existentes, e pelo fato de que, virtualmente, em todas as culturas seja lá o que for pensado como viril, é mais altamente valorizado do que seja lá o que for pensado como “feminil” (HARDING, 1986, p. 18).

As relações de gênero estão presentes na sociedade através dos papéis sociais, atitudes, comportamentos e valores atribuídos tipicamente aos homens e às mulheres. O envelhecimento está permeado por questões de gênero, dessa forma, homens e mulheres experenciam as mudanças ocorridas na velhice, sobretudo, a fase da aposentadoria, de formas diversas. Essas diferenças são as expressões individuais das experiências sociais vividas no passado, fruto de todo um processo cultural que se alterou.

As mudanças e problemas enfrentados na fase da velhice são, portanto, femininos, de forma predominante. O fato de a velhice adquirir, atualmente essa identidade, suscitou inúmeras indagações da pesquisadora. Primeiro, por esses sujeitos serem mulheres e, em sua maior parte, viúvas, pois, na época de sua juventude, a família era constituída a partir do casamento, o qual possuía um caráter indissolúvel que, para as mulheres, não se desfazia com a morte do cônjuge.

Em geral, as idosas de hoje construíram suas vidas sob a forte influência da sociedade patriarcal, que limitava os espaços ocupados pela mulher na família, na sociedade, na legislação de direitos. As idosas aposentadas, entrevistadas, foram, sem dúvida, as que enfrentaram mais fortemente as resistências da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Ao analisar diferentes civilizações e períodos históricos, constata-se que o tratamento desigual entre o homem e a mulher começou na própria história da humanidade. Ocupando o espaço público de forma preferencial o homem constituiu-se como centro do poder, do conhecimento, das grandes decisões econômicas e políticas, ficando a mulher reservada ao espaço privado (a casa), ou seja, à margem das grandes resoluções externas à vida do lar. A diferente ocupação desses espaços pelo homem e pela mulher instituiu histórica e culturalmente a subordinação da mulher ao homem, ficando, assim, prejudicada a participação social feminina ao longo dos tempos (ARIEËS, 1981).

No Brasil, a partir dos séculos XVII e XVIII, amplia-se a participação feminina nas indústrias têxteis de tecelagem e confecção, mas, nas áreas mais privilegiadas, como na medicina e no direito a participação era restrita. Nessas áreas era necessário possuir maior conhecimento intelectual. Como a mulher não era apoiada a estudar, essas eram áreas incentivadas e exercidas quase que exclusivamente pelos homens.

Ao se analisar a forma de organização do trabalho imposto pelas indústrias, constata-se que ele se caracterizou pelo ritmo prolongado em sua jornada diária, pela disciplina e intensa produção. O controle hierárquico de todo esse processo de trabalho era realizado por homens. A mulher participava apenas do processo produtivo, pois, o esmero e a habilidade manual eram qualidades peculiarmente femininas, enquanto que atividades de chefia e lideranças centravam-se no homem. A mão-de-obra feminina sempre foi discriminada através da execução de atividades de pouco prestígio, maior precariedade e menor gratificação (PERROT, 1995).

Essas situações reforçaram a atuação da mulher apenas ao espaço privado, à dependência, devotando-se as lidas domésticas e à família, competências essas perfeitas para a ordem e o bom funcionamento da sociedade na época. Essas desigualdades têm suas raízes

na cultura, onde, as valorações socialmente atribuídas ao homem e a mulher foram se estabelecendo.

Na década de 1930, entre as lutas do operariado brasileiro por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, pelo repouso remunerado, situou-se a causa da ampliação dos direitos de cidadania feminina, tendo resultado a instituição, pela Constituição Federal de 1934, do direito da mulher votar e ser votada (BRASIL, 1934). As mulheres, com isso começaram a participar ativamente da vida pública. A partir desse período, pouco a pouco, as reivindicações femininas começaram a ser atendidas. Além de votar, as mulheres conquistaram o direito de ingressar nas instituições de ensino, garantindo, assim, sua inserção e reconhecimento social.

A ampliação dos direitos civis à cidadania feminina deu-se somente na década de 1960, através da criação da Lei 4.121, de 1962 e Lei 6.515, de 1977 através do Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, 1962 e 1977), que conferiu à mulher total capacidade de decisão, pois, até então, as mulheres não eram consideradas autônomas do marido, necessitando, obrigatoriamente da autoridade deste para trabalhar, sendo julgadas incapazes de decidirem por si próprias e pelos filhos.

A partir de 1970, com o controle da natalidade, o aumento da expectativa de vida e o ingresso da mulher no mercado de trabalho, há um aumento significativo da participação feminina nas atividades econômicas, conquista essa que garantirá definitivamente a sua independência financeira do homem.

Nas décadas seguintes, a mulher, que até então, tinha sua imagem associada apenas à manutenção da vida privada, passa, assim como o homem, a ter participação na vida pública, mostrando ser possível, administrar tanto a vida familiar como a vida profissional, de forma concomitante.

É possível inferir que essa época marca a mais significativa conquista feminina, que se traduz na possibilidade que a mulher ocidental conquistou de se tornar protagonista de grandes ações na história da humanidade, reafirmando a sua imagem e seu papel social. A mulher, dessa forma, vai se libertando das restritas atribuições que a ligavam tradicionalmente ao lar, e que por muito tempo a deixaram à margem das decisões políticas, sociais e econômicas na sociedade.

Na cultura contemporânea, os papéis sociais do homem e da mulher flexibilizaram-se, alterados pelas mudanças ocorridas nos modos de produção que deram origem à era industrial, trazendo como marco positivo a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho. As transformações do mundo moderno implicaram também em significativas mudanças na forma de organização das famílias, sobretudo, através do menor número de filhos entre os casais.

O antigo acordo entre os gêneros, imposto pelos dogmas da cultura patriarcal, rompeu-se. Os papéis definidos, por essa época, para as mulheres donas de casa, mães e esposas e os homens provedores do lar modificaram-se. Na medida em que as mulheres decidiram circular no espaço público, elas descobriram, nele, outras possibilidades de satisfação e realização pessoal através da sua participação em postos de trabalho, onde era possível produzir e recriar infinitas alternativas que as tornariam pessoal e economicamente emancipadas do sexo oposto. É o que demonstra Louro, ao afirmar que, “o conflito entre trabalho e lar, tão valorizado recentemente, está sendo superado pelo reconhecimento das necessidades de realização pessoal através do trabalho e cooperação entre os cônjuges” (LOURO, 1987, p. 121).

Para se chegar a esse novo contrato social que prescreve a igualdade entre homens e mulheres em ambos os espaços (público e privado) foram necessárias mudanças de valores culturais e pessoais em cada um, mas, também, uma transformação jurídica-política e social,

através da revisão das leis que regem a vida em sociedade, que criadas ao longo dos séculos em favor do homem, não conferiam à mulher o exercício do pátrio poder.

Essa evolução beneficiou e legitimou a mulher, pois a sociedade atual a reconhece como cidadã de direitos e não só de deveres. Com a Constituição Federal de 1988, as mulheres brasileiras casadas deixaram de ser consideradas apenas “colaboradoras” do marido, passando a exercer de forma igual sua cidadania no que se refere às decisões conjugais. Além de reconhecer a igualdade entre os gêneros na família, a Constituição de 1988, em seu Artigo 362, ampliou o conceito de família ao determinar que “a família, constituída pelo casamento ou por uniões estáveis, baseadas na igualdade entre o homem e a mulher, terá a proteção do Estado” (BRASIL, 1988).

Strey (1999) ressalta que a admissão da mulher no mundo do trabalho tornou possível a conquista de seus objetivos pessoais e profissionais, conferindo-lhe autonomia nas decisões sobre si própria.

Através do exercício profissional, a mulher permitiu-se conhecer outras formas de realização pessoal, as quais, hoje, ultrapassam os limites domésticos. Todavia, frente à realidade socioeconômica de muitas famílias no país, há de se considerar que a crescente participação da força de trabalho feminina não está associada apenas a fatores culturais, mas a fatores econômicos, uma vez que o ingresso de muitas mulheres no mercado de trabalho também é atribuído à queda do poder aquisitivo das famílias brasileiras, sendo, nestas situações, o trabalho feminino considerado um complemento para a renda mensal do grupo familiar.

Em diferentes postos de trabalho, a presença feminina é definitiva e cresce constantemente, até mesmo naqueles ambientes profissionais mais rígidos e obstaculizados, que, antes, possibilitavam o ingresso apenas dos homens. Sabe-se que em alguns espaços em que são oferecidos postos de elevado poder hierárquico, quando ocupados por mulheres, ainda

perdura uma forte ideologia que resiste em admitir a igualdade profissional entre os sexos. Essa realidade torna-se ainda mais evidente, quando se observa a disparidade de salários pagos a homens e mulheres para o exercício das mesmas funções.

Pode-se constatar que, ao longo dos tempos, as conquistas femininas deram-se de forma coletiva, portanto, elas não são mérito de uma única mulher, mas das mulheres em geral, que se uniram e reivindicaram direitos. Abrindo novos espaços, demonstraram capacidade para romper com a imagem histórica e culturalmente imposta, que, por um longo período, negou sua participação e legitimação na sociedade.

As conquistas e a libertação feminina, assegurada nos dias atuais, é resultado de um processo histórico, social e cultural demorado, mas persistente. A legitimação da autonomia e cidadania feminina é uma trajetória ainda em andamento, pois, no cotidiano, as mulheres ainda são vistas manifestando-se, através de movimentos e associações, em busca de novas conquistas que as possam levar a avançar em suas reivindicações, a superar estereótipos que histórico e culturalmente estiveram associados à sua imagem e função social, promovendo constantes reflexões acerca da condição feminina hoje (SCOTT, 1992; STREY, 1997).

Quando se pensa na independência, autonomia e *status* conquistado pelas mulheres na sociedade moderna, não se pode deixar de levar em conta que o êxito atribuído ao sexo feminino não é algo comum à maioria, caso sejam consideradas algumas variáveis socioeconômicas e culturais, como classe social e etnia.

No contexto atual, a inserção feminina, numa perspectiva de classe, muitas vezes, determina e encaminha milhares de meninas adolescentes das regiões periféricas dos grandes centros urbanos à prostituição, levando-as, dessa forma, a reproduzir a subordinação feminina que marcou a trajetória das mulheres no passado.

Atualmente, vivem-se sob um modelo de sociedade voltada prioritariamente para o mercado, consumo e valorização do capital. Essa nova lógica societária tem como

características centrais o consumismo, o individualismo e o culto à beleza e à juventude. Os veículos de comunicação, sobretudo, a mídia televisiva, impõem padrões estéticos ao corpo, à alimentação, determinando comportamentos, imagem e valores. Os “padrões ideais” passam a ser aqueles que, por meio do consumo, favorecem e apoiam a mídia.

Os valores antes repassados pela família, escola, igreja e outras instituições consideradas universais perderam espaço para a mídia e para as novas tecnologias, passando estas se tornar elementos de referência na formação de crianças, adolescentes e jovens na modernidade.

Com isso, os padrões definidos pela sociedade capitalista conseguem penetrar mais facilmente em todos os âmbitos da sociedade, considerando inapto a conviver neste modelo de sociedade, predominantemente, aquele que não se predispõe a acompanhar tais progressos.

As relações familiares contemporâneas estão constantemente defrontando-se com as mudanças sucessivas do mundo capitalista. Essa realidade exige de seus membros adequações a situações novas, muitas vezes, gerando impacto nas relações familiares. Fatores como a mídia e as novas tecnologias podem interferir de forma positiva ou negativa dentro do contexto familiar.

O desemprego estrutural, as condições precarizadas de trabalho e a desmontagem do sistema de proteção social são alguns dos fenômenos que marcam as transformações ocorridas no mundo do trabalho na sociedade contemporânea (ANTUNES, 1995).

Enfim, vive-se numa sociedade onde a cada minuto a ciência apropria-se de novas descobertas através das constantes investigações e avanços da biotecnologia rumo ao envelhecimento com qualidade de vida. A sociedade, cultuando a imagem, faz com que os recursos e técnicas que propiciam o retardamento da velhice sejam os mais procurados, pois os padrões e valorações definidos socialmente associam a velhice a algo feio, negativo, devendo, portanto, torná-la, cada vez mais, longínqua (SCHNORR, 1998).

Dentro do enfoque seguido neste trabalho, é possível inferir que a crença e a busca por esses padrões, os quais são impostos, são frutos de uma sociedade que não está preparada para envelhecer. Aceitar-se envelhecendo, implica mudanças e, para tanto, é necessário aprender, redescobrir-se, assimilar novos valores, ideias e convicções pessoais e, até o período que antecede à fase de envelhecimento, culturalmente, não se está preparado para as mudanças que essa nova etapa da vida exige.

Reverendo como se deu a inserção da mulher, através dos tempos, em diferentes espaços, entende-se que sua presença quase imperceptível na história foi influenciada pelo conservadorismo da sociedade patriarcal, o qual ditava valores e atitudes à mulher. Quaisquer outras formas de participação e legitimação feminina, se não aprovadas, eram contestadas, tornando-a alvo de discriminação por transgredir os padrões convencionais de comportamento da sua época, conforme revela a fala:

Naquela época a gente era mal vista se fosse trabalhar. Lugar de mulher direita era em casa, cuidando da família. Quando optei pelo trabalho, a costura fora de casa, várias amigas se afastaram de mim aconselhadas pelos maridos (Ceci, 72 anos, Costureira).

É plausível afirmar que, no transcorrer dos anos, houve uma transformação cultural na sociedade, que levou à mudança de atitudes, comportamentos, hábitos, normas e valores tidos como tradicionais, os quais romperam com os valores rígidos do passado e com o ciclo de autoritarismo e soberania masculina nas relações homem e mulher.

A trajetória da mulher, permeada, sobretudo, pela tutela e controle masculino, fez com que ela mesma, por muito tempo, não vislumbrasse outro estilo de vida, senão a adaptação e reprodução das atribuições que lhe foram definidas culturalmente.

Acredita-se, portanto, que, independente da sociedade, época histórica ou cultural, nas relações de gênero, explícita ou implicitamente, está presente a relação de poder, as quais são

hierarquicamente ou “sutilmente” construídas na vida cotidiana, seja com o propósito de manter o bem-estar da estrutura familiar ou promover a ordem social.

3.2 OS DIREITOS SOCIAIS DOS IDOSOS NO BRASIL

Os idosos podem ter assegurado os seus direitos, formalmente, pelo Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), data considerada o “Dia Internacional do Idoso”. Até ser sancionado pelo Congresso Nacional, o Estatuto do Idoso percorreu uma longa trajetória. Os princípios que deram origem a essa lei foram democraticamente discutidos em debates, encontros e seminários, tendo como sujeitos os dirigentes de entidades representativas de aposentados, pensionistas e idosos de várias localidades do País.

Sem dúvida, a aprovação do Estatuto do Idoso pelo Congresso Nacional representou um marco histórico na legitimação de uma velhice digna aos brasileiros. A efetivação e usufruto dos direitos em defesa do idoso, entretanto, não estão sendo cumpridos em sua integralidade ainda que em vigor, ou seja, as leis por si só, se implementadas e não fiscalizadas, não garantem a cidadania e a autonomia plena daqueles a quem se destina.

Em alguns países como a França, a Espanha e Alemanha, os idosos são reconhecidos e respeitados em seus direitos, tendo a seu dispor todo o amparo de uma rede interinstitucional. No Brasil, o desligamento do mercado de trabalho na terceira idade, os ínfimos valores das aposentadorias, o descaso aos idosos são fatores que contribuem para prejudicar as condições de vida na velhice.

As possibilidades de acesso à saúde, assistência, educação, habitação e seguridade social e todas as demais medidas de proteção aos idosos, que são prescritas pelo Estatuto, representam uma mudança de cultura na concepção, na maneira de pensar e viver a velhice

numa sociedade que sempre teve uma imagem depreciativa das pessoas mais velhas, associando o idoso a um verdadeiro fardo para a família e para o erário.

No atual cenário brasileiro, as políticas sociais públicas não garantem o envelhecer das pessoas, com dignidade. Essa realidade é decorrente de um sistema de relações dos meios de produção capitalista, que tem como modelo social e econômico o neoliberalismo, em que predominam significativos investimentos nas políticas econômicas e são restritos os investimentos nas políticas sociais. Uma das consequências deste fato é a inexistência de programas adequados que garantam ao cidadão idoso o cumprimento efetivo dos direitos sociais previstos em lei.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o idoso como segmento especial da população conforme prevê em seu Art. 230 que: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes direito à vida” (BRASIL, 1988). É dever de toda a sociedade, portanto, criar alternativas para que o idoso tenha condições dignas de vida, embora se defronte com as ideias daqueles que privilegiam o que produz não os idosos, que, em sua maioria, são aposentados e pensionistas do sistema previdenciário do País.

Por interesses convencionais, a sociedade concentra sua atenção e seus serviços para a juventude e seus valores, sendo, portanto, a velhice discriminada, pois é constituída por aqueles que já passaram da fase de produção econômica. Nesse cenário, o conhecimento e o trabalho passaram a ser um meio de pertencimento social e a aposentadoria uma condição invisível, que gera o isolamento social do homem.

A discriminação está presente entre aqueles que não possuem acesso, ao menos, a um posto de trabalho. Por se encontrarem desempregados, sem uma renda que garanta o seu sustento e de sua família, bem como a inclusão nos padrões predeterminados de vida social, são excluídos da “sociedade de consumo”.

Para essa parcela da sociedade, onde estão incluídos muitos idosos, a saída do mercado de trabalho por meio da aposentadoria compulsória, a não previsão de reingresso na esfera produtiva, representa a desvalorização e o fracasso que marca e permanece naqueles que estão fora deste processo, pois, para a sociedade, a culpa pelo insucesso na inserção e permanência no mercado de trabalho está centrada única e exclusivamente nas capacidades e esforços do trabalhador, não no sistema.

Enfim, vive-se num tempo em que o que importa é produzir. O desemprego é um fenômeno que marca o fim da utilidade da pessoa na sociedade. Aqueles que continuam diretamente ligados ao processo de produção estão incluídos na sociedade, embora continue participando do processo de exploração do trabalho pelo capital, já, o outro grupo, aquele que está à margem do sistema, excluído do processo, vive de outros meios como o emprego informal e o subemprego, sem usufruírem dos direitos sociais garantidos em legislação.

O desmantelamento do Estado de Bem-Estar, que no Brasil nem mesmo chegou a concretizar-se, deixou desassistidos aqueles que necessitavam de atendimento às suas necessidades mais presentes, como alimentação, moradia, saúde, entre outros. Esses problemas aumentam em função do não investimento em políticas sociais públicas, que são mecanismos utilizados pelo Estado para dar conta dos problemas sociais que atingem a população assalariada em determinados momentos de suas vidas. Através de políticas sociais, o Estado intervém por meio de estratégias que certamente não irão extinguir totalmente a disparidade entre as classes, mas, amenizá-las (CASTEL, 1997; COUTO, 2004).

Na realidade brasileira, as políticas sociais ainda são, em sua maioria, restritivas e compensatórias. Paralelamente, à escassez de recursos, as demandas a que são destinados esses benefícios aumentam, ou seja, há mais pessoas que necessitam dos recursos, do que recursos disponíveis para atendê-las.

Em consequência, não há uma efetivação das políticas sociais públicas para o atendimento das necessidades básicas de todos aqueles que delas necessitam fator este, que agrava notavelmente as condições de vida das pessoas. O cumprimento dessa função estatal exige investimentos financeiros capazes de garantir acesso à saúde, habitação, alimentação, educação, assistência e aos demais direitos que estão constantemente se ampliando e se tornando mais complexos.

Atualmente, há toda uma mobilização da sociedade civil, dos grupos voluntários, dos movimentos populares e das associações profissionais que se organizam de forma a tentar suprir as lacunas deixadas pelo Estado em todas as esferas da sociedade.

De acordo com Wolkmer, “na medida em que se amplia politicamente a pluralidade de esferas sociais, o espaço político unificado e homogêneo das formas de representação tradicional cede lugar a uma proliferação de práticas coletivas” (1994, p. 228).

Considera-se relevante a atuação organizada dos sujeitos para o enfrentamento das desigualdades sociais, todavia, a proliferação dessas iniciativas não pode eximir o Estado de suas responsabilidades para com os cidadãos. As demandas da população devem ser atendidas através de políticas públicas adequadas e eficientes, assegurando-se toda a garantia dos direitos sociais formalmente prescritos.

3.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA ESSA FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Ao adentrar na velhice, o homem se depara com outra realidade socioeconômica diferente da época de vida produtiva, onde, através do exercício profissional cumpriu as horas a serem trabalhadas, as horas de descanso, as férias, e, depois de ter completado os anos de trabalho previstos em lei, depara-se com a aposentadoria (DUMAZEDIER, 1979).

Porém, é preciso pensar na realidade dos idosos que vivem em países em via de desenvolvimento, como o Brasil, onde a maioria dos velhos não possui renda mensal satisfatória e, por isso, não desfrutam de uma velhice plena, tendo que recorrer a auxílios, por meio de programas assistenciais. No cotidiano da realidade brasileira ainda que se apresentem as mais variadas situações de vulnerabilidades, riscos e vitimizações entre a população, romper com essas circunstâncias é tarefa árdua, pois, ainda que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) tenha instaurado a luta por valores como autonomia, cidadania e participação dos sujeitos, ainda hoje, não se admitem a extensão do direito a todos os cidadãos.

Na atualidade, conquistas como o pleno emprego e a proteção social vêm sendo fragmentados, perdidas essas, que, numa sociedade denominada salarial, vem repercutir nos sujeitos, que acabam por serem discriminados por não conseguirem um posto de trabalho, sem se levar em conta as causas estruturais que gesta essa situação.

Castel (1997) ressalta que na medida em que se estreitam as condições para a efetivação do trabalho estáveis das gratificações e demais direitos trabalhistas, se desagregam também os sistemas das proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho, retomando a vulnerabilidade de massas e, conseqüentemente da exclusão.

Destaca ainda, que não há mais hoje, apenas a figura do mendigo que por muito tempo dissimulou a existência de uma vulnerabilidade de massa na sociedade do antigo regime, mas, há o que se pode qualificar de “sobrantes”, que são os ex-trabalhadores assalariados que vivem hoje, a uma precariedade permanente e a uma insegurança cotidiana pela ausência de um mercado organizado de trabalho.

Na visão do mesmo autor, essas novas legiões de sobrantes se tornaram o alvo central das políticas sociais, pois, devido ao desemprego de longa duração, um contingente cada vez

maior da população recorre às políticas públicas, independente que os sujeitos sejam crianças, adolescentes, jovens ou idosos.

Diante desta realidade, a terceira idade vem assumindo um papel relevante, uma vez que, por circunstâncias como o aumento do desemprego, muitos idosos(as) são levados a agregarem em torno de si, filhos e netos. Schnorr (1998) ressalta que a incapacidade dos jovens em gerir o próprio sustento dá origem a novas configurações familiares no contexto atual, pois, é comum encontrar pessoas de diferentes gerações residindo juntas, compondo assim, novos “arranjos familiares”, que são desencadeados mais por fatores econômicos do que culturais.

Nesse contexto, os proventos advindos da aposentadoria ou pensão representam o sustento de toda a família. Com isso, a aposentadoria, que em outros países significa um período de merecido descanso, no Brasil, a realização dos planos de vida dessa fase, se torna projetos relegados a um segundo plano, pois, embora não possuindo renda mensal satisfatória, o idoso em muitos casos, torna-se o provedor indispensável do núcleo familiar.

Estudo divulgado pelo IBGE, feito a partir dos censos de 1991 e de 2000, mostra que na década passada aumentou em 47,5% o número de idosos chefes de família, sendo 4,3 milhões em 1991 e 6,4 milhões em 2000. Considerando tais percentuais, observou-se um aumento de 60,8% o número de chefes de família com mais de 65 anos que conviviam no mesmo domicílio com netos ou bisnetos. No início da década passada, essa população era estimada em 688 mil pessoas. No final do período, chegou a 1,1 milhão.

Os mesmos dados mostram que as aposentadorias e pensões, pagas pela Previdência Social no Brasil, atendem não só as necessidades básicas do(a) idoso(a), mas, de toda a família, que se torna sua dependente econômica direta. E a maioria recebe benefícios de um salário mínimo. Conforme define o estudo, “nesses casos, os idosos são fatores de equilíbrio social e, não, ônus”.

Frente a um contingente da população cada vez mais amplo que é excluído, estes fatos, evidenciam a necessidade de se procurar com urgência uma política social, adequada à população idosa em expansão e às futuras gerações. O ser humano nas diferentes etapas cronológicas da vida é um ser social que busca satisfazer suas necessidades através da relação com o meio onde se insere. Critérios como a falta de oportunidade de trabalho, disparidade de renda e o não cumprimento dos direitos humanos básico para uma sobrevivência digna é realidade crescente no país. Sposati (2004) acredita que se faz necessário, romper com a lógica perversa que assistência social é política para pobre, pois, só assim, ultrapassaremos a perspectiva conservadora de ajuda e caridade que acompanham o avanço da assistência social.

Nesse cenário, questões que envolvem a realidade do idoso vêm adquirindo crescente significado, tornando-se cada vez mais discutida por diversos setores da sociedade contemporânea. Os debates em torno do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) deram maior visibilidade a essa questão no plano político, econômico e social.

Considerando-se o acelerado envelhecimento populacional, a situação da velhice à margem da sociedade precisa ser revertida, através de políticas públicas, que permitam condições de vida e saúde dignas para os idosos(as) continuarem dando sua contribuição à sociedade, mantendo assim sua participação ativa na vida social.

Enquanto profissionais, temos que pensar a política de assistência social para além do campo da benesse, ou seja, é imprescindível continuarmos fazendo o exercício para reafirmá-la no campo do direito e da dignidade humana. É preciso trabalhar em prol da definitiva ruptura do caráter clientelista que esteve presente ao longo de sua trajetória.

Temos um projeto ético-político que se contrapõe às práticas paternalistas e as ideias neoliberais que estão postas na sociedade, conscientizar o usuário a acessar direitos, é assumir enquanto assistentes sociais o empenho em fortalecer a população como cidadãos e não meramente como sujeito beneficiário e subalternizado pela assistência.

4 A APOSENTADORIA E A VELHICE: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS PARA HOMENS E MULHERES IDOSOS(AS)

Neste capítulo serão apresentadas a análise e interpretação dos dados coletados entre os homens e mulheres idosos frente à passagem para a aposentadoria, e outras categorias relevantes como as implicações na família, nas relações sociais, nos planos, projetos e condições de vida. Cabe salientar, que tais categorias não foram eleitas por acaso, mas, porque emergiram durante esta investigação e agora se somam ao estudo.

As histórias de vida na passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado contadas por homens e mulheres idosos, revelam um momento de transição, de sentimentos dúbios, pois, para trás fica o mundo do trabalho, que lhes conferia a identidade de trabalhador (a), uma realidade incorporada e reconhecida socialmente, e à frente o mundo da aposentadoria, que lhe exigirá superar rupturas, descobrir novas possibilidades pessoais e cotidianas e reorganizar seus planos e projetos de vida para o futuro.

Faz-se necessário lembrar que todos os sujeitos entrevistados eram homens e mulheres idosos(as), aposentados(as) por tempo de serviço. Desempenharam as mais variadas profissões e apresentam diferente realidade socioeconômica e cultural, porém, o enfrentamento da aposentadoria é o elemento comum entre eles(as), que instigou a todos(as) ressignificar a vida cotidiana, as relações familiares, e, no nosso ponto de vista, o que é mais

desafiador nessa fase, considerando a relação com o tempo: ressignificar o próprio existir através de novos planos e projetos que superem as experiências vividas no trabalho.

Os nomes dos entrevistados são fictícios, para preservar a identidade dos mesmos, porém, o restante dos dados como: idade, escolaridade, profissão exercida, tempo de aposentadoria, ocupação atual, com quem reside e renda mensal são dados reais. Para os sujeitos as entrevistas possibilitaram “reviver a época”, “despertar emoção”, “pensar no que ainda não realizaram” e revelar quão opostos são os sentimentos com relação à saída do mercado de trabalho.

O encontro com a aposentadoria é, entretanto, uma experiência subjetiva e uma fase desafiadora para homens e mulheres. É um momento de transição que encerra uma fase da vida, desencadeia sentimentos, e, faz pensar o quanto é efêmera a chegada da velhice, o estreitamento do futuro e a finitude da nossa existência, como veremos a seguir.

4.1 A APOSENTADORIA: RECOMEÇO OU FIM DA VIDA?

A decisão pela aposentadoria, mais do que o afastamento da força de trabalho, subjetivamente pressupõe a escolha entre continuar exercendo alguma atividade de trabalho ou dedicar-se plenamente a outras possibilidades, preferencialmente mais prazerosas, como o lazer, o investimento em si próprio, considerando sempre, as variações salariais ao aposentar-se.

A opção pelo lazer nessa fase da vida pode ser considerada uma mudança positiva. A predisposição de usufruir maior tempo livre dependerá de como cada um se preparou financeiramente ao longo da vida para fazer essa escolha alicerçada nos rendimentos advindos da aposentadoria e/ou pensão. Por outro lado, o ingresso precoce na aposentadoria pode

significar o empobrecimento no padrão de vida. Nesse sentido, a decisão entre continuar trabalhando ou não, pressiona muitos homens e mulheres a adiarem os planos da aposentadoria.

Para o indivíduo se retirar da força de trabalho, faz-se necessário, portanto, avaliar além das condições subjetivas e psicológicas a sua situação socioeconômica para adentrar nessa fase, a fim de que essa decisão não se constitua numa experiência insatisfatória ou frustrante financeiramente. É preciso considerar a variável aposentadoria → renda, conforme o tempo de contribuição para a obtenção do provento na Previdência Social.

Para muitos idosos brasileiros o reingresso no mercado de trabalho após a aposentadoria não se traduz numa preferência por continuar ativo, mas, pelo efeito da renda, pela existência ainda incipiente de políticas públicas por parte do Estado que contemple esse segmento. Esses fatores não determinam, mas, contribuem para a permanência e reingresso às ofertas de trabalho.

Para as mulheres e homens idosos entrevistados, a fase da aposentadoria foi vivida e associada a partir de sentimentos de liberdade/recomeço, diminuição/perda do papel social desempenhado e ruptura identitária/medo. A maioria das idosas, aposentadas, entrevistadas, apresenta grau de escolaridade igual ou superior aos homens entrevistados. Tal peculiaridade supera a realidade conferida à mulher no passado, como visto anteriormente⁷, que inviabilizava o acesso aos bancos escolares em relação ao homem no passado.

A maioria não retornou ao mercado formal de trabalho, pois, através da aposentadoria, experimentaram um estilo de vida livre, até então, não conhecido devido às atribuições e obrigações com a dupla jornada lar/trabalho. Para essas mulheres, a aposentadoria é vivida como sinônimo de libertação de uma vida permeada por deveres e responsabilidades estafantes. Nessa perspectiva, a aposentadoria permitiu a independência, por meio da

⁷ Ver subitem 3.1.3 – “A cultura e o gênero” deste estudo.

diminuição das responsabilidades com o binômio lar/trabalho, pela possibilidade de novas descobertas que sinalizam um recomeço nessa etapa da vida. Esse recomeço é vivido como algo novo e esperado como um prêmio pelas mulheres entrevistadas.

Essas características revelam a identidade de parte das mulheres idosas de hoje, que culturalmente construíram sua imagem, primeiramente associada à manutenção da vida privada, à reprodução e educação dos filhos, aos cuidados de subsistência do lar, do marido, considerando essas tarefas como obrigações suas, mesmo quando exercendo algum tipo de participação e trabalho fora do âmbito familiar.

Entre os homens idosos, aposentados, entrevistados, contatou-se, num primeiro momento, que a saída do mercado de trabalho pela via da aposentadoria, foi um acontecimento determinante para que muitos se sentissem desprovidos do sentimento de valor e prestígio conferidos até então, através do trabalho.

O desligamento do trabalho, o distanciamento das amizades conquistadas nesse ambiente e o reconhecimento de seu valor produtivo são os rompimentos mais identificados, considerados pelos entrevistados como perdas inevitáveis que chegam com o envelhecimento. Isto talvez, porque para muitos homens, a aposentadoria em geral, é vista como um acontecimento forçado, gerador de frustrações e sentimentos de perda e imobilidade.

Entre aqueles idosos que se encontram aposentados, sem exercer nenhum tipo de atividade laborativa, a experiência de aposentar-se está associada à perda de uma função socialmente aprovada: a de trabalhadores. Entre as mulheres idosas entrevistadas, a aposentadoria é vivida como uma experiência positiva, à medida que, ao aposentar-se, resgatam a possibilidade de retomar sua vida dentro de um espaço que sempre foi de seu domínio: o lar, sob outra ótica, pois as responsabilidades pelo seu gerenciamento não são mais tão estafantes, devido, aos filhos, agora criados, isentam a sua presença constante.

Essas realidades distintas vividas por homens e mulheres idosos(as) aposentados(as), denotam um entre tantos outros fatores que contribuem para que a fase da velhice seja caracterizada por um processo de intensas mudanças, perdas e limitações nem sempre aceitáveis para aqueles que a alcançam.

As mudanças no ritmo de vida e o desapego de alguns hábitos cotidianos exigem readaptação a uma vida mais tranquila, porém, nem sempre desejável. Dependendo da maneira como se viveu e da relação que se estabelece com a entrada na velhice, para alguns, acontecimentos como a aposentadoria significará um ganho, uma conquista almejada, a qual representa um prêmio para se desfrutar de um merecido descanso. Para outros, se traduzirá em perda, pois, enfrentar essas mudanças significa ter que renunciar vínculos e hábitos cotidianos nem sempre dispostos a serem interrompidos. Nesse sentido, frente a essas passagens, faz-se necessário considerar a singularidade de cada sujeito e sua forma de perceber o processo.

Nem sempre a família está atenta a essas circunstâncias. A sociedade e o Estado não atribuem atenções específicas necessárias à preparação para a aposentadoria. Entretanto, cada um sobrevive à sua maneira às mudanças que o processo de envelhecimento implica. As falas abaixo ilustram tal realidade:

[...] quando se fica velho, vai se perdendo tudo: o trabalho, a companheira, os amigos [...]. Depois que eu me aposentei, passei a me sentir muito inútil. Logo em seguida, aconteceu a morte da minha esposa, e eu passei a me sentir muito só. Hoje, meu sentimento em relação à velhice é de inutilidade e solidão (Arnaldo, 77 anos, Auxiliar de Portaria).

Ser velho para mim é algo natural e bem resolvido. Tenho minha aposentadoria, jogo dominó com os amigos na praça, frequento os bailes, tomo a minha cervejinha e quando simpatizo com alguma guria nos bailes, dou umas investidas, afinal, sou velho, mas estou vivo! (Aquiles, 74 anos, Motorista).

Lecionei trinta e cinco anos. Ao longo desse tempo sempre me preparei para quando chegasse minha aposentadoria, tanto que deixei pra realizar inúmeras coisas nessa fase da minha vida. Tive colegas que não pensavam nisso, como se esse dia nunca fosse chegar. Morreram uns dois, três anos depois de aposentadas. Eu não, eu faço cada vez mais planos e os executo (Hilda, 74 anos, Professora).

Como podemos perceber o impacto das perdas na velhice, depende em grande parte da avaliação individual que fazemos delas, por isso, causam sentimentos variados em cada pessoa. Entretanto, as perdas não são acontecimentos próprios só da velhice. Elas podem se suceder em qualquer etapa da vida. O próprio ciclo vital humano é caracterizado por uma sucessão de perdas. Do início da infância, à adolescência, passando pela adultez e chegando à velhice, à medida que, deixamos uma fase e adentramos outra, nossas vidas oscilam entre perdas e ganhos.

Como seres humanos, somos mortais. Possuímos, portanto, uma finitude. Estamos todos suscetíveis a perdas, sejam elas de qualquer ordem: materiais, afetivos ou pessoais. Contudo, quanto mais atingimos uma idade avançada, não há como negar que mais nos aproximamos do fim da nossa existência, mais suscetíveis ficamos para enfrentar os momentos de luto. Cabe ressaltar, que em alguns casos, entre os homens e mulheres entrevistados(as), a entrada na aposentadoria coincidiu com o evento da viuvez, o que representa uma dupla readaptação da vida cotidiana para esses idosos(as), como revelam as falas:

[...] as comemorações de aniversário e fim-de-ano, de repente, se tornaram vazias [...]. Os dois irmãos morreram, as cunhadas morreram, a esposa morreu. Passei a me dar conta que já estou só [...] (Rui, 75 anos, Contador).

O marido faleceu. Os filhos têm a vida deles, não dá pra contar, sabe como é nora... [...] Os momentos de alegria são quando os netos vêm visitar, a gente faz um agrado pra eles voltarem (Lorena, 71 anos, Advogada).

Fazia quase dois anos que eu estava aposentada quando viuvei. Meu casamento foi bem feliz. Então, me acostumei só, depois que vim pra casa. No início estranhei. Fora as datas de natal e ano novo que bate aquela depressão, a vida vai indo. Mas, foi muito sofrido perder marido e trabalho praticamente juntos, mas, vou à igreja, rezo e peço forças, por isso que eu continuo aqui firme... (Vera, 80 anos, Cozinheira).

Dependendo da maneira como vivemos a velhice, torna-se mais difícil à adaptação e superação a perda, principalmente quando ela está diretamente ligada a sentimentos de afeto

(esposa, esposo e/ou filhos/as). A velhice nos remete a pensar também na ideia de perda biológica, através da fragilização da saúde. Sabe-se que ser velho, não significa necessariamente tornar-se doente, mas, na velhice, as doenças físicas tornam-se mais frequentes, outros fatores como a mobilidade, a capacidade visual e auditiva se comprometem.

A perda de amigos e parentes próximos faz reduzir o círculo de amizades, fazendo com que muitos idosos se sintam solitários, retraídos ou isolados, pois, na maioria dos casos, os demais membros da família possuem seus afazeres cotidianos próprios e, o idoso não está incluído nos objetivos ou prioridades dos outros. Podem-se constatar esses sentimentos através da seguinte fala:

[...] eu me sinto muito só, vivo em casa. A família sai e só volta no final do dia e eu sempre aqui. Eles não têm culpa cada um tem seu trabalho, seus compromissos, eu é que por ser velho não tenho mais nada a fazer... (Nelson, 69 anos, Professor).

A fala do Sr. Nelson causou indagações à pesquisadora, no sentido de como pode um senhor de 69 anos se sentir “velho” demais, em comparação a tantos outros idosos(as) entrevistados(as) de faixa etária mais elevada, entre 80 e 90 anos. Ao indagarmos se ele, o Sr. Nelson se sentia “muito velho” ele respondeu: “Sim, o homem quando não serve mais para o trabalho, e cai nessa aposentadoria, fica inútil, é como se não existisse. Acho que se eu tivesse um trabalho, não ia nem perceber a minha idade...” (Nelson, 69 anos, Professor). Tal percepção ilustra, porém, a maneira como vivenciamos a aposentadoria e enxergamos a velhice, e quão interligado está o *trabalho* e a *identidade*, conforme Alves (1995, p. 18):

[...] com o advento do utilitarismo, entretanto, tudo se alterou. A pessoa passou a ser definida pela sua produção: a identidade é engolida pela função. E isto se tornou tão arraigado que, quando alguém nos pergunta o que somos, respondemos inevitavelmente dizendo o que fazemos [...] a pessoa praticamente desaparece, reduzindo-se a um ponto imaginário em que várias funções são amarradas.

A situação se agrava quando o idoso reside longe da moradia dos filhos, quando não possuem descendentes ou as relações familiares são conflitantes. Para evidenciar a constatação, trazemos os depoimentos abaixo:

[...] no momento só tenho eu por mim. A esposa e a filha faleceram em um acidente há vinte anos. Restei eu e o filho. Há um ano, ele teve que mudar de Estado, devido a objetivos profissionais. Senti-me feliz por vê-lo feliz, e triste, muito triste por mim que fiquei, mas não demonstrei [...]. Era preciso eu o encorajar a seguir em frente. Hoje vivo aqui, nessa casa enorme, vazia e cheia de lembranças... (Aquiles, 74 anos, Motorista).

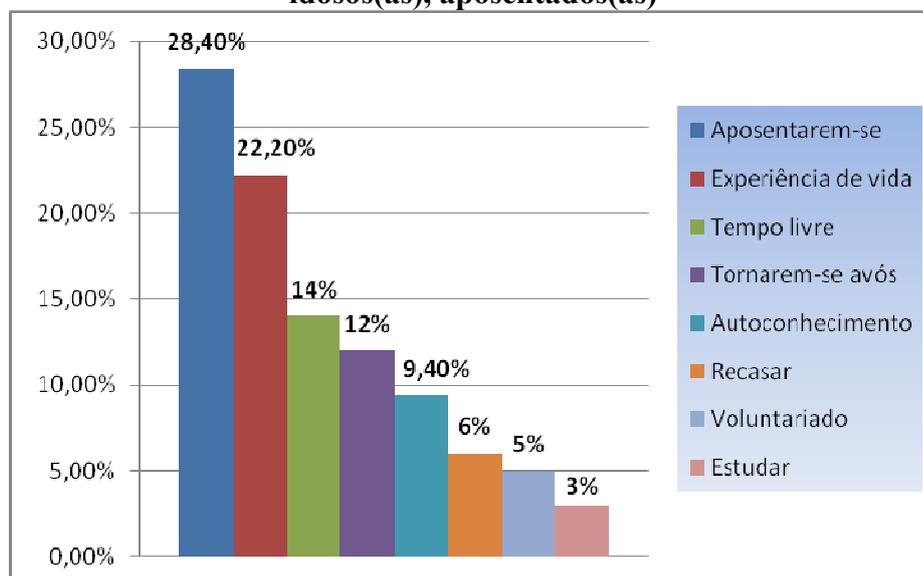
Só tivemos uma filha. Ela sempre morou fora com a desculpa dos estudos, depois casou, aí é que não voltou mesmo. Logo que eu viuvei, começou a me bater um medo de viver sozinho, devido a tantas maldades que a gente vê por aí, então, um primo meu veio viver comigo, mas, há aproximadamente uns quarenta e cinco dias ele faleceu e mais uma vez eu fiquei só (Rui, 75 anos, Contador).

[...] tenho dois filhos homens. Nesses nove anos que eu estou viúva, eles só me procuraram umas três ou quatro vezes, isso mesmo, para reivindicar os bens que o pai deles deixou. Eu digo para eles que não é assim, que para eles colocarem a mão na herança é preciso eu morrer também. Nosso relacionamento se transformou, então, para não me incomodar eu não procuro e prefiro não ser procurada (Inês, 67 anos, Advogada).

Através dessas falas, percebe-se que, a solidão é uma experiência comum que se instala na vida dos idosos, sendo desencadeada por múltiplas razões como exemplificamos acima: aposentadoria, viuvez, perda de amigos, conflitos familiares, e até mesmo, pela própria dificuldade de aceitar-se envelhecendo e assumir a fase da velhice.

Mas, é preciso contemplar a velhice também através das conquistas que essa fase da vida traz, conforme revelaram alguns idosos(as), entrevistados(as) ao afirmarem que este é o momento mais propício da existência humana, pois, se ganha em tempo livre, sabedoria, experiência e, atualmente, em qualidade de vida, graças às constantes investigações e avanços da biotecnologia. Para os entrevistados, entre as conquistas mais importantes alcançadas na velhice estão: aposentadoria (28,40%), experiência de vida (22,20%), tempo livre (14%), tornar-se avô/avó (12%), autoconhecimento (9,40%), recasar (6%), voluntariado (5%) e a possibilidade de estudar (3%).

Gráfico 1 – Conquistas da velhice para homens e mulheres idosos(as), aposentados(as)



Fonte: Entrevista individual com os(as) idosos(as) participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Entre os(as) entrevistados(as) que consideram que o ingresso na aposentadoria (28,40%) é um dos ganhos da velhice. Cabe salientar que essa concepção vem de homens e mulheres idosos, aposentados, os quais demonstram terem se preparado (pessoal e economicamente) para essa fase. Nesse sentido, a espera pela aposentadoria foi almejada, programada, o que possibilita agora vivê-la em sua plenitude, conforme demonstram as falas abaixo:

Trabalhei 53 anos, amava o que fazia, mas, sempre ficava imaginando a vida que eu ia levar depois de aposentado, E, graças a Deus, me organizei direitinho, sou muito feliz agora também na aposentadoria (Heitor, 87 anos, Engenheiro Civil).

Eu sempre tive um olho no presente e outro no futuro. Quando faltavam uns cinco anos para eu me aposentar, virei artista. Hoje a minha vida de aposentada são minhas telas, e eu ainda ganho um dinheirinho pra complementar a minha renda... (Helena, 79 anos, Pedagoga).

Eu não via à hora de criar os filhos, me aposentar e curtir a minha vida com o marido que já estava aposentado. Os filhos eu criei, a minha aposentadoria chegou e junto com ela a viuvez que eu não esperava, mas tudo bem, a vida é assim mesmo. Sinto até remorso de dizer, mas acho que ele ia me incomodar muito dentro de casa. Melhor assim, que Deus o tenha... (Estela, 69 anos, Bancária).

Os sujeitos que sinalizaram que com a velhice se ganha em experiência de vida (22,20%), a afirmativa vem de homens e mulheres idosas com características pessoais mais intelectualizadas, e, mesmo aposentados, continuam exercendo atividade especializada no mercado formal de trabalho, pois, possui maior escolaridade e, conseqüentemente melhor qualificação profissional, o que lhes assegura a permanência em suas atividades de trabalho mesmo com a aposentadoria.

Nesse sentido, a definição “experiência de vida” relaciona-se a sabedoria e preparo profissional construído ao longo de sua trajetória de trabalho, e que mesmo após terem ingressado na terceira idade, se mantém em atividade devido a seus atributos.

A expressão “experiência de vida”, neste caso, serve para designar a realização pessoal dos idosos frente ao seu potencial para o trabalho, que prima pela sua permanência adquirida ao longo dos anos através do conhecimento especializado, conforme revelam as falas: “[...] estou com 76 anos e ainda trabalho firme, da manhã à noite” (Rubens, 79 anos, Administrador); “[...] eles costumam dizer que é a minha experiência de vida que leva aquele lugar [...]” (Álvaro, 72 anos, Advogado), “[...] lá me respeitam muito. Quando acontece algo que eles não sabem lidar direito, eles se aconselham comigo. Eu me sinto feliz por minha experiência de vida eventualmente, ainda ser ouvida e considerada” (Rui, 75 anos, Contador).

Entre os homens e mulheres idosos(as), aposentados(as) que atribuem ao maior tempo livre, o ingresso na aposentadoria, levando-se em conta que o mesmo não deve estar associado à ociosidade, está o universo de 14% dos pesquisados. Está associada às condições de vida satisfatórias que possibilitam planejar e usufruir do lazer na sua forma mais completa.

Optam por viagens e passeios com o círculo de amigos, ao invés da família, alegando que o convívio familiar já lhes é conhecido. São idosos(as) independentes financeiramente, mais intelectualizados, em sua maioria, viúvos(as) e desfrutam de boa saúde física e mental. Para 12% dos idosos(as) entrevistados(as), a possibilidade de convívio e relacionamento

intergeracional, através do exercício dos papéis de avô e avó, foi uma das experiências relevantes possibilitadas pela velhice.

Através das experiências constatou-se que os idosos que convivem mais diretamente com os netos, demonstram ser mais abertos ao diálogo, às mudanças, no sentido de possuírem comportamentos mais flexíveis e melhor aceitam os valores, opiniões e estilos de vida modernos. O convívio com as gerações mais novas é uma experiência enriquecedora para esses idosos.

À medida que, os idosos não estão presos ao passado, às tradições, hábitos e costumes de sua época representam um sistema de referência para os netos, mas, não entram em choque, pois, procuram compartilhar a sua sabedoria e não impor suas crenças entre os jovens. Nesse sentido, o relacionamento intergeracional é compreendido de maneira prazerosa e não conflitante, possibilitando a comunicação e o importante convívio entre as gerações, através do estabelecimento do diálogo e do respeito mútuo.

As mulheres assumem um relevante papel dentro da organização familiar. Na velhice exercem mais intensamente o cuidado dos netos, a fim de contribuir com filhos(as) no que tange ao orçamento doméstico. Entende-se essa prática, como uma forma de trabalho informal, mas, na visão das entrevistadas, é definida apenas como uma “ajuda” prestada aos filhos(as) e netos(as) no cotidiano, pois, para se configurar como trabalho receberia salário em troca do cuidado despendido. As falas abaixo ilustram essa relação de “ajuda” para com os filhos(as) e netos(as):

Aposentar é voltar para casa, poder dá mais atenção para a família, os filhos, as noras e os netos. Todos os dias eu reparo três netos: um de 5, outro de 3 e uma de 2 aninhos. As noras saem para trabalhar e deixam aqui cedinho. Só pegam na volta do trabalho, à tardinha. Vão alimentados de banho tomado, tudo direitinho. Os filhos e as noras trabalham muito. Creches são muito caras, eles não podem pagar, então ofereci uma mão e eles aceitaram. Fiquei muito feliz. É como eu posso ajudar... (Alice, 60 anos, doméstica).

[...] Ah, sim. Eu e meu esposo ainda cuidamos dos netos duas ou três vezes na semana, depende da necessidade. As filhas casaram, ainda estudam, sabe

como é ainda não estão bem financeiramente. Então a gente ajuda como pode, cuidando deles. Mas eu já digo logo: tragam as coisas (leite, fralda, remédio) por que a nossa aposentadoria é curta (Rejane, 68 anos, professora).

Meu compromisso agora na aposentadoria é com os netos. Tem coisa melhor? Reparando eles eu estou ajudando os filhos... (Roberto, 72 anos, economista).

Aqueles que consideram o autoconhecimento (9,40%) como uma conquista da velhice, relaciona tal definição à capacidade de superar falhas, medos, frustrações, decepções, enfim, com a possibilidade de rever e repudiar preconceitos e rancores passados. Para esses idosos(as), a superação das inquietações comuns da juventude, só é possível quando se chega à velhice, conforme revelam os depoimentos a seguir:

Quando mais moça, eu achava que os outros é que tinham defeitos, eu não, eu era perfeita. Quanta teimosia eu fiz... Hoje, vejo a minha neta exatamente como eu era. Não queria que ela assim como eu, só enxergasse que está errada depois de velha, porque eu só fui ter clareza dos meus erros agora, na velhice... (Celina, 87 anos, Professora).

Minha vida e meus pensamentos hoje são outros. Às vezes, olho para trás e lembro quantas inquietações, ansiedade, medos, indagações, quantas noites mal dormidas por esse ou aquele problema. Hoje, vivo bem comigo mesma, conquistei paz, satisfação, tranquilidade, pois, encontro às respostas das coisas... (Norma, 83 anos, Costureira).

Para cerca de 6% dos entrevistados, salientando-se que, esse percentual é constituído exclusivamente por homens, está à busca pelo recasamento na velhice. Compõe esse universo os homens idosos que, em geral foram casados durante 50 ou 60 anos, e, o evento da aposentadoria foi tão marcante quanto à viuvez.

Na visão dos entrevistados a busca por uma companheira e a possibilidade de recasarem-se novamente é identificada como um objetivo a alcançar e/ou uma conquista para essa fase da vida, conforme as três falas abaixo:

Achava que com a aposentadoria teria todo o tempo do mundo para investir em procurar uma companheira para casar de novo, mas, agora que tenho tempo, procuro, procuro e não acho. Elas não estão mais para casamento... (Rui, 75 anos, Contador).

É bem difícil terminar o tempo de trabalho, entrar para a aposentadoria, e voltar para dentro de casa sozinho. Não sei fazer planos só para mim,

precisava achar uma moça para casar, fazer tudo direitinho, mas tá difícil, quando encontro e revelo as minhas intenções elas fogem, mesmo eu tendo uma vida bem boa para oferecer em troca. (Benhur, 80 anos, Motorista).

Estou há dois anos aposentado. Agora estou saindo mais. Hora dessas aparece uma pretendente, um casamento quem sabe, aí a gente refaz a vida. Por enquanto eu vou procurando... (Moacir, 67 anos, Operador de Máquinas).

Entre 5% a velhice é destinada à prática de atividades voluntárias, principalmente em instituições ligadas à criança (creches, hospitais, centros comunitários, entre outros). E, para 3% dos idosos(as) entrevistados(as) a velhice se traduz na possibilidade de se dedicarem aos estudos, seja por meio dos programas universitários de incentivo à terceira idade, ou pela facilidade de realizar um curso de informática, de história da arte, entre outros.

A minha atividade voluntária agora é o meu trabalho. Que seria de mim sem um compromisso. Preciso falar com as pessoas. (Suzana, 77 anos, Telefonista).

Eu e a mulher partimos para o voluntariado. Aposentamos meio junto, então, tivemos que achar o que fazer. Ficar em casa se olhando é que não dava. Na aposentadoria, a gente sente falta de cumprir um horário, conhecer e conversar com outras pessoas. (Demétrio, 68 anos, Autônomo).

Considerando todas as conquistas que a fase da velhice possibilita, é plausível afirmar que novas formas de reinserção no cotidiano precisam ser pensadas para que o idoso se mantenha ativo, pois, o maior tempo livre, de que se dispõe com a chegada da aposentadoria, a mudança de hábitos, a diminuição do círculo de amigos e o convívio mais intenso com a família, são acontecimentos marcantes nessa etapa da vida e merecem maior atenção.

Em face de todas essas circunstâncias, torna-se necessário reinventar o cotidiano por meio de novas ocupações, realizando algo que faça o idoso sentir-se útil, como fazer um curso, passear e conversar, como visto através das falas daqueles que buscaram variadas alternativas para romper com o isolamento e manterem o corpo e mente ativa, levando-os a envelhecer com otimismo, entusiasmo e prazer.

Através da nossa pesquisa de Mestrado⁸ constatou-se que a participação social, o lazer e a preocupação com a ocupação do tempo livre são experiências distintas entre os gêneros na velhice. Considerando-se o maior tempo livre, ao se pensar em opções de lazer para a terceira idade, há de se levar em conta os aspectos culturais, econômicos e sociais de cada sociedade, bem como o idoso nesse conjunto de fatos, pois, estes determinam o acesso ou a inviabilidade às múltiplas possibilidades de lazer oferecidas na sociedade.

Há de se considerar, igualmente que as opções e preferências são diferentes entre para homens e mulheres nessa fase da vida, visto que as atividades, expectativas e o lazer não possuem o mesmo significado para eles(as), embora, alcançar o envelhecimento saudável seja aspiração de todos.

No que diz respeito às conquistas da velhice, às categorias identificadas como “experiência de vida”, “tornar-se avô/avó”, “aposentadoria”, “autoconhecimento” e a disponibilidade de maior “tempo livre” foram eleitos predominantemente pelas mulheres aposentadas, entrevistadas, e entre as mais referidas pelos homens idosos entrevistados consta a possibilidade de dedicação aos “estudos”, às “atividades voluntárias” e o “recasamento”.

Revela-se, dessa forma, a compreensão dos gêneros acerca das conquistas que o processo de envelhecimento suscita. As falas representam fragmentos da história de vida de homens e mulheres idosos(as), aposentados(as) que acreditam que a entrada na velhice pode ser o início de uma fase permeada por mudanças que podem ser vividas de forma positiva ou negativa, com criatividade e/ou ociosidade.

Contudo, a partir do que se evidenciou na pesquisa, compreende-se a entrada na aposentadoria, o amadurecimento pessoal, existencial, as relações intergeracionais cotidianas e a disponibilidade de maior tempo livre como acontecimentos que traduzem mais conquistas do que perdas na fase da velhice. As perdas relacionadas a essa etapa do ciclo evolutivo

⁸ KUNZLER, Rosilaine Brasil. *Envelhecimento e gênero: percepções de vivências de idosos na viuvez*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Mestrado. Porto Alegre, 2004.

humano, estão mais diretamente ligadas à forma como homens e mulheres idosos, aposentados encaram esse novo processo, de amadurecimento e transformação, bem como pela maneira que conduziram suas vidas, a qual determinará como irão encarar essa fase e continuar vivendo, sendo, portanto, uma escolha subjetiva.

4.1.1 As mulheres da pesquisa

A seguir apresentamos o perfil das mulheres idosas, aposentadas e entrevistadas. Para os objetivos da pesquisa, buscou-se neste grupo contemplar algumas características consideradas importantes para descrever o seu perfil, como: nome (fictício), idade, escolaridade, profissão exercida, tempo de aposentadoria, ocupação atual, com quem reside e renda mensal.

Quadro 1 – Perfil das mulheres idosas, aposentadas

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão exercida	Tempo de aposentadoria	Ocupação atual	Com quem reside	Renda mensal R\$
Suzana	77	Superior Incompleto	Telefonista	18 anos	Aposentada Voluntária	Sozinha	1.655,00 830,00
Carmem	84	Ensino Médio	Costureira	24 anos	Aposentada Pensionista	Sozinha	1.200,00
Lia	80	Ensino Médio Magistério	Professora	25 anos	Aposentada Pensionista	Cuidadora	2.900,00
Hilda	74	Superior Completo	Professora	19 anos	Aposentada	Sozinha	1.660,00
Inês	67	Superior Completo	Advogada	9 anos	Aposentada Pensionista	Sozinha	1.600,00 830,00
Helena	79	Superior Completo	Pedagoga	24 anos	Aposentada Trabalhadora	Esposo	1.200,00

Estela	69	Ensino Médio	Bancária	14 anos	Aposentada	Esposo e Filhos	830,00
Norma	83	Ensino Fundamental Incompleto	Costureira	21 anos	Aposentada Pensionista	Cuidadora	3.200,00
Celina	87	Ensino Fundamental Incompleto	Professora	27 anos	Aposentada Pensionista	Cuidadora	4.000,00
Célia	93	Ensino Fundamental Incompleto	Confeiteira	23 anos	Aposentada	Filhos	415,00
Antonia	68	Ensino Médio	Cabeleireira	13 anos	Aposentada Trabalhadora	Esposo	1.000,00
Lorena	71	Superior Completo	Advogada	5 anos	Aposentada	Sozinha	3.200,00
Marina	66	Superior Completo	Psicóloga	6 anos	Aposentada Pensionista	Filhos	3.000,00
Irene	96	Ensino Médio	Professora	Não lembra	Aposentada Pensionista	Sozinha	2.905,00
Tereza	61	Superior Completo	Contadora	6 anos	Aposentada	Esposo	1.660,00
Ilka	79	Superior Completo	Enfermeira	14 anos	Aposentada Voluntária	Filha	3.000,00
Rosane	70	Ensino Médio	Funcionária Pública	Não lembra	Aposentada	Sozinha	2.075,00
Ceci	72	Ensino Fundamental	Costureira	22 anos	Aposentada	Sozinha	800,00
Ivone	69	Superior Completo	Enfermeira	14 anos	Aposentada	Sozinha	1.250,00
Alice	60	Ensino Fundamental	Doméstica	5 anos	Aposentada	Esposo e Filhos	400,00
Cecília	88	Superior Completo	Professora	21 anos	Aposentada Pensionista	Cuidadora	3.000,00
Celeste	70	Ensino Médio	Telefonista	15 anos	Aposentada Voluntária	Esposo	800,00
Alzira	75	Ensino Médio	Comerciante	15 anos	Aposentada Trabalhadora	Esposo	2.400,00

Tânia	66	Superior Completo	Pedagoga	11 anos	Aposentada	Filha	1.900,00
Jussara	62	Ensino Fundamental Incompleto	Doméstica	12 anos	Aposentada	Sozinha	415,00
Lina	88	Ensino Fundamental Incompleto	Costureira	28 anos	Aposentada	Sozinha	900,00
Vânia	69	Superior Completo	Dentista	9 anos	Aposentada Pensionista	Sozinha	3.500,00
Rejane	68	Ensino Médio/ Magistério	Professora	8 anos	Aposentada	Esposo	900,00
Vera	80	Ensino Fundamental Incompleto	Cozinheira	20 anos	Aposentada	Sozinha	830,00
Regina	65	Ensino Médio/ Magistério	Professora	10 anos	Aposentada Pensionista	Filhos e neta	2.100,00

Fonte: Entrevista individual com as mulheres idosas, aposentadas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Nos países centrais ou periféricos, o envelhecimento demográfico é uma realidade. A atenção aos idosos, portanto, não diz respeito apenas a eles, mas a toda a sociedade, pois se relaciona com a qualidade de vida de todos. Contudo, tanto em nível nacional como mundial, as mudanças e problemas enfrentados nessa fase da vida são predominantemente femininos.

Atuando-se em pesquisas na linha de pesquisa em Gerontologia Social, foram identificadas diversas necessidades por parte de homens e mulheres idosos, principalmente, a de ser reconhecida sua participação na sociedade enquanto pessoas, que como os demais cidadãos podem e deve reivindicar seus direitos, comunicar-se, fazer parte da vida social, demonstrar seus sentimentos e, sobretudo, manifestar sua própria existência.

Através dessa experiência, constatou-se que, entre os sujeitos na terceira idade, há uma tendência para a maior proporção de mulheres entre a população idosa. Palma (2000) destaca esse fenômeno na variável demográfica a partir da década de 1980, cujo crescimento

populacional nas faixas etárias a partir de sessenta anos, nos países de terceiro mundo, tem aumentado, apontando uma característica registrada no Brasil, nos últimos tempos, classificada como feminização da velhice, evidenciando o maior contingente de mulheres em relação aos homens.

Nesse sentido, é preciso considerar, não só a diferença em anos da expectativa de vida entre os sexos, mas, também, a relevância ao se pensar que a maior longevidade feminina, trará implicações socioeconômicas e culturais nos vários espaços da vida social.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), a população de idosos representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (8,6% da população brasileira). As mulheres são maioria, 8,9 milhões. Com base nos mesmos dados estatísticos, verificou-se que no Brasil, em média, as mulheres vivem oito anos a mais que os homens. As diferenças de expectativa de vida entre os sexos mostram: em 1991, as mulheres correspondiam a 54% da população de idosos; em 2000, passaram para 55,1%. Portanto, em 2000, para cada 100 mulheres idosas havia 81,6 homens idosos.

Quanto ao perfil das entrevistadas, no tocante a idade, varia entre 60 e 96 anos, apresentam escolaridade que perpassa do ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo. Há aquelas, que por apresentarem maior escolaridade atingiram uma carreira profissional e outras que desempenharam funções menos qualificadas.

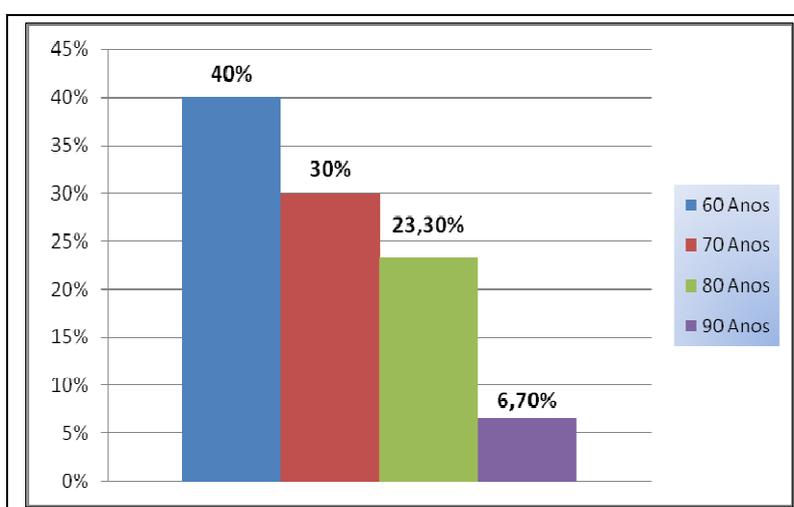
À medida que são mais longevas, em comparação aos homens idosos, entrevistados, vivem mais a condição de aposentadas, variando entre 5 e 28 anos o tempo de afastamento do trabalho. Quando casadas vivem com esposo e filhos(as), viúvas, optam por viverem sozinhas. E ao apresentarem algum problema de saúde na velhice, dispõem dos serviços especializados exercido pelos cuidadores.

No quesito renda mensal, verificou-se que essa etapa da vida tende a ser uma experiência satisfatória financeiramente para as entrevistadas, pois, vivem dos proventos

advindos da aposentadoria, e, em alguns casos, acumulam com o benefício da pensão por viuvez.

Entre as mulheres idosas pesquisadas, 40% encontram-se na faixa etária dos 60 anos, 30% pertencem à faixa dos 70 anos, 23,30% pertencem à faixa etária dos 80 anos de idade e 6,70% à faixa etária dos 90 anos de idade, conforme ilustra o gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Faixa etária das mulheres idosas, aposentadas



Fonte: Entrevista individual com as idosas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

A pesquisa revelou o que diversos estudos evidenciam: que a maior longevidade é feminina. Associada às diferentes opções por estilo de vida, condições socioeconômicas, tabagismo, álcool e estresse. Cabe ressaltar que em comparação ao sexo oposto se encontrou apenas dois homens entrevistados pertencentes à faixa etária dos 80 anos de idade e nenhum pertencente à faixa etária dos 90 anos de idade.

É necessário também, levar em conta aspectos biológicos (fatores genéticos e hereditários), psicológicos (a chegada da velhice desencadeia uma série de mudanças como adaptação aos novos papéis, perda da motivação, depressão), sociais e culturais, pois esses

processos ocorrem de forma diferenciada para homens e mulheres no transcurso da vida (PESSINI, 1997; ZIMERMAN, 2000).

Entre as mulheres entrevistadas para a pesquisa, observou-se que o fato de terem sido esposas e mães e ainda terem exercido uma atividade profissional foi, culturalmente, algo conquistado pelas pioneiras no mercado de trabalho, se formos nos reportar a analisar o tipo de sociedade em que as idosas construíram suas vidas: numa sociedade de domínio fortemente patriarcal, que, embora abrindo os primeiros espaços de trabalho para a presença feminina, reforçava e mantinha a subordinação e a desigualdade social da mulher.

A escolha sobre a “opção” para não se dizer a “imposição” pelo casamento e as múltiplas maternidades ainda eram predominantes, e de certa forma, impossibilitavam a participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que ao se decidir pelo casamento e as funções exercidas como esposas/mães, na maioria das vezes, não era uma escolha compatível com uma carreira profissional. Apresenta-se tal constatação através da fala de duas idosas entrevistadas:

[...] Em 1955 eu ouvia rádio e ficava deslumbrada com a vida das mulheres que ganhavam seu salário, pagavam suas contas, eram donas de si. Eu já era casada, tinha 25 anos e quatro filhos. Movida pela admiração e a independência desse novo jeito de ser da mulher, fui procurar trabalho em três lugares que eu sabia que estavam selecionando mulheres na época. Ao chegar, me apresentava e dizia que buscava um trabalho, que queria ganhar o meu próprio dinheiro, e logo perguntavam se eu era casada, se eu tinha filhos [...]. Ao responder que sim, logo me dispensavam. Passei a ver que as mulheres que trabalhavam eram, em geral, mulheres solteiras, com mais estudo. Só em 1965, 10 anos depois, que eu consegui meu primeiro trabalho, meu salário e experimentei o que era ser independente financeiramente do marido como aquelas mulheres do rádio, da TV e das revistas (Suzana, 77 anos, Telefonista).

Cansada de trabalhar em casa e de não ser reconhecida pela família, marido e filhos, em 1963 com 40 anos fui procurar emprego numa fábrica. Consegui e mandaram levar os documentos e começar no dia seguinte. Na época não disse nada para ninguém, só queria contar se conseguisse até para eles ficarem orgulhosos de mim. No caminho de volta pra casa, parece que eu enxergava tudo colorido de tão feliz. Quando entrei na rua de casa, meu marido estava me esperando no portão. Muito severamente perguntou onde eu tinha ido, que ele tinha chegado a casa e não tinha janta, as crianças não tinham tomado banho [...]. Feliz e emocionada contei que tinha ido ver um

trabalho e que começaria no outro dia. Ele me levantou a mão e disse: Então arruma as tuas coisas e vai embora, por que marido e família tu não tens mais. Trabalhar fora de casa é para mulher que não quer compromisso. Então eu não fui. Como é que eu ia abandonar o casamento e as crianças? Ainda hoje quando fecho os olhos eu me lembro desse dia (Carmem, 84 anos, Costureira).

Constatou-se, entre as entrevistadas, que nas décadas de 1950 e 1960, quão era inconciliável à mulher aliar o casamento e os filhos com qualquer outra atividade fora do espaço do lar. Nesse contexto, sobretudo, a mulher casada vivia um cotidiano isolado e repetitivo dentro do âmbito privado (a casa), reproduzindo silenciosamente ações para garantir o bem-estar da família. Na percepção de Baptista, a inviabilidade entre a maternidade e a realização profissional já é algo superado, pois “vivemos um momento que transcende a escolha de um ou de outro, o momento é de integração entre um e outro” (1995, p. 39).

Algumas mulheres conseguiram ultrapassar o cotidiano doméstico, porém, circunstâncias como a privação do acesso à escolarização, a impossibilidade do voto e a incapacidade para tomar decisões sobre seu próprio destino oferecem uma ideia da limitação nas quais essas mulheres construíram suas vidas em meio à sujeição e controle, influenciadas pelas valorações culturais de sua época.

As experiências vividas pelas idosas pesquisadas, e as resistências encontradas para adentrarem ao mercado de trabalho refletem os padrões convencionais do século passado, que reforçavam a figura da mulher associada à vida do lar, dependentes economicamente dos pais, depois do marido e, mais tarde, dos filhos e netos. Sua atuação reforçava que o correto era permanecer no âmbito do lar, no gerenciamento das relações e conflitos familiares e na educação dos filhos.

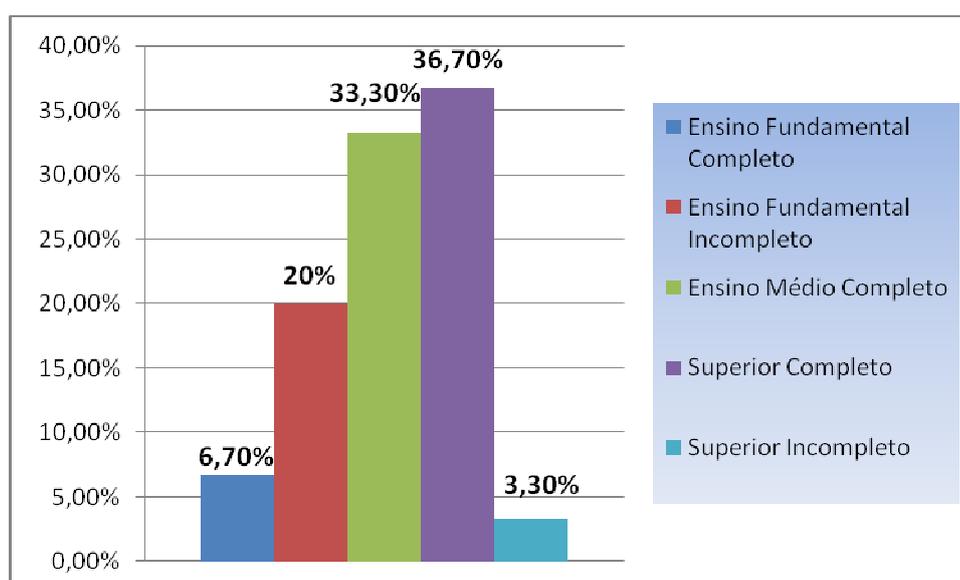
A velhice feminilizou-se, e junto com essa característica, há de se considerar que, a mulher idosa de hoje, em menor número tenha participado ativamente do mercado formal de trabalho, pois, exerceu, em sua maioria, o trabalho doméstico, não remunerado, exercendo sua participação mais na esfera do lar. Há casos, porém, daquelas que acumulam ambos os

benefícios: o da aposentadoria e o da pensão por viuvez, o que proporciona melhores condições de vida na velhice em comparação ao homem. Essa realidade leva a constatar que a mulher idosa aposentada possui situação socioeconômica mais favorável em comparação ao homem idoso, aposentado.

A ocupação do espaço público e privado é, hoje, compartilhada de maneira igual entre homens e mulheres, sendo que a participação da mulher ocidental nesses espaços se realiza através da dupla jornada de trabalho: o lar, através da imprescindível realização dos trabalhos domésticos, o cuidado dos filhos; e o mercado de trabalho, através da carreira profissional. No cotidiano de muitas mulheres trabalhadoras, o binômio lar e profissão são realidades constantemente superadas.

No que se refere ao grau de escolaridade das idosas, aposentadas, entrevistadas, de acordo com a figura acima, 6,70% possui o Ensino Fundamental completo, 20% não completaram o ensino fundamental, 33,30% possui ensino médio completo. Não há idosas com o ensino médio incompleto. Entre elas 36,70% tiveram acesso à formação em nível superior e 3,30% não concluiu o ensino superior, conforme ilustração.

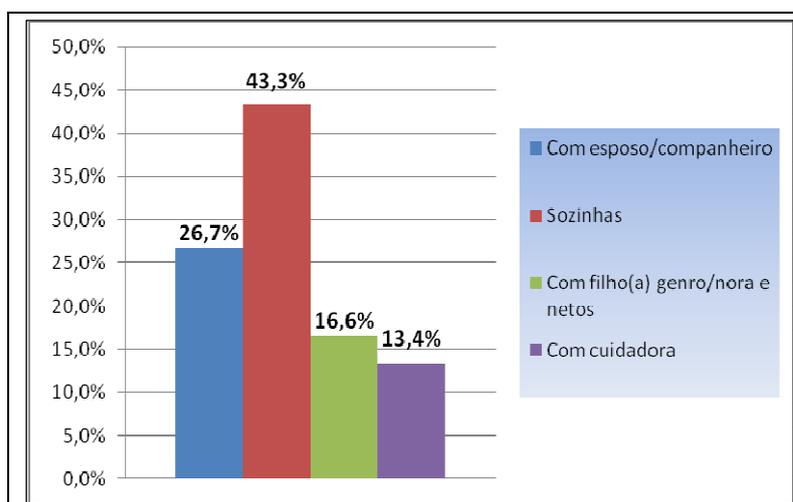
Gráfico 3 – Escolaridade das mulheres idosas, aposentadas



Fonte: Entrevista individual com as idosas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Analisando-se o gráfico 4, observa-se que, atualmente, 26,7% das mulheres idosas aposentadas residem com esposo/companheiro, 43,3% residem sozinhas 16,6% moram com filha/o genro/nora e netos e, 13,4% dispõem da companhia de pessoas remuneradas que exercem função de cuidadores. Observou-se que os idosos(as) que recorrem a estes serviços apresentam renda mensal mais elevada. Os cuidados com a sua manutenção, quando delegados à família está diretamente relacionado à renda limitada do(a) idoso(a).

Gráfico 4 – Com quem residem atualmente as mulheres idosas, aposentadas

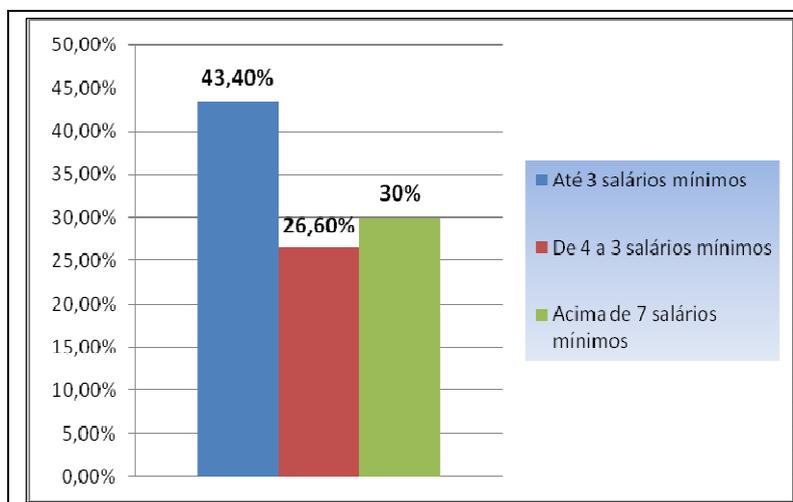


Fonte: Entrevista individual com as idosas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

A renda mensal das entrevistadas é bastante diversificada: 43,40% recebem até 3 salários mínimos, 26,60% recebem de 3 a 4 salários mínimos e outras 30% recebem acima de 7 salários mínimos mensais. Entre os entrevistados, sejam homens ou mulheres, se observou melhores condições de vida entre as mulheres pesquisadas. Entre os homens, principalmente, os que vivem sós, se constatou que o investimento no conforto, na apresentação pessoal e na manutenção da vida diária, é menos exercido. Em alguns casos, não está relacionado à renda

mensal, mas, a baixa auto-estima e a falta de cuidados com a aparência frente à nova condição de aposentados.

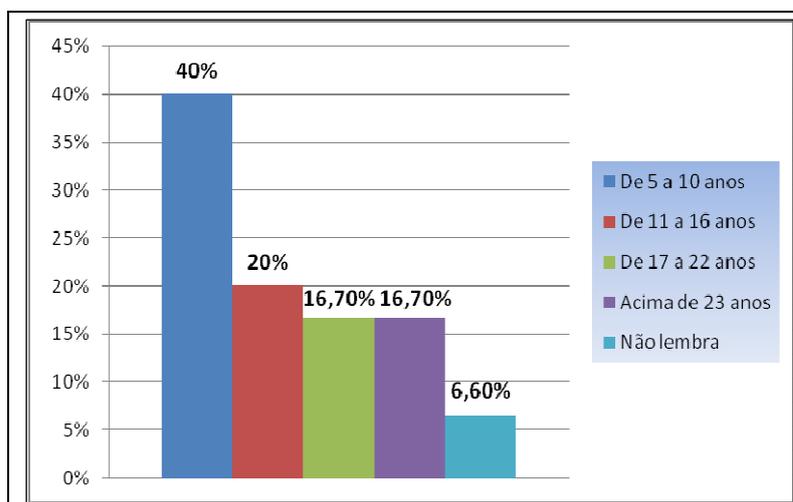
Gráfico 5 – Renda mensal das mulheres idosas, aposentadas



Fonte: Entrevista individual com as idosas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Em comparação aos homens idosos, onde o tempo de aposentadoria oscila entre 1 e 17 anos, para as mulheres varia entre 28 e 5 anos, com exceção de duas idosas que referiram não lembrar exatamente há quanto tempo estão aposentadas. Essa variação evidencia que as mulheres vivenciam mais tempo a condição de aposentadas, o que caracteriza o fenômeno da feminização da velhice, marcada, sobretudo, pela maior longevidade das mulheres em relação aos homens; pela maior presença relativa de mulheres entre a população idosa em expansão; pelo crescimento do número de mulheres idosas que integram a população economicamente ativa e o crescimento do número de mulheres que chefiam famílias (CAMARANO; KANSO; LEITÃO E MELLO, 2004).

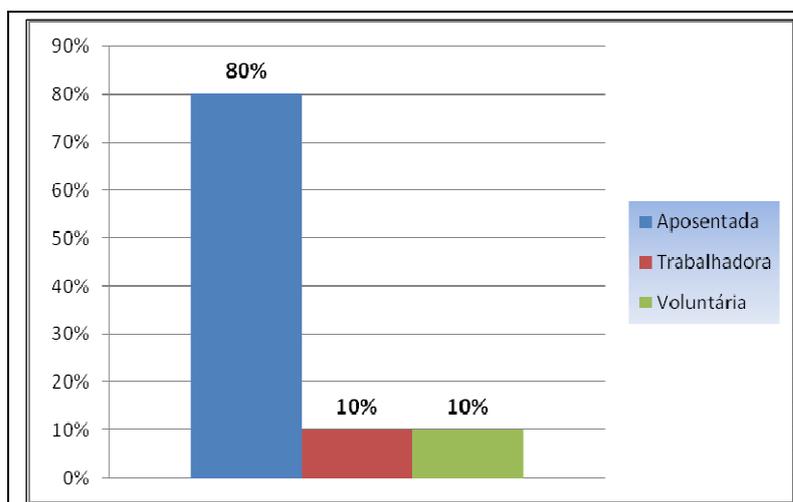
Gráfico 6 – Tempo de aposentadoria das mulheres idosas.



Fonte: Entrevista individual com as idosas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

No aspecto saúde, as idosas demonstram possuir mais informações sobre medidas de saúde preventiva. Quando acometidas por algum tipo de doença, buscam atendimento médico na rede pública de saúde com maior frequência que os homens. Quanto à situação previdenciária das idosas entrevistadas, 56,66% são aposentadas, 33,30% são aposentadas e acumulam benefícios da aposentadoria com a da pensão por viuvez e as demais que compõem um total de 10% são aposentadas e continuam exercendo algum tipo de atividade remunerada (trabalho), de acordo com o gráfico seguido das falas abaixo:

Gráfico 7 – Ocupação atual das mulheres idosas, aposentadas.



Fonte: Entrevista individual com as idosas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Há 15 anos estou aposentada, mas não me sinto. Fiquei só um ano em casa, depois perdeu a graça. Tive depressão. Foi quando decidi que precisava fazer alguma coisa por mim. Trabalhar não dava mais, o mercado é restrito até para os mais jovens. Então, me decidi por ser voluntária. É a ocupação da minha vida. Tenho compromisso, horário, rotina. Tenho a mesma satisfação de um trabalho (Celeste, 70 anos, Telefonista, Aposentada e Voluntária).

A aposentadoria foi mais pra ajeitar os papéis. Como o meu negócio sempre foi próprio, tirei um mês de férias, deixei com as filhas e retornei. Tenho clientes que me procuram há 25, 30 anos. Ah, não dá pra ficar longe disso aqui. Meu trabalho é a minha realização. Se eu parar eu morro (Antônia, 68 anos, Cabeleireira, Aposentada e Trabalhadora).

4.1.2 Os homens da pesquisa

A seguir apresentamos o perfil dos homens idosos, aposentados, entrevistados. Para os objetivos da pesquisa, buscou-se neste grupo contemplar as mesmas características consideradas importantes para descrever o perfil anterior, como: nome (fictício), idade,

escolaridade, profissão exercida, tempo de aposentadoria, ocupação atual, com quem reside e renda mensal.

Quadro 2 – Perfil dos homens idosos aposentados

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão exercida	Tempo de aposentadoria	Ocupação atual	Com quem reside	Renda mensal R\$
Álvaro	69	Superior Completo	Advogado	14 anos	Aposentado Trabalhador	Filha	5.500,00
Rui	75	Superior Completo	Contador	9 anos	Aposentado Trabalhador	Sozinho	3.000,00
Arnaldo	77	Ensino Médio Completo	Auxiliar de Portaria	17 anos	Aposentado	Filho e nora	415,00
Aquiles	74	Ensino Fundamental Incompleto	Motorista	14 anos	Aposentado	Filha	830,00
Nelson	69	Ensino Médio Magistério	Professor	10 anos	Aposentado	Filha e genro	1.235,00
Pedro	72	Ens. Médio Com	Comerciante	12 anos	Aposentado Trabalhador	Esposa	3.000,00
Afonso	74	Ensino Fundamental Incompleto	Garçom	14 anos	Aposentado	Companheira/Filha	415,00
Roberto	72	Superior Completo	Economista	7 anos	Aposentado	Esposa	800,00
Rubens	76	Superior Completo	Administrador	11 anos	Aposentado Trabalhador	Sozinho	4.000,00
Heitor	87	Superior Completo	Engenheiro Civil	17 anos	Aposentado	Esposa	3.000,00
Arthur	67	Ensino Fundamental	Auxiliar de Obra	2 anos	Aposentado	Esposa e Filha	415,00
Carlos	71	Ensino Médio	Autônomo	6 anos	Aposentado	Sozinho	415,00
Francisco	79	Ensino Fundamental Incompleto	Garçom	14 anos	Aposentado	Companheira	830,00
Mário	66	Ensino Médio	Serigrafista	1 ano	Aposentado	Filha/o	415,00

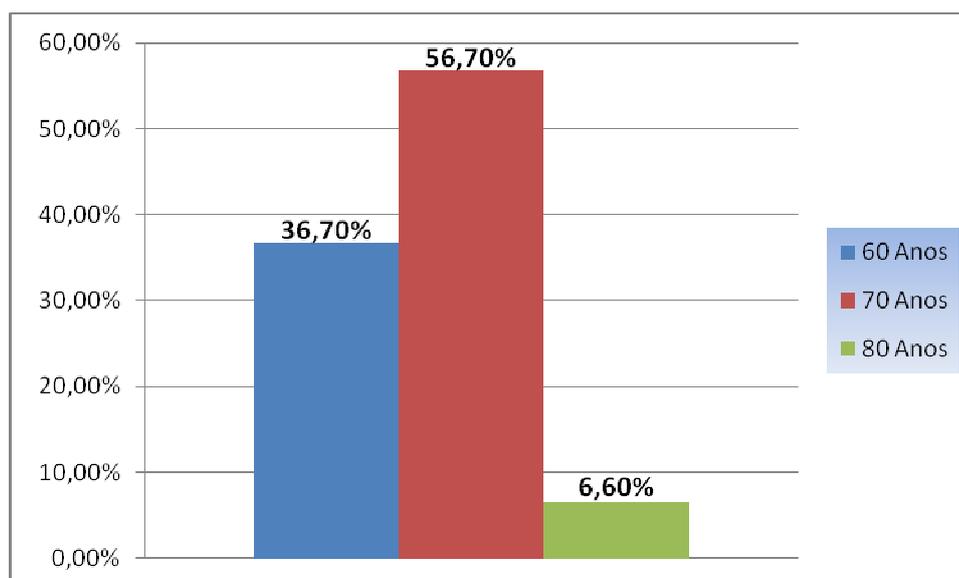
César	73	Ensino Médio/ Magistério	Professor	7 anos	Aposentado	Esposa e Neto	1.200,00
Estevão	69	Ensino Médio Incompleto	Projetista	4 anos	Aposentado	Filho e Nora	415,00
Jacinto	74	Ensino Fundamental	Torneiro Mecânico	9 anos	Aposentado	Companheira e Filhos	800,00
Batista	70	Ensino Superior Incompleto	Comerciante	5 anos	Aposentado Trabalhador	Esposa e Filhas	2.400,00
Eurico	66	Ensino Fundamental Incompleto	Mecânico	1 ano	Aposentado	Filho	415,00
Bento	71	Ensino Fundamental	Pedreiro	6 anos	Aposentado Trabalhador	Esposa e Filho	415,00
Moisés	69	Ensino Médio	Técnico em Informática	4 anos	Aposentado Trabalhador	Filhas	415,00
Eduardo	70	Ensino Médio	Auxiliar de Produção	5 anos	Aposentado	Esposa	830,00
Adão	73	Ensino Fundamental Inc.	Operador de Máquinas	8 anos	Aposentado	Companheira e Filha	415,00
Augusto	69	Ensino Médio	Diagramador	4 anos	Aposentado Voluntário	Esposa	415,00
Tobias	79	Ensino Fundamental	Telegrafista	14 anos	Aposentado	Filho	1.200,00
Benhur	80	Ensino Fundamental Inc.	Motorista	14 anos	Aposentado	Sozinho	830,00
Demétrio	68	Ensino Médio Inc.	Autônomo	3 anos	Aposentado Voluntário	Esposa	415,00
Rubens	72	Ensino Fundamental	Cozinheiro	7 anos	Aposentado	Companheira	830,00
Moacir	67	Ensino Médio	Operador de Máquina	2 anos	Aposentado	Sozinho	415,00
Almir	66	Ensino Médio	Militar	10 anos	Aposentado Trabalhador	Com esposa e filhos	5.100,00

Fonte: Entrevista individual com os idosos participantes da pesquisa.
Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), entre a população idosa acentua-se o desequilíbrio por gênero: 57% são mulheres e 43% homens, contra 48% de homens e 52% de mulheres entre a população não idosa.

Comparativamente às mulheres idosas, aposentadas, entrevistadas, constatou-se uma desproporção na faixa etária dos homens pesquisados. No tocante à idade, o universo masculino em estudo declara-se 36,70% na faixa etária dos 60 anos, outros 56,70% pertencem à faixa etária dos 70 anos de idade e 6,60% pertence à faixa etária dos 80 anos. Nenhum dos sujeitos adentrou os 90 anos de idade, conforme ilustrado abaixo:

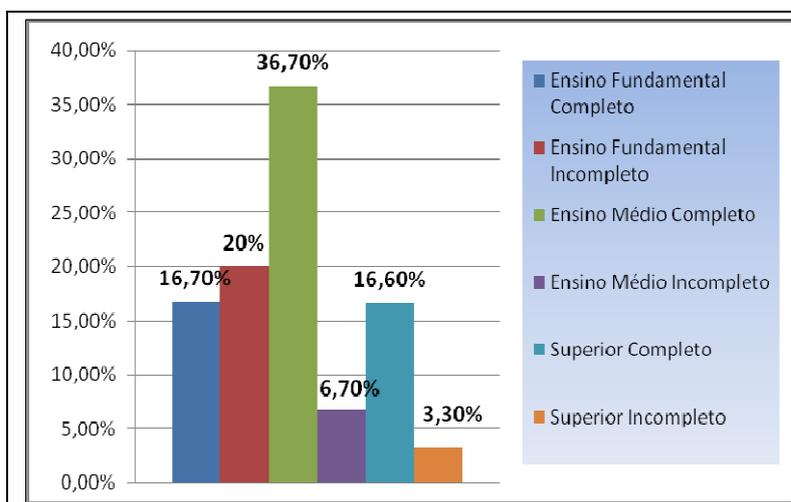
Gráfico 8 – Faixa etária dos homens idosos, aposentados



Fonte: Entrevista individual com os idosos participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Quanto ao grau de escolaridade, 16,70% possuem o Ensino Fundamental completo, 20% não concluíram o ensino fundamental, 36,70% possuem o Ensino Médio completo e 6,70% não concluíram o ensino médio e outros 16,60% possuem nível superior completo, e 3,30% não o concluíram, conforme mostra o Gráfico 9.

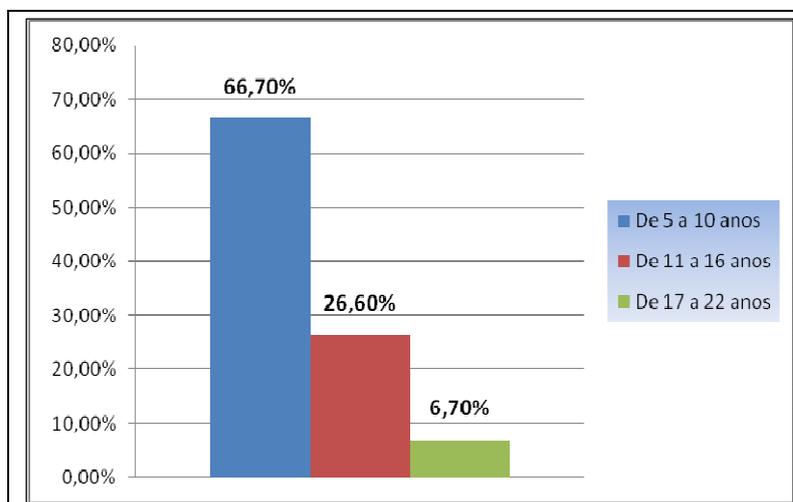
Gráfico 9 – Escolaridade dos homens idosos, aposentados



Fonte: Entrevista individual com os idosos participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

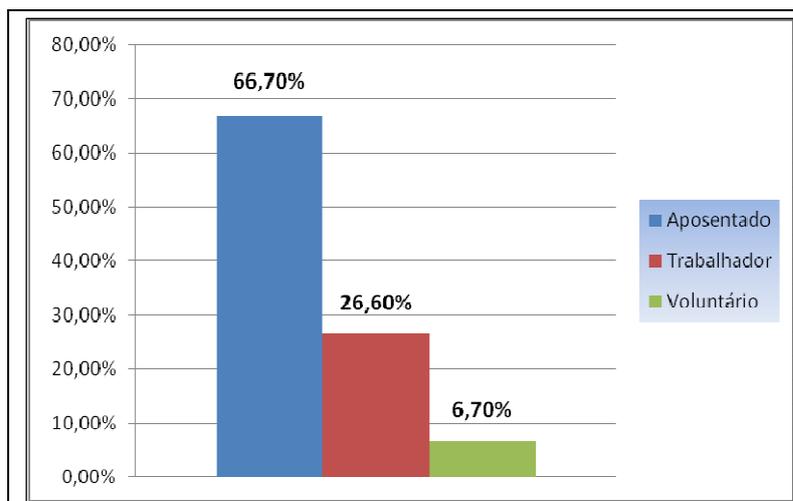
Considerando a diversidade social, cultural e econômica dos entrevistados, constatou-se, sobretudo, que alguns exerceram uma profissão, mas, a maioria desempenhou funções extintas atualmente do mercado de trabalho, visto a modernização dos meios de produção e a própria força de trabalho, como: telegrafista, projetista, serigrafista, torneiro mecânico, entre outras.

O tempo de aposentadoria entre os homens idosos, aposentados, entrevistados varia entre 1 e 17 anos. Quanto à situação previdenciária dos homens idosos pesquisados, 66,67% são aposentados e não exercem nenhuma outra atividade/ocupação paralela à aposentadoria, cerca de 26,67% são aposentados e trabalhadores, ou seja, continuam exercendo algum tipo de atividade profissional no mercado formal e 6,66% optaram por se dedicar a prática de atividades voluntárias na aposentadoria.

Gráfico 10 – Tempo de aposentadoria dos homens idosos

Fonte: Entrevista individual com os idosos participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Entre a ocupação atual de homens e mulheres idosos exercida na aposentadoria, a pesquisa revela que 66,70% dos homens estão aposentados, sem exercerem nenhuma atividade relacionada a trabalho. Os que trabalham representam 26,60%, e os que optaram por se dedicar às atividades voluntárias representam 6,70% do universo pesquisado. Entre as mulheres, cerca de 80% se encontram desfrutando da aposentadoria. Apenas 10% das mulheres idosas, aposentadas retornaram ao mercado de trabalho e outras 10% exercem o voluntariado.

Gráfico 11 – Ocupação atual dos homens idosos, aposentados

Fonte: Entrevista individual com os idosos participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

A condição de aposentados revelou ter sido uma fase marcante na vida dos homens idosos entrevistados. Muitos associaram o ingresso nessa fase ao surgimento de doenças como depressão, hipertensão e doenças cardiovasculares. Constatou-se que tais fatores não estão relacionados com a trajetória de saúde, mas com a inadaptação à mudança de hábitos cotidianos que se instalou na vida desses sujeitos e com a não ressignificação de novos planos e projetos de vida na terceira idade, conforme as falas que seguem:

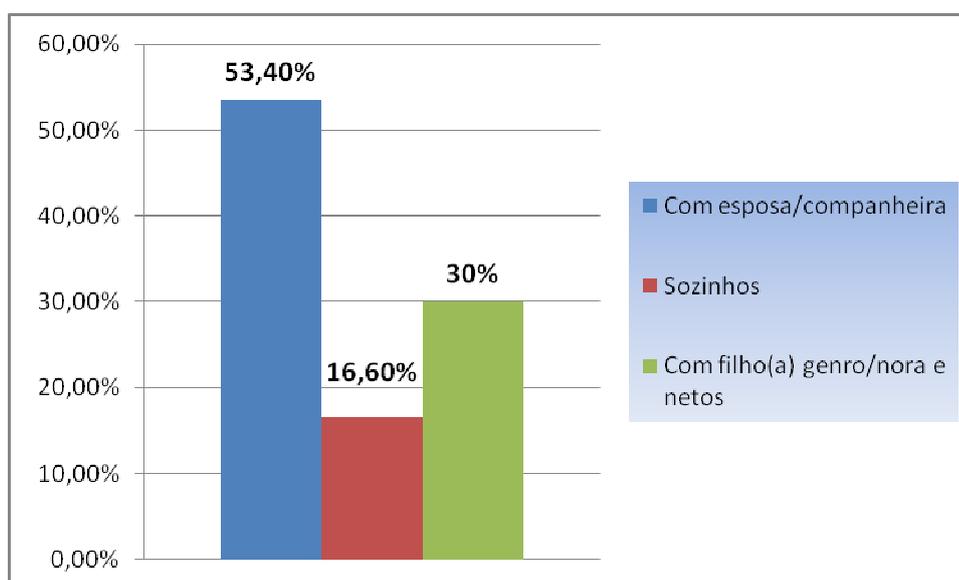
Ah! Eu nunca senti nada. Nunca faltei ao trabalho por causa de doença. Depois que vim para casa começou aparecer uma dor aqui, outra ali. Acho que é falta de serviço. Gostaria de voltar a trabalhar, mas não sei por onde começar. À noite, quando deito e penso que ao amanhecer não vou ter o que fazer, começa a palpitar o coração. E foi de um tempo para cá, como é que antes eu não sentia nada disso, e o meu trabalho não era fácil não. (Moacir, 67 anos, Operador de Máquina, aposentado há 2 anos).

Com a aposentadoria eu aumentei muito de peso e nunca mais voltei ao que era. Veio a ociosidade, a irritação e a doença. Hoje, gasto tudo o que ganho em remédios. Isso me entristece! (Benhur, 80 anos, Motorista, aposentado há 14 anos).

A vida ficou vazia sem o trabalho. E lá se vão sete anos que eu aposentei. Teve uma época que eu chorava dia e noite, até que, um vizinho me aconselhou a procurar o médico [...]. Agora, sem o trabalho tomo até medicamento para dormir. (César, 73 anos, Professor, aposentado há 7 anos).

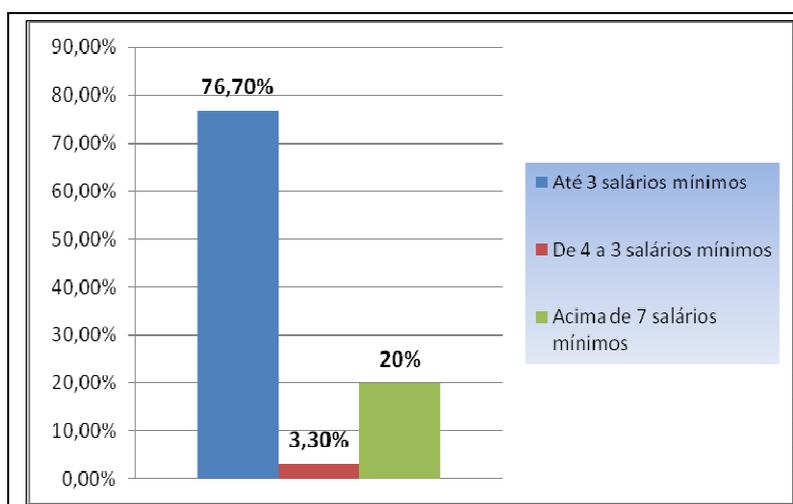
Nesse momento de suas vidas, constatou-se que 53,40% dos homens idosos, aposentados, entrevistados residem com esposa/companheira, 30% moram com descendentes familiares, sendo, geralmente, filha/o genro/nora e netos apenas com filhos(as) e em menor grau, se comparado às mulheres idosas entrevistadas, 16,60% optam por residir sozinhos.

Gráfico 12 – Com quem residem atualmente os homens idosos, aposentados.



Fonte: Entrevista individual com os idosos participantes da pesquisa.
Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

A renda mensal dos homens está distribuída da seguinte forma: 76,70% ganham até 3 salários mínimos, 3,30% recebem de 3 a 4 salários mínimos e 20% recebe acima de 7 salários mínimos mensais. Esses últimos vencimentos referem-se à renda mensal dos pesquisados com nível superior. Esses idosos referem continuar trabalhando por satisfação pessoal, não por necessidade econômica.

Gráfico 13 – Renda mensal dos homens idosos, aposentados.

Fonte: Entrevista individual com os idosos participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Encontraram-se muitos vivendo com proventos irrisórios, equivalentes ao teto mínimo pago pelas aposentadorias, que é um salário mínimo mensal. Nesse sentido, ao contrário das mulheres idosas pesquisadas, o contingente dos homens pesquisados, não acumula benefícios, com isso, apresenta maior vulnerabilidade econômica na velhice, o que, por sua vez, compromete o acesso a uma alimentação adequada e ao tratamento de saúde especializado.

5 REPRESENTAÇÕES DA APOSENTADORIA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Se por um lado, o século XXI trouxe ao homem o aumento da expectativa de vida, é preciso pensar também no número de pessoas que ingressam na aposentadoria, pois paralelamente ao fenômeno do envelhecimento cresce o percentual populacional que vive muitos anos após a entrada nessa fase.

Se compararmos a outras décadas, apenas uma pequena parcela da população vivia além dos 50 anos de idade. Quem não tivesse conquistado a sua independência financeira, continuava trabalhando na velhice ou passava a ser sustentado por filhos e parentes próximos, o que levava muitos homens e mulheres à perda da autonomia na administração da própria vida, pois, alcançar a aposentadoria era uma possibilidade remota.

A crescente proporção de pessoas idosas em nível mundial desafia governos a apresentarem soluções para enfrentar esse fenômeno. Fala-se em fundos de aposentadoria privada, reforma previdenciária, aposentadoria proporcional, planejamento para a aposentadoria, mas, não se ouve falar sobre como homens e mulheres reorganizam suas vidas pós-trabalho, ou em quais os efeitos da aposentadoria sobre a família, o cotidiano, as condições de vida e as relações sociais e a forma como homens e mulheres lidam com essas mudanças.

No mundo moderno, as mulheres constituem uma significativa parcela no mercado formal de trabalho. É de supor que as transformações associadas à aposentadoria sejam as mesmas para ambos os sexos. Mas, constatou-se que é notavelmente diferente entre os sexos a forma de encararem essa nova fase, assim como as prioridades que homens e mulheres idosos elegem ao aposentarem-se e a maneira em que optam para conduzir suas vidas adiante.

Como vimos anteriormente, ao longo da nossa existência é possível que nos deparemos com múltiplos tipos de perdas: leves, graves, esperadas, inesperadas, reversíveis ou irreversíveis. A maneira como reagimos a esses impactos irá depender da escala de valores de cada um em relação à avaliação individual que se faz dela.

Conforme revelam algumas falas, para alguns a experiência da aposentadoria coincidiu com a experiência da viuvez. A falta da esposa está associada à manutenção e subsistência do lar, isso porque, as tarefas da casa, o preparo da alimentação e cuidados com os pertences individuais do homem, não eram tarefas compartilhadas, mas, atribuições específicas do gênero feminino. Analisando sob esse aspecto, entendemos como natural que o homem idoso se sinta solitário e perdido frente ao desconhecido cotidiano que se apresenta exigindo-lhe adaptação. No caso da mulher, quando a aposentadoria chega junto com a viuvez, esta nova realidade é encarada de forma mais otimista e menos dolorida.

Há idosos que conseguem apropriar-se desses afazeres, continuando suas vidas, descobrindo-se gostar dessas atividades que não eram exercidas antes, porém, através das vivências pessoais dos entrevistados, constatou-se a maioria dos homens idosos continuam a contragosto a viver sozinhos na viuvez.

A outra parcela que representa 70% dos entrevistados, quando interrogados sobre quais os motivos que os levaram a viver com filho(a), genros, noras e netos, constatou-se que em grande parte os arranjos familiares se dão em função dessas “situações complicadas” como refere um dos pesquisados. De certa forma, a convivência agregada possibilita ao idoso

que os outros membros da família deem conta das atividades domésticas, uma vez que, consideram que na velhice não se dispõe mais de tanta energia para dar conta de toda a manutenção que uma casa exige.

Sem dúvida, a fase da aposentadoria aliada à viuvez pode desencadear sentimentos de solidão, tristeza e apatia em homens e mulheres, porém, na velhice, os homens demonstram se tornar mais dependentes da companheira. Assim, com grande frequência demonstram na viuvez comportamentos de resistência, cansaço e falta de vontade em adaptar-se à condição de viúvos frente a uma nova vida onde se percebem sozinhos, tendo que dar conta de si próprios.

5.1 AS EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS DA APOSENTADORIA ENTRE OS HOMENS

A longevidade humana conquistada nos últimos tempos oportunizou o ingresso de muitos homens e mulheres na aposentadoria. Apesar disso, ainda são incipientes as iniciativas em torno dos Programas de Preparação para a Reserva e Aposentadoria nas instituições públicas e/ou privadas. Esta pesquisa de doutorado possibilitou compreender as expectativas e ansiedades enfrentadas pelos(as) entrevistados(as) nos períodos de pré-aposentadoria e da aposentadoria propriamente dita. Constatou-se que, durante a maior parte da vida laborativa, desafiados a cumprir responsabilidades, horários e metas, por mais estressantes que estas pudessem parecer, o cotidiano era fortalecido pelas relações de trabalho.

Entre a maioria dos homens idosos, aposentados entrevistados, o trabalho sempre foi o foco principal de suas vidas durante 30 ou 40 anos, por mais simples e árduo que este pudesse ser. O fato de acordar todas as manhãs sabendo exatamente o que fazer, levava muitos a não se envolverem diretamente na solução dos problemas em família. Aposentados, se deparam

pela primeira vez, com a sensação de vazio, ao constatarem que não possuem mais nenhuma atividade diária relacionada ao trabalho. Surgem então, preocupações e conflitos em torno de como preencher o tempo livre, pois, sempre priorizaram e definiram a sua identidade pelo trabalho e pelas realizações profissionais.

Com a mudança no ritmo de vida, os homens entrevistados revelam apatia, angústia e infelicidade, em relação a essa fase. Ingressam num ciclo sedentário, que aos poucos começa a comprometer a saúde, tornando-os suscetíveis a uma série de doenças que contribuem para uma morte prematura, residindo aí, o grande problema daqueles que ingressam na “nova condição” de aposentados.

Muitos atribuem à aposentadoria a repentina perda de identidade e mobilidade, a perda do status e prestígio, a falta do envolvimento profissional com os colegas e do estímulo que esses eventos lhes proporcionavam no cotidiano, por mais estafante que fosse o ambiente de trabalho, conforme falas dos entrevistados (Quadros 3, 4 e 5).

O ingresso na aposentadoria traz consigo ansiedade, medos, aspirações, sonhos, planos e projetos de vida, bem como a ausências deles. O desafio em superar tantas mudanças ao longo da vida reside justamente no fato do reinventar-se, e isso depende de como cada um, opta por viver, neste caso, a aposentadoria. Como afirma Lya Luft, em seu livro *Perdas & ganhos*:

Somos autores de boa parte de nossas escolhas e omissões, audácia ou acomodação, nossa esperança e fraternidade ou nossa desconfiança. Sobretudo, devemos resolver como empregamos e saboreamos nosso tempo, que é afinal sempre o tempo presente. [...] Somos transição, somos processo. E isso nos perturba (2008, p. 16-17).

Dentro desse enfoque procurou-se classificar sob o ponto de vista subjetivo e social os significados e experiências da aposentadoria na vida de homens e mulheres por meio de perdas, ganhos e ambivalências. Observou-se que este é um período de transição, um momento de muitas expectativas na vida desses indivíduos, que suscita reações muito

ambivalentes, que vão desde uma sensação de liberdade e recomeço, até sentimentos de vazio e exclusão. Aposentar-se requer adaptação às mudanças que advêm com a fase, nem sempre aceita pela maioria das pessoas.

Quadro 3 – A aposentadoria masculina traduzida em “perdas”

<p>“[...] A constatação da falta de uma atividade e o vazio que dos primeiros dias foi muito triste. Foi uma fase muito difícil, exigiu readaptação de todo um estilo de vida” (Aquiles, 71 anos, Motorista).</p>
<p>“Se eu pudesse estaria trabalhando até hoje...” (Afonso, 74 anos, Garçom).</p>
<p>“Acho que até hoje não reencontrei aquela alegria, aquele encanto de viver que eu tinha ao acordar todas as manhãs e saber que eu tinha o meu trabalho...” (Arnaldo, 77 anos, Auxiliar de Portaria).</p>
<p>“As amizades é que me fazem falta. Do aluno ao professor, do servente da escola, ao porteiro...” (César, 73 anos, Professor).</p>
<p>“Eu busco sim um trabalho até hoje, mas as oportunidades se estreitaram muito, é muito moço precisando trabalhar. Então não fazem muito caso da gente. Pensam até que eu estou brincando quando eu digo que eu gostaria de voltar a trabalhar...” (Eduardo, 70 anos, Auxiliar de Produção).</p>
<p>“Sinto assim até uma tristeza com essa tal de aposentadoria. Em casa é que cansa!” (Adão, 73 anos, Operador de Máquina).</p>
<p>“Pensava que a aposentadoria era algo muito distante. Quando os colegas foram se aposentando, caiu a ficha que a minha vez estava chegando. Acho que comecei a sofrer uns três, quatro anos antes, calado...” (Tobias, 79 anos, Telegrafista).</p>
<p>“Com o tempo a gente aceita, mas não se acostuma. Um trabalho, por mais simples que seja, faz falta na vida. Às vezes, ainda sonho que estou dirigindo para o meu antigo patrão; aí telefono para ele...” (Benhur, 80 anos, Motorista).</p>
<p>“[...] E se eu te contar que eu ainda ouço o barulho daquelas máquinas, tu acredita? Ah! Sinto muita falta de um trabalho, sim, do pessoal e do horário. Principalmente de um horário a cumprir. O homem sem um trabalho vira ninguém...” (Jacinto, 74 anos, Torneiro Mecânico).</p>
<p>“Logo que me aposentei, bateu uma tristeza danada. Tinha dias que eu me arrumava e caminhava até a fábrica onde eu fui auxiliar de cozinha só pra rever o pessoal na saída. Faz falta cumprir um horário. Sofri bastante e me senti bem isolado. Agora estou mais adaptado” (Rubens, 72 anos, Cozinheiro).</p>

Fonte: Entrevista individual com os homens idosos, aposentados participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Quadro 4 – A aposentadoria masculina traduzida em “ganhos”

<p>“Sinto-me feliz, consegui me realizar profissionalmente, tenho uma boa aposentadoria. Agora é pensar em realizar outras coisas, não se vive só de trabalho...” (Álvaro, 69 anos, Advogado).</p>
<p>“Estou aposentado há 12 anos, mas como a vida toda fui comerciante e agora o comércio ficou para os filhos, quando bate a saudade eu me arrumo e vou para lá, ajeito as mercadorias, converso, atendo o freguês, então, não dá tempo de eu me sentir inútil” (Pedro, 72 anos, Comerciante).</p>
<p>“Meu compromisso agora na aposentadoria é com os netos. Tem coisa melhor? Reparando eles eu estou ajudando os filhos...” (Roberto, 72 anos, Economista).</p>
<p>“Eu passeio, viajo, vou à casa dos amigos, recebo todo mundo na minha casa, saio para dançar, pratico o meu esporte... É só se ocupar que não se tem tempo para pensar besteiras. Existe vida após a aposentadoria? Sim!” (Heitor, 87 anos, Engenheiro Civil).</p>
<p>“Eu contava os anos para que esse momento chegasse. A vida foi dura, comecei a pegar no tijolo com nove anos. Quando me aposentei há dois anos, cheguei em casa, tomei um banho e pensei: agora só vou andar ajeitadinho. As roupas da obra ficaram todas lá. Recém agora as mãos estão melhorando” (Arthur, 67 anos, Auxiliar de Obra).</p>
<p>“Foi tudo muito planejado. To bem feliz. Agora sou voluntário!” (Augusto, 69 anos, Diagramador).</p>
<p>“Trabalhei com muita gente, me relacionei muito através do meu trabalho. A minha esposa eu conheci no trabalho. Ela também já se aposentou. Agora somos voluntários tivemos que encontrar juntos uma saída. Ficar parado não dá...” (Demétrio, 68 anos, Autônomo).</p>
<p>“A aposentadoria foi para ajeitar a situação, mas na verdade eu continuo na lida. Não senti nenhuma mudança e não tenho como parar agora, mais adiante só” (Moisés, 69 anos, Eletricista).</p>

Fonte: Entrevista individual com os homens idosos, aposentados participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Quadro 5 – A aposentadoria masculina a partir de sentimentos de “ambivalência”

<p>“Fiquei meio triste ao me aposentar. Mas, fico muito feliz e me sinto reconhecido quando me ligam para perguntar alguma coisa relacionada a trabalho. Sinal que eu era bom no que fazia...” (Rubens, 76 anos, Administrador).</p>
<p>“Logo no início, tinha horas que eu não aguentava ficar em casa. Achava que eu tinha mais o que conversar com o pessoal do serviço do que com a minha mulher. Custei me adaptar, e não foi nem pela situação financeira que caiu bastante, mas pela falta das amizades mesmo. Do café da manhã com os colegas, depois o almoço, a horinha de descanso, e quando eu entrava no turno da noite, tinha até janta. Faz pouco tempo, ainda ando meio desorientado, procurando o que fazer, mas penso todos os dias que só depende de mim achar uma saída...” (Moacir, 67 anos, Operador de Máquina).</p>
<p>“[...] o convívio com aquela gurizada em sala de aula era estressante, mas me renovava a cada dia e eu nem percebia. Agora na aposentadoria que consigo ver o bem que eles me faziam; agora me sinto isolado” (Nélson, 69 anos, Professor).</p>
<p>“A aposentadoria e a viuvez chegaram juntas. Eu não estava preparado para nenhuma. Agora tenho mais liberdade para tudo, mas eu era muito mais feliz antes. Sinto saudade de tudo e um vazio que nada consegue preencher. Queria a minha vida com a companheira e o meu trabalho de volta...” (Rui, 75 anos, Contador).</p>
<p>“Como nunca tive horário, não senti muito. Mas sinto saudade do que fazia, sim” (Carlos, 71 anos, Autônomo).</p>
<p>“O movimento era intenso e o trabalho exigia muito. A atividade que eu tinha me possibilitava conhecer muita gente. Agora não, agora é mais em casa e com um ou outro da rua que a gente troca uma conversa. Isso empobrece as relações” (Francisco, 79 anos, Garçom).</p>
<p>“Minha função era modesta, mas eu era bem feliz. Não que aposentado eu não seja, mas quando eu trabalhava era mais. Só aprendi a serigrafia, não tenho muito que fazer aposentado e as máquinas ficaram tudo lá...” (Mário, 66 anos, Serigrafista).</p>
<p>“Eu queria continuar, mas a doença me fez parar, então agora não tem jeito. Mas sempre tive orgulho do que fiz. Fazia bem feito” (Estêvão, 69 anos, Projetista).</p>
<p>“Nunca me afastei do trabalho. É como se eu nem tivesse me aposentado. Isso é bom, mas, às vezes também é ruim. Os filhos não assumem o compromisso, por que sabem que eu estou aqui, então a gente vai trabalhando...” (Batista, 70 anos, Comerciante).</p>

“Faz falta a clientela pra conversar. E o que mais faz falta também é a rotina ao acordar de manhã cedo e sair. Agora acho que vou pegar de vendedor de livros” (Eurico, 66 anos, Mecânico).

“Aposentei como se diz no papel, por que na prática continuo fazendo um serviço aqui, outro ali para ajudar os parentes e contribuir na renda que não é muita. Então a gente não pode ficar parado” (Bento, 71 anos, Pedreiro).

“Dentro de cada idoso há uma pessoa jovem pensando: “Que diabo aconteceu comigo?” Você percebe que está aposentado quando sabe todas as respostas, mas não tem ninguém para lhe fazer as perguntas” (Almir, 66 anos, militar).

Fonte: Entrevista individual com os homens idosos, aposentados participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

5.2 AS EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS DA APOSENTADORIA ENTRE AS MULHERES

Ao contrário dos homens, as mulheres tendem a enfrentar sem grandes traumas e/ou sofrimento o episódio da aposentadoria, não a associando a um problema existencial, mas, à possibilidade de reorganização da vida e definição de novos objetivos. Isso por que, durante a maior parte de sua existência, se viram desafiadas a conciliar a carreira profissional e as prioridades familiares. Ao aposentar-se, se inserem com maior facilidade nas atividades comunitárias, voluntárias, de lazer e ocupação do tempo livre, o que possibilita o resgate, o fortalecimento e a renovação dos seus contatos e círculos sociais.

Nesse sentido, para o universo feminino entrevistado, a aposentadoria é vista como a conquista da independência familiar e da liberdade das atividades de trabalho. Dedicam-se a realizar com maior empenho tarefas antes restringidas pelo cumprimento da rotina (trabalho/casa) ou para assumir novos desafios para os quais nunca tiveram tempo durante a vida profissional.

Preenchem com criatividade o cotidiano e usufruem o acesso ao lazer que lhes faltou durante a dupla jornada, onde não restava nenhum tempo para a diversão e para si mesmo.

Experenciam as novas possibilidades com prazer e desprendimento, sem se sentirem tristes, ociosas, desocupadas ou inúteis e não se imaginam mais tendo que assumir novas responsabilidades que demandam inflexibilidade em seus horários.

As atividades eleitas pelas mulheres na aposentadoria, em geral, envolvem interação social, o culto a novos hábitos e valores. Se o homem atribui sua identidade ao trabalho, e na aposentadoria sente-se perdido, a mulher nunca se distanciou da sua identidade, por isso, após encerrar o ciclo dedicado a atividade produtiva (trabalho), sente-se livre para sem maior estranhamento dar continuidade aos seus afazeres, o que minimiza os efeitos da aposentadoria na sua vida, como revela a maior parte das falas transcritas nos quadros 6, 7 e 8.

Quadro 6 – A aposentadoria feminina traduzida em “perdas”

<p>“Foi uma época muito difícil, tive que encaminhar a minha aposentadoria porque comecei a ter um problema de saúde nas mãos. Junto com a aposentadoria veio à doença. Eu passei a me sentir inútil, muito inútil. As clientes não me procuravam mais, então eu passei a viver muito só” (Carmem, 84 anos, Costureira).</p>
<p>“Eu sinto muita falta das amigas que eu tinha. Trabalhei muitos anos na fábrica, depois em casa, só fazia alta costura. Costurei para muita madame” (Norma, 83 anos, Costureira).</p>
<p>“Eu achava que a aposentadoria fosse ser uma bênção e foi um castigo. Financeiramente eu empobrecei muito, meu vencimento ficou lá embaixo, com isso, meu padrão de vida caiu e eu me depressei. Não consigo mais andar arrumada como na época que eu trabalhava, e isso me entristece muito” (Rosane, 70 anos, Funcionária Pública).</p>
<p>“Eu trabalhei num ateliê de alta costura, frequentado por mulheres deslumbrantes da sociedade. Era um dia-a-dia que me envolvia e eu não pensava muito na minha vida. As minhas amigas eram todas lá. Quando me aposentei e vim pra casa, me senti muito infeliz” (Lina, 88 anos, Costureira).</p>
<p>“A gente empobrece muito quando se aposenta. Não pensava que fosse ser assim. Por isso voltei a dar aulas particulares” (Regina, 65 anos, Professora).</p>

Fonte: Entrevista individual com as mulheres idosas, aposentadas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Quadro 7 – A aposentadoria feminina traduzida em “ganhos”

<p>“Eu sempre esperei por esse momento. A aposentadoria pra mim foi uma espécie de prêmio” (Hilda, 74 anos, Professora).</p>
<p>“Cansei de correr atrás do tempo e dos resultados. Queria me aposentar pra viver a vida com menos responsabilidades e poder cuidar mais de mim” (Inês, 67 anos, Advogada).</p>
<p>“Aposentar-me permitiu a descoberta de outro dom... Agora eu sou artista...” (Helena, 79 anos, Pedagoga).</p>
<p>“Penso mais em mim, ajudo mais o outro, tenho mais tempo para a família. Nem sempre foi assim, mas com a aposentadoria foi possível entrar nesse novo ritmo de vida...” (Lorena, 71 anos, Advogada).</p>
<p>“Comecei a trabalhar muito cedo. A aposentadoria foi algo bem elaborado. Graças a Deus tenho uma vida confortável, tenho projetos para essa etapa, e isso deveria ser um direito de todos” (Marina, 66 anos, Psicóloga).</p>
<p>“No início senti muita falta da rotina, dos horários, da função, do agito que era a minha vida, pois teve época que lecionei nos três turnos. Depois aos poucos fui me adaptando a uma vida mais calma” (Irene, 96 anos, Professora).</p>
<p>“Estou aposentada há 14 anos e nunca fiquei um dia sequer sem fazer nada. Tenho uma atividade voluntária que me realiza muito” (Ilka, 79 anos, Enfermeira).</p>
<p>“Sou bem feliz aposentada. Tinha os dedos calejados de tanto costurar. Ganho pouco, mas tenho filhos maravilhosos que sempre me perguntam se não me falta nada. Tenho saúde e uma família, o que mais pode me faltar?” (Ceci, 72 anos, Costureira).</p>
<p>“Trabalhei como doméstica desde os 15 anos. Aposentei-me com 55. São 40 anos cuidando da casa dos outros, da família dos outros, tendo que deixar a minha para depois. Agora cuido do que é meu e me sinto muito feliz” (Alice, 60 anos, Doméstica).</p>
<p>“[...] Eu queria muito me aposentar. Não via a hora...” (Cecília, 88 anos, Professora).</p>
<p>“A rotina de uma professora é muito desgastante. Todo tipo de aluno, salário baixo, greves. A aposentadoria foi merecida, um descanso” (Rejane, 68 anos, Professora).</p>
<p>“A aposentadoria possibilitou eu me dedicar mais aos netos, mas sem muita responsabilidade, apenas quando eu estou a fim” (Tânia, 66 anos, Pedagoga).</p>

“Nos últimos cinco anos antes de me aposentar comecei a me preparar pessoal e financeiramente para isso. Não sofri nenhum impacto com as mudanças que vieram” (Vânia, 69 anos, Dentista).

“Sempre fui cozinheira, copeira, então já estava cansada das obrigações e da quantidade de serviço. Ainda bem que chegou a tão sonhada aposentadoria...” (Vera, 80 anos, Cozinheira).

Fonte: Entrevista individual com as mulheres idosas, aposentadas participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Quadro 8 – A aposentadoria feminina a partir de sentimentos de “ambivalência”

“O trabalho possibilitava eu conhecer muita gente. Quando me aposentei, me senti abandonada. Eu não tinha mais com quem falar, mas aos poucos eu fui percebendo que mudar isso dependia de mim. Então, eu virei voluntária” (Suzana, 77 anos, Telefonista).

“Por mim eu lecionava até hoje, mas a gente tem que dar lugar a quem está começando também, por isso que a gente se aposenta” (Lia, 80 anos, Professora).

“Aposentei-me e viuvei quase que na mesma época. Tinha planejado muitas coisas com ele, mas infelizmente, ou felizmente, não sei agora to realizando tudo sozinha... Sinto-me bem feliz” (Estela, 69 anos, Bancária).

“À medida que a idade foi chegando se tornou cansativa a dupla jornada (trabalho e casa). A aposentadoria veio numa boa hora” (Celina, 87 anos, Professora).

“Acho que enquanto a gente trabalha é mais valorizado, não só pelos colegas, pelo patrão, mas pela família também. Parece que a gente perde o valor quando se aposenta” (Célia, 93 anos, Confeiteira).

“Eu me aposentei, mas continuo com o salão de beleza. Então, isso possibilita me manter em atividade, trabalhando e conhecendo a vida das pessoas” (Antonia, 68 anos, Cabeleireira).

“Aposentar significou retornar para casa, os filhos, a família. Decidi por pensar que seria bom, mas, quando me aposentei e vim para dentro de casa, me deparei com o fardo que é ter que dar conta de tudo sozinha e com os problemas que todos acham que por eu estar aposentada tenho obrigação de resolvê-los” (Tereza, 61 anos, Contadora).

“Enquanto se tem trabalho o contracheque é um, quando se aposenta é outro. A gente acostuma a apoiar financeiramente os filhos e os irmãos e na aposentadoria tem que abrir mão dessa ajuda para eles; então, a gente passa a ser vista como ruim, avarenta, e a família acaba se afastando num momento em que a gente mais precisa...” (Ivone, 69 anos, Enfermeira).

“Estou aposentada há 15 anos, mas nunca saí detrás do balcão. Acho que se eu sair eu morro...”
(Alzira, 75 anos, Comerciante).

Fonte: Entrevista individual com as mulheres idosas, aposentadas participantes da pesquisa.
Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Através da análise dos dados aqui apresentados, constatou-se que a fase da aposentadoria possibilita uma reavaliação intrínseca e extrínseca da vida. Intrínseca no sentido de rever-se enquanto sujeito que dedicou anos de sua vida a uma atividade que agora não será mais a prioridade de sua vida (o trabalho) e extrínseca por ser um momento que nos direciona a desfazer os vínculos, quando não há mais a atividade de trabalho cotidiano, as pessoas são livres para formar novos círculos de amizades e se dedicar a uma nova tarefa. Nesse sentido, rever-se e desfazer vínculos significa reorientar-se.

A pesquisa mostra que a condição humana para lidar com as mudanças que a experiência da aposentadoria impõe é bastante diversificada. A aceitação, as experiências e percepções assumem conotações diferentes se analisarmos as experiências e significados da aposentadoria entre os gêneros.

Dessa forma, ficou evidenciada uma diversidade de sentimentos em relação à aposentadoria, tais como: alegria/tristeza, autoconhecimento/frustração, perda/conquista. Em alguns casos, os sentimentos são ambíguos, apresentando um misto de alegria e perda.

Através dos depoimentos observa-se que são variadas as percepções acerca da fase da aposentadoria na vida de homens e mulheres idosos, aposentados. Entretanto, verifica-se que a elaboração desta fase da vida é mais difícil entre os homens, sobretudo, quando se deparam com o regresso ao lar, ao convívio mais intenso com a família, à divisão de tarefas que a manutenção de uma casa impõe. E, principalmente, à readaptação ao cotidiano sem uma atividade de trabalho presente, pois, por questões culturais, o homem idoso de hoje, não foi socializado para a vida doméstica.

As mulheres idosas que entrevistadas demonstram não enfrentar situações dessa ordem na aposentadoria e viuvez, pois, o reduto da casa sempre foi responsabilidade sua por excelência, em função disso, são mais organizadas para conduzir o lar.

Essa inflexibilização na divisão de tarefas retrata o modelo de casamento que essas idosas viveram, onde as funções a serem realizadas pelos cônjuges eram específicas, rígidas e não compartilhadas. Esse fato reafirma a postura esperada da mulher dessa época, alicerçada, sobretudo, na dependência, controle e submissão ao homem, embora pouco à pouco fosse adentrando o espaço público.

A pesquisa constata que a experiência da aposentadoria é mais positiva para as mulheres do que para os homens idosos. A mulher, mesmo tendo vivido para a casa e os filhos, mantém vínculos sociais mais duradouros, fator este que possibilita a idosa sair e conviver socialmente mesmo que sem o marido. As mulheres idosas demonstram estar mais sintonizadas com as mudanças sociais que se expressam de diferentes formas a cada dia. Numa sociedade onde a cultura e os comportamentos alteram, paralelamente a essas mudanças, os interesses da mulher idosa também mudaram.

Para o universo feminino que compõe o estudo, a experiência do casamento, às tarefas rotineiras com a casa, são atividades, agora consideradas estafantes, representam um estilo de vida que não almejam mais para si, pois, não condiz com a “nova vida” que experimentaram através do trabalho, dessa forma, não se dedicam mais a essas funções com tanta intensidade, e as mulheres aposentadas, viúvas, não desejam reassumi-las e reproduzi-las recasando-se.

As idosas que se referem à aposentadoria como um período de difícil adaptação, são mulheres com características diferenciadas das demais: estudaram menos e não tiveram uma profissão reconhecida socialmente. Acredita-se que esses fatores, de alguma maneira, contribuíram com outra proposta de relação estabelecida com o companheiro e filhos. As que

possuem maior escolaridade vislumbram na aposentadoria, outros objetivos que não estão diretamente ligados à família e, agora, na aposentadoria, se dedicam plenamente a eles.

5.3 OS PLANOS E PROJETOS DE VIDA DE HOMENS E MULHERES IDOSOS(AS) APOSENTADOS(AS)

Como foi referida anteriormente, a sociedade moderna está projetada para atender preferencialmente os interesses e necessidades da juventude. Nessa dinâmica, nos grandes centros urbanos, os contatos interpessoais diários tendem a ser superficiais e efêmeros. Tal realidade dificulta a sociabilidade do idoso, seja nas relações de convivência familiar ou no estabelecimento de vínculos sociais com a comunidade.

Alguns idosos que vivem nas grandes cidades, não acompanham o ritmo intenso das metrópoles e essa não participação e invisibilidade social discrimina e marginaliza os mais velhos. Nesse sentido, a satisfação de vida na velhice se torna comprometida de tal forma que, reverter tal situação passa a representar um projeto de vida, na aposentadoria como se pode perceber através da fala de um(a) idoso(a) entrevistado(a):

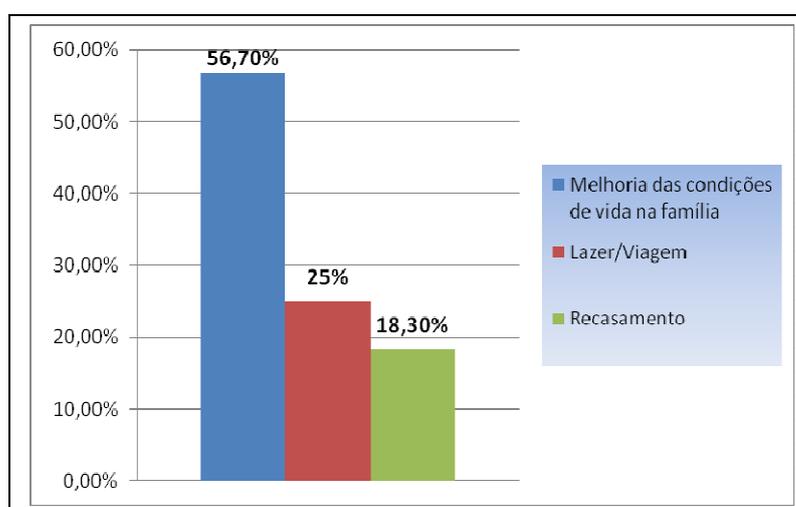
Todo mês reservo uma quantia do meu ordenado para terminar a minha obra lá no interior. Saí de lá há trinta anos e prometi que quando me aposentasse voltaria. Frequento a paróquia lá e trabalho com grupos de jovens, aqui até tentei, mas não consegui me inserir em nada (Nélson, 69 anos, Professor).

Investi em duas casas na praia. Uma para mim e outra para o filho. Sou mais feliz lá do que aqui, lá tenho amizades, ando sem medo. Quando a neta se formar nós vamos embora. Falta pouco, agora faltam menos de dois anos, para ela ter uma profissão, vai ser enfermeira. As casas já eram para estar prontas, mas surgiu a faculdade da neta [...]. O filho sozinho não ia conseguir, foi quando eu resolvi entrar e ajudar com a minha renda, até para não demorar tanto. Sonho com o nosso futuro lá na praia. Um dia ele chega (Regina, 65 anos, Professora).

Relacionar-se, ter planos e projetos na velhice, são condições importantes que contribuem para a auto-estima e a preservação da saúde entre a população idosa, pois o

fortalecimento destes laços traduz uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, uma existência mais feliz para o idoso. Para os pesquisados de ambos os gêneros constatou-se que os planos e projetos de vida na aposentadoria estão relacionados às condições socioeconômicas do idoso, pois, ela os influencia e os determina.

Gráfico 14 – Planos e projetos de vida de homens e mulheres idosos, aposentados



Fonte: Entrevista individual com os idosos(as) participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

Entre os homens idosos aposentados que apresentam renda mensal a partir de sete salários mínimos mensais, os quais correspondem a 20% do total de entrevistados, e as mulheres aposentadas que apresentam renda mensal de sete salários mínimos, as quais correspondem a 30% do total de entrevistadas, os planos e projetos de vida na aposentadoria estão relacionados ao lazer, ou seja, conseguem desfrutar de viagens e passeios garantidos com o tempo livre e o acúmulo de benefícios da aposentadoria e pensão por viuvez da qual dispõem.

A possibilidade de acesso para conhecer diferentes lugares faz esses homens e mulheres idosas sentirem-se felizes, ativos(as) e satisfeitos(as) mesmo na velhice. Nesse

sentido, o lazer representa um “investimento” em si mesmo, longe das responsabilidades familiares e atribuições domésticas que permearam suas vidas.

Para esses idosos, a renda mensal satisfatória garante o acesso para fazerem o que gostam. Essa possibilidade, mais que uma conquista, permite que tenham uma visão mais positiva em relação ao envelhecimento.

Para 56,70% dos(as) idosos(as) entrevistados(as) os projetos de vida na velhice e na aposentadoria, estão direcionados para o bem-estar familiar. Esses homens e mulheres não possuem planos individuais, específicos para si, na velhice, mas, almejam alcançar melhorias coletivas para a família. Frequentemente englobam filhos/as, noras, genros e netos. Acredita-se que tal fato possa estar relacionado a problemas socioeconômicos, ocasionados, sobretudo, pelo desemprego dos seus descendentes, conforme manifestam as falas que seguem:

Tivemos quatro filhos. Dois não tiveram muita sorte em relação a emprego. Então, a gente vive sempre ajudando. Acaba abrindo mão de muita coisa que podíamos estar investindo agora, mas, se a gente não ajudar os da gente, quem vai ajudar? (Jacinto, 74 anos, Torneiro Mecânico).

Infelizmente me aposentei. Eu tinha um sonho de me aposentar só depois de dar uma mão para a filha comprar a casinha dela, mas não consegui. E agora tampouco. Eu não consigo mais trabalho (Adão, 73 anos, Operador de Máquina).

Não espero fazer mais nada, não. Acho que o meu tempo já passou. É como diz a letra da música: Deixo a vida me levar, vida leva eu... (Eduardo, 70 anos, Auxiliar de Produção).

A primeira fala revela como projeto ou “sonho de vida”, o reingresso dos filhos no mercado de trabalho. A segunda fala direciona seus planos para a obtenção de recursos financeiros que servirá de estratégias de sobrevivência para o filho. Assim, em ambos os casos, os planos e projetos de vida desses idosos, estão relacionados à melhoria das condições de vida dos familiares, nas situações em análise, dos filhos(as). Por fim, entre os entrevistados, há os que referiram não possuir planos ou projetos de vida. Constatou-se nesses idosos, certa manifestação de apatia e falta de motivação para a vida.

5.4 A FAMÍLIA, AS RELAÇÕES SOCIAIS, O COTIDIANO E AS CONDIÇÕES DE VIDA AO APOSENTAR-SE

Em qualquer época histórica, a família é uma instituição socialmente notável pela sua universalidade. Ainda hoje, diferentes sociedades e religiões intervêm para manter a sua existência, demonstrando, dessa forma, seu papel de instituição fundamental. Ao longo dos tempos, a família evoluiu frente aos novos paradigmas que surgiram em relação as suas novas formas de estrutura e organização, bem como, frente à posição dos papéis sociais do homem e da mulher dentro do contexto familiar.

A família moderna não possui mais a mesma realidade afetiva ou material dos tempos passados, quando, seus valores eram alicerçados no patrimônio, na reputação, nas fortes raízes genealógicas e na tendência a indivisão. A família medieval cumpria suas funções, portanto, assegurando aos seus membros a transmissão da vida, dos bens e do nome (ARIÈS, 1988).

A evolução dos costumes contemporâneos levou as novas possibilidades de organização da família. A família moderna assegura ser essencial o harmonioso ajustamento da vida em comum. Seus membros unem-se pelos sentimentos, pelo afeto e pelos costumes de vida. Assim, as antigas relações sociais que levava as pessoas a se unirem para multiplicar os bens materiais ou para escapar de uma insustentável solidão já é uma realidade superada, ou então, não mais frequente.

Atualmente, as famílias não se constroem apenas por laços de consanguinidade, propriedade e herança, mas, por objetivos e possibilidades de projetos de vida em comum. Novos paradigmas em relação à família estão surgindo, possibilitando que ela se estruture não apenas a partir do conjunto de pessoas do mesmo sangue, que vivem sob o mesmo teto, e,

mais particularmente, o pai, a mãe e os filhos, mas, através de uma infinidade de “arranjos familiares”.

A rigidez de papéis não dá mais conta dentro da nova estrutura da família: autoridade absoluta e incontestável só do homem e submissão da mulher e filhos. Nesse sentido, os papéis sociais do homem e da mulher se conciliam tanto em atribuições, responsabilidades e autoridade na vida familiar. Na família moderna, as funções misturaram-se, pois, estão mais flexibilizadas, há mais abertura quanto à negociação de tarefas domésticas e compromissos financeiros, possibilitando que as ações do cotidiano se efetivem de forma natural.

Assim como a família evoluiu na sua estrutura e organização, evoluíram os modos de pensar e viver, anteriores à época desta evolução. Os sentimentos e valores de família estão fortemente arraigados nos idosos pesquisados. Os idosos entrevistados nasceram nas décadas de 1920 e 1940, é fruto de uma época assinalada pela moral conservadora, onde as convenções sociais resistiam a inovações ou reformas.

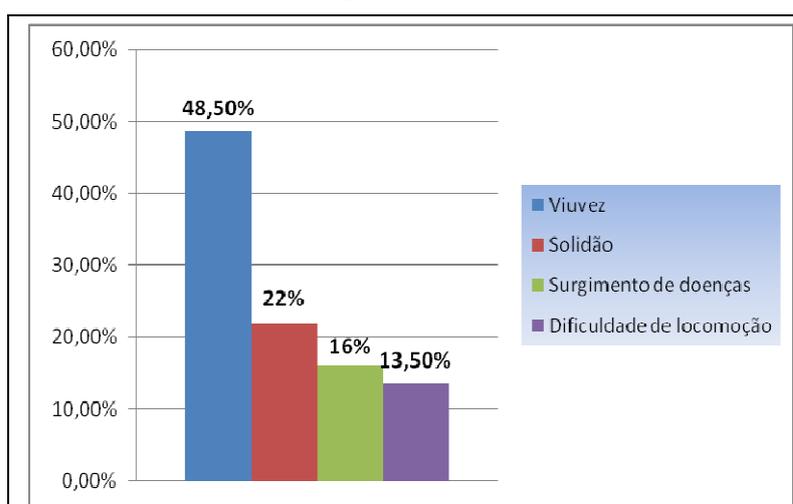
Através da história de vida dos idosos, observa-se que, a conduta humana era regida pela forte influência de preceitos religiosos. Nesse sentido, a única maneira reconhecida socialmente de um homem unir-se a uma mulher era através da aliança do casamento. Muitos idosos referem que, apenas “contraíndo matrimônio”, dentro das etapas pré-estabelecidas e aprovadas (namoro, noivado e casamento) é que se assumia a posição de esposa e marido, a fim de se chegar à constituição familiar estruturada e desejada intensamente em sua época.

Através desses moldes, difundiu-se o ideal de família harmônica, constituída pelo casal e filhos. Constatou-se que essa visão dos idosos de ambos os sexos em relação à estrutura familiar foi sendo reformulada através dos tempos, à medida que, reconhecem que grande parte das transformações dos valores sociais é indiscutível.

Percebe-se através das falas que a percepção dos idosos na faixa etária dos 70, 80 anos acerca do casamento, modificou-se. Essa posição demonstra que, mesmo os idosos estão em sintonia com as novas configurações familiares dos tempos atuais.

Entre as idosas entrevistadas que pertence a faixa etária a partir de 60 anos, as quais alguns pensadores classificam como “jovens idosos”, a representação social do casamento está fortemente associado a responsabilidades exaustivas, as quais compreendem as tarefas domésticas, a criação dos filhos e os cuidados com o marido, enfim, a todas as obrigações que zelavam pelo bem-estar da família. Na visão dos homens e mulheres pesquisados, apresentam-se as categorias eleitas como desafios da velhice.

Gráfico 15 – Desafios da velhice para homens e mulheres idosos, aposentados



Fonte: Entrevista individual com os(as) idosos(as) participantes da pesquisa. Dados coletados pela pesquisadora em abril, maio e junho de 2007.

A pesquisa revela que entre os homens e mulheres entrevistados, o evento da viuvez representa (48,50%) um desafio a ser enfrentado, quando aliada à aposentadoria e à velhice, sendo mais complicada a sua adaptação para os homens que demonstram nem sempre querer permanecer sozinhos. Para esses idosos a opção pelo recasamento é mais assídua, representando companhia, ordem na casa e possibilidade de pertencimento a uma nova família.

Cerca de 22% dos idosos sinalizaram a solidão como um dos desafios a ser enfrentado nessa fase da vida. O acometimento de doenças na idade avançada preocupa 16% dos entrevistados(as) e, por fim, possibilidade de apresentarem maior dificuldade de locomoção, tornando-os mais dependentes de familiares e/ou cuidadores é uma das inquietações da velhice para 13,50% dos sujeitos pesquisados.

As condições de vida do idoso brasileiro do atual contexto diferem consideravelmente, se nos reportarmos às décadas de 1980, 1970 ou 1960. Deve-se a isso, fatores como o acesso a saúde preventiva, planejamento familiar, saneamento básico e à criação de uma legislação específica que assegure proteção e direitos àqueles que envelhecem.

Graças à expectativa de vida aumentada, ao acesso e melhoria das condições de saúde, a universalização da seguridade social nos tornou mais longevos. Em muitas situações os proventos advindos da aposentadoria colocam o idoso brasileiro na função de chefes de família. Através da possibilidade de ingresso nos bancos escolares, reduziram o grau de dependência dos filhos e parentes, ostentando uma velhice com maior autonomia e plenitude.

Essas mudanças no papel social dos idosos nos levam a considerar que a relação existente no passado da velhice como situação de dependência e sinônimo de doença é uma tendência ultrapassada. Se hoje há algum grau de preocupação com os idosos, pode-se dizer que esse grau é determinado por fatores econômicos, pelos baixos valores repassados pelo Estado por meio das aposentadorias.

Pode-se dizer que a proporção dos sujeitos idosos entrevistados pela pesquisa, é em grande parte constituída por sujeitos “bem idosos”, ou seja, homens e mulheres com 80 anos adentrando os 90 anos. Tal realidade leva a considerar que junto com o fenômeno do envelhecimento, há uma propensão para o aumento da faixa etária dentro do próprio segmento, distinguindo-os em dois subgrupos, que denominamos como: os *idosos maduros/jovens* (de 60 a 70 anos), e os *idosos em idade avançada* (a partir de 71 anos).

Pelas variações de idade e sexo, constatou-se que quanto “mais velho” for o contingente pesquisado maior será a tendência feminina neste contingente, devido à feminização da velhice. Nogales (1998) chama atenção para as implicações desse fato, no sentido de incentivar a criação de políticas públicas, para esse segmento, pois grande parte das mulheres idosas brasileiras é viúva e vive só.

Nesse sentido, a longevidade, nem sempre é positiva, pois muitas enfrentam as debilitações físicas e biológicas em função de doenças crônicas degenerativas, enquanto os homens morrem antes. Manter a qualidade de vida na velhice para ambos requer o investimento em assistência (previdenciária, social e de saúde) maior, tanto por parte do Estado quanto das famílias, ressalta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste processo de pesquisa o qual deu origem a presente Tese de Doutorado, torna-se relevante socializar algumas considerações acerca do tema estudado. Nossas reflexões derivam da análise dos resultados da pesquisa. São, portanto, parte de uma síntese analítica, não pretendendo serem conclusões definitivas ou generalizadas, mas, podendo ser ampliadas se as considerarmos com os resultados obtidos a partir de outros estudos que tratam da mesma temática.

O envelhecimento é um processo diferenciado entre os gêneros masculinos e femininos, pertencente a uma mesma cultura ou de culturas diferentes. Para compreender tais diferenças, é preciso considerar cada época histórica e cada contexto social onde a velhice é vivida.

Ao observar a história de vida dos sujeitos pesquisados e suas experiências adquiridas ao longo dos anos, concluímos que tais fatores definem a forma como optam em viver a velhice hoje. Nesse sentido, o homem em qualquer etapa da vida deve ser compreendido na totalidade da conjuntura e estrutura social onde está inserido. Deve ser considerada toda a bagagem histórica que o constitui.

No momento atual, o mundo globalizado impõe novos valores e comportamentos sociais os quais são adotados pela juventude, sem valorizar que os idosos dominam uma sabedoria inquestionável. Esses novos padrões não consideram que as mudanças demográficas indicam que dentro de pouco tempo, o envelhecimento populacional será cada vez mais ascendente, fato este, que irá fazer com que a estrutura social se altere.

Portanto, é preciso pensar também em alternativas para essa faixa etária da população, de maneira que os idosos também sejam atingidos e considerados enquanto partícipes deste processo de transformação sócio-cultural. Nesse sentido, o homem é sujeito de um contexto histórico e contraditório.

A sociedade estigmatiza o idoso, retratando a velhice através de atributos depreciativos como se o mesmo tivesse alienado no tempo. Foi possível constatar através dos pesquisados que, mesmo na velhice, os comportamentos, valores e atitudes são repensados por homens e mulheres. Alguns são até superados e considerados ultrapassados pelos próprios idosos.

Tal fato se evidenciou através das falas de homens e mulheres idosos ao revelarem seu ponto de vista acerca de temas como: velhice, aposentadoria, os novos papéis atribuídos aos gêneros, cotidiano, relações sociais e família. As revelações sustentam um discurso de harmonia com os novos tempos, se comparados, ajustam-se com a maneira de pensar e agir de muitos jovens. Mas, na sociedade, a ideologia pregada, sobretudo pela mídia impede que os idosos verbalizem seus valores adequados aos novos tempos.

Com base na análise dos dados, conclui-se que, a aposentadoria quando enfrentada pelo homem, em geral se traduz em solidão, desamparo e desorganização, no que diz respeito ao domínio do espaço privado com o qual nunca se envolveu. Nesse sentido, uma vez viúvo e aposentado, a tendência masculina em optar pelo recasamento está diretamente ligada a essas dificuldades.

A mulher idosa, ao contrário do homem, descobre através da aposentadoria a possibilidade de um novo ritmo e estilo de vida jamais vislumbrado antes. Na aposentadoria, o gênero feminino interage mais socialmente. As idosas mesmo as viúvas, saem mais, se divertem, conhecem outros parceiros sem a pretensão de ingressar num novo casamento, pois, a experiência que possuem deste, está relacionada com uma série de responsabilidades que já não fazem mais parte de sua vida.

A aposentadoria faz as idosas despertarem para uma nova vida, até então, desconhecida, mas, repleta de expectativas, de sensações desconhecidas, que é conquistada através da possibilidade de viver como desejar. Constatou-se, portanto, que ao estudar o envelhecimento e relacioná-lo com as questões de gênero, há de se considerar que, assim como a maneira que se opta em viver a velhice, a aposentadoria é uma experiência ímpar para homens e mulheres idosos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem de Azevedo. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Arte Poética, 1995.

AMANN, Peter H. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao mundo do trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. LTC Editora. Rio de Janeiro, RJ, 1981.

_____. *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio d'Água, c1988.

BACELAR, R. *Envelhecimento e produtividade: processos de subjetivação*. Pernambuco: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 1999.

BAPTISTA, Sylvia M. S. *Maternidade e profissão: oportunidade de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

BARROS, M. L. *Autoridade e afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. *O segundo sexo – 1: fatos & mitos*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BEYNON, H. *Trabalhando para Ford*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOAS, Franz. The limitation of comparative method of anthropology. *Science*, v. 4, p. 12, 1972.

BOGDAN, Robert C. *Investigação qualitativa em educação*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo; as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, jan. 1994.

_____. Decreto nº. 9.912-A, de 26 de março de 1888.

_____. Lei nº. 3.397, de 24 de novembro de 1888.

_____. Decreto nº. 10.269, de 20 de julho de 1889.

_____. Decreto nº. 565, de 12 de julho de 1890.

_____. Decreto nº. 942, de 31 de outubro de 1890.

_____. Lei nº. 217, de 29 de novembro de 1892.

_____. Decreto nº. 9.284, de 30 de dezembro de 1911.

_____. Decreto nº. 9.517, de 17 de abril de 1912.

_____. Lei nº. 3.724, de 15 de janeiro de 1919.

_____. Decreto-Lei nº. 4.682, de 24 de janeiro de 1923.

_____. Constituição Federal de 1934.

_____. Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), de 26 de agosto de 1960.

_____. Constituição Federal de 1962.

_____. Lei nº. 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

_____. Constituição Federal de 1977.

_____. Lei nº. 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a Lei do Divórcio.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre a Consolidação do Sistema Único de Saúde.

_____. Lei nº. 8.242 e 8.213, de 24 de julho de 1991.

_____. Lei nº. 8.742/93. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, 1993.

_____. Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília/DF, 1994.

_____. Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a Reforma da Previdência Social no Brasil.

_____. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o Novo Código Civil.

_____. Emenda Constitucional nº. 41, de 2003. Dispõe sobre as Aposentadorias.

_____. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.

BULLA, L. C.; BARRILI, H. C.; ARAÚJO, J. M. *A pesquisa em serviço social e nas ciências humano-sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____. *Serviço Social, educação e práxis: tendências teóricas e metodológicas*. Porto Alegre, 1992.

_____. *A produção de conhecimento no mestrado em Serviço Social da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

CAMARANO, A. A. (Org.). *Idosos brasileiros: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas*. Brasília: Presidência da República, Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005.

_____. ; KANSO, S.; LEITÃO E MELLO, J. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25-74.

CARVALHO, Raul. *Serviço Social, Brasil, História*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, J. A. M. de. *Declínio da fecundidade no Brasil, ritmo de crescimento demográfico e distribuição etária da população*. Revista da ANPEC, economia. Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p. 30-36, nov. 1984.

CASTEL, Robert. *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTRO, Odair Perugini de. *Velhice, que idade é essa? Uma construção psicossocial do envelhecimento*. Porto Alegre: Síntese, 1998.

CEI/RS. *Os idosos do Rio Grande do Sul; estudo multidimensional de suas condições de vida: relatório de pesquisa*. Porto Alegre: CEI/RS, 1997.

COSTA, A. O. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Ruthe Corrêa da. *As pessoas idosas em evidência na contemporaneidade: desafios cotidianos no trabalho, na família e na vida social*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, março, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

COWWGILL, Donald Olen; HOLMES, Lowell. *Aging and modernization*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972. (ATN Traduções, São Paulo; Brasil)

CUMMIG, Eliane; HENRY, William. *Growing old*. New York: Basic Books, 1961. (ATN Traduções, São Paulo; Brasil)

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEBERT, G. G. Gênero e envelhecimento. *Estudos Feministas*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 33-51, 1998.

DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Graal, 1997.

DEPS, Vera Lúcia. Atividade e bem-estar psicológico da maturidade. In: FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez. 1997.

DESEMPREGO aumenta no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, quarta-feira, 1 out. 2003.

DOURADO, M.; LEIBING, A. (2002). Velhice e suas representações: implicações para uma intervenção psicanalítica. Disponível em: <<http://www.uerj.br/revispsi/v2n2/artigos/artigo4.html>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo; Perspectiva, 1979.

EUROPEAN, Commission. Eurostat Publications. Population and Social Conditions (2008). Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal>>.

FRAIMAN, A. *Coisas da idade*. São Paulo: Gente, 1995.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Ciência e engajamento: responsabilidade social do pesquisador. *Reflexão*, Porto Alegre, n. 28, 1984, p. 5-8.

GAGNETEM, Maria Mercedes. *Hacia una metodología de sistematización de la practica*. Buenos Aires: Humanitas, 1987.

GUEDES, M. E. F. Gênero – o que é isso? *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 15, n. 1/3, p. 4-11, 1995.

GUEIROS, M. C.; FUCS, R. *Tudo e mais uma supresa*. Trad. Ray Romano. Rio de Janeiro: Frente, c1991.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência*. São Paulo: Cortez, 1993.

HARDING, S. *The science question in feminism*. London: Cornell University Press, 1986. (Tradução)

HAUENSTEIN, Deisi. *Monografias, dissertações e teses: manual completo para normalização segundo ABNT*. Introdução, organização e revisão: Denise Pazetto. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1989.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

_____. *O cotidiano e a história*. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Sociologia de la vida cotidiana*. 3. ed. Barcelona: Península, 1991.

_____. *Historia y futuro: sobrevivirá la modernidad*. Barcelona: Península, 1991.

_____. *Instinto, agresividad y carácter*. 2. ed. Barcelona: Península, 1994.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo demográfico 2000*, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso diário.

_____. *Censo Demográfico 2001*.

_____. *Censo Demográfico 2002*.

JACOBINA, Eloá; KÜHNER, Maria Helena (Org.). *Feminino & masculino: no imaginário de diferentes épocas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

KALACHE, A. *Recente trends in mortality rates among the elderly in selected low mortality developing populations*. Paper present to the Conference on Heath and Mortality Trends

Among Elderly Populations: Determinants and Implications. United Nations/IUSSP/WHO. Sendai City, Japan, June 21 to 25, 1993.

KAMMER, Marcos. *A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna: uma leitura a partir das barbas de Marx*. Porto Alegre: 1998.

KASTENBAUM, Robert. *Velhice, anos de plenitude*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

KEESING, Felix. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Obra revisada em 1999)

KROEBER, Alfred. O superorgânico. In: PIERSON, Donald (Org.). *Estudos de organização social*. São Paulo: Martins, 1949.

KUNZLER, Rosilaine Brasil. *Envelhecimento e gênero: percepções e vivências de idosos na viuvez*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: 2004.

_____. Rosilaine Brasil; BULLA, Leônia Capaverde. *Envelhecimento e Gênero: distintas formas de lazer no cotidiano*. Pg. 81-87. In: DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto José Corrêa da (Org.). *Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos*. Editora Dora Luzzatto, Porto Alegre: 2005.

_____. Rosilaine Brasil; GOMES, Brenda; SALDANHA, Sílvia Braccini. *O Serviço Social no Exército: relato de uma experiência*. Pg. 99-103. In: RIGO, Júlio César; TRAPP, Mirian Gehres (Org.). *O modelo e suas dicas de saúde: NATIEX – Núcleo de Atendimento à Terceira Idade do Exército*. EDIPUCRS, Porto Alegre: 2008.

LACAN, J. *A família*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1978.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Técnicas em pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação*. 4. ed. ver. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LAVILLE, Christian. *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

LÉGER, J. M. et al. *Psicopatologia do envelhecimento: assistência aos idosos*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1976.
- LIPOVETSKI, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Tradução Therezinha Monteiro Deutsch, Barueri, SP: Manole, 2007.
- LODI, João Bosco. *A entrevista: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1974.
- LORDA, C. Raul; SANCHEZ, Carmem Delia. *Recreação na Terceira Idade*. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- LOURO, Licéa de Almeida. *O assistente social: os limites de sua consciência possível*. Rio de Janeiro, 1987.
- LUFT, Lya. *Perdas & ganhos*. 33. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- LUNDENBERG, George A. *Técnica de la investigación social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
- MANN, Peter H. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MAGALHÃES, C. A. (Org.). *Discussões acerca da Previdência Social no Brasil*. Brasília/DF, 1995.
- MARSHALL, T. H.. *Política social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MÉDICI, A. A. *A Seguridade Social no Brasil*, Brasília/DF. ENAP, 1997.
- MARINHO, Inezil Penna. *Introdução ao estudo da metodologia científica*. Brasília: Brasil, s.d.
- MARINHO, Pedro. *A pesquisa em ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: NEPI. *Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio*. São Paulo: PUCSP (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.
- _____. *Serviço Social: identidade e alienação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARTINS, Joel; CELAN, M. Antonieta Alba. *Subsídio para redação de teses de mestrado e doutoramento*. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos & filosóficos*. São Paulo: Edições 70, 1996.
- MÉDICI, A. A. *A seguridade social no Brasil*. Brasília/DF: ENAP, 1997.

MONTEIRO, Pedro Paulo. *Envelhecer: histórias, encontros, transformações*. Belo Horizonte: Autêntica, 1991.

MORAGAS, R. *Gerontologia social: envejecimiento y calidad de vida*. Barcelona: Herder, 1991.

_____. *Gerontologia social*. São Paulo: Paulinas, 1997.

MOTTA, Edith. Preparação para a aposentadoria e os programas nesta área. In: REY, F. B. et al. *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 51, p. 107-148, ago. 1999.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). *Qualidade de vida e idade madura*. São Paulo: Papirus, 1993.

_____. *Envelhecer num país de jovens*. Campinas: Unicamp, 1991.

NOGALES, A. M. V. A mortalidade da população idosa no Brasil. *Como vai? População brasileira*. Brasília: IPEA, ano III, n. 3, p. 24-32, dez. 1998. NOVAES, Maria Helena. *Psicologia da Terceira Idade: conquistas possíveis e rupturas necessárias*. Rio de Janeiro: Nau, 1997.

_____. *Conquistas possíveis e rupturas necessárias*. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

OMS. *OMS (World Health Organization): population ageing – a public health challenge*. *Who Information, Fact sheets*. n. 135 set. 1998. Disponível em: <www.who.int>. Acesso em: jul. 2007.

ONU – Organização das nações Unidas. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso diário.

PALMA. *Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida*. Passo Fundo: UPF, 2000.

PERROT, Michele; DUBY, Georges. *As mulheres e a história*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PESSINI, Léo. *Fundamentos da bioética*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Envelhecer com dignidade! *Revista O Mundo da Saúde*, ano 21, v. 21, n. 4, jul./ago. 1997. Editorial.

PFEIFER, Lauro Elemar. *Planeje sua aposentadoria*. CD ROOM. Ijuí, RS, jul. 2006.

POLIN, Raymond. *La création des valeurs: recherches le fondement de l'objectivité axiologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1944.

PY, Lígia et al. *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 37.837, de 21 de outubro de 1997. A nova redação do Decreto nº 32.989, de 11 de outubro de 1988, que criou o Conselho Estadual do Idoso, alterado pelo decreto nº. 34.139, de 27 de dezembro de 1991 e respectivo Regimento Interno. Porto Alegre, out. 1997.

_____. Lei nº. 11.517, de 26 de julho de 2000. Institui a Política Estadual do Idoso. Porto Alegre, jul. 2000.

SALGADO, Carmem Delia Sanchez. *Trabajo Social e vejez*. Buenos Aires: Humanistas, 1990.

SALVAREZZA, L. *Psicogeriatría*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

SAMARA, E. M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, G. A.; VAZ, C. E. Grupos da terceira idade, interação e participação social. In: ZANELLA, A. V. et al. *Psicología e práticas sociais*. Porto Alegre: Abrapsosul, 1997.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU, 1990.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, J. Histórias das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SCHNORR, Ruthe Corrêa da Costa. *O Cotidiano de Trabalho na Terceira Idade: uma realidade em questão*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

SERRA, Rose Mary Souza (Org.). *Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens*. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMÕES, R. *Corporeidade e terceira idade – a marginalização do corpo idoso*. São Paulo: Unimep, 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (Org.). *Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. São Paulo: Cortez, 2004.

STREY, Marlene Neves et al. *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

STREY, Marlene Neves. A mulher, seu trabalho, sua família e seus conflitos. In: STREY, M. N. (Org.). *Mulher. Estudos de gênero*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

_____. Gênero. In: JACQUES, M. G.; STREY, M. N. (Orgs.). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Mulher e trabalho. In: STREY, M. N. (Org.). *Gênero por escrito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

_____. *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SULIANI, Antônio. *Suliani Editografia Ltda.* editor@suliani.com.br

THOMPSON, P. A. *A voz do passado*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TYLOR, Edward. *Primitive culture*. London: John Mursay & Co.; New York: Harper Torchbooks, 1977.

VÁSQUES, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VERAS, Renato Peixoto. *Pais jovem com cabelos brancos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

WHITAKER, Dulce. *Homem & mulher: o mito da desigualdade*. São Paulo: Vozes, 1988. (Coleção Polêmica)

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.

ZILLES, Urbano. *Visão personalista e evolucionista do homem*. Porto Alegre: Acadêmica, 1984.

ZIMERMAN, Guite I. *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Informado e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOCTORADO
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO

Eu.....declaro que desejo participar da pesquisa intitulada “A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA A PARTIR DA APOSENTADORIA E DO ENVELHECIMENTO”. Este estudo tem por objetivo geral: “Verificar como se processa a passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado e que ressignificados dão as suas vidas homens e mulheres idosas frente a esta nova realidade em questão”.

Colocando-me na condição de entrevistado pela doutoranda Rosilaine Brasil Kunzler (autora da pesquisa), orientada pela Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla, declaro estar ciente de que as informações prestadas serão gravadas, transcritas e utilizadas total ou parcialmente em prol do estudo acima citado. Os dados serão utilizados, entretanto, minha identidade será mantida em sigilo. Em qualquer momento, poderei desistir ou solicitar novos esclarecimentos acerca desta pesquisa e quanto ao uso da minha entrevista através dos telefones: (51) 33203500/Ramal 4114, da doutoranda Rosilaine Brasil Kunzler e/ou do Comitê de Ética em Pesquisa: (51) 33203345 e (51) 33202687.

Estando ciente,

Entrevistado(a)

Rosilaine Brasil Kunzler – Pesquisadora/Doutoranda

Leonia Capaverde Bulla – Orientadora – Pesquisadora Responsável

Porto Alegre, RS, ____ de _____ de 2007.

APÊNDICE B

Instrumento: Questionário e Roteiro de Entrevista

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DOUTORADO

Pesquisa:

“A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA A PARTIR DA APOSENTADORIA E
DO ENVELHECIMENTO”.

ROSILAINE BRASIL KUNZLER – Doutoranda

A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Endereço:
Bairro:
Município:
CEP:
Teefones:

B – DADOS GERAIS

1. Qual a sua naturalidade: _____

2. O(a) Sr.(a) nasceu em meio urbano ou rural?
 urbano rural não sabe não respondeu

3. Sexo: masculino feminino

4. Cor: branca preta amarela parda

5. Estado Civil:
 solteiro(a)
 casado(a)
 viúvo(a)
 desquitado/separado(a)
 outros. Qual? _____

6. Idade Data de Nascimento: ___/___/____.
-] 60 – 64 anos
 -] 65 – 70 anos
 -] 71 – 74 anos
 -] 75 – 80 anos
 -] 81 – 85 anos
 -] 85 – 90 anos
 -] 91 anos ou mais. Quantos? _____

7. Escolaridade:
-] analfabeto
 -] primário incompleto
 -] primário completo
 -] secundário incompleto
 -] secundário completo
 -] superior incompleto
 -] superior completo

C. QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE MORADIA E INFRA-ESTRUTURA

8. Em que tipo de moradia o (a) Sr. (a) vive?
-] casa
 -] apartamento
 -] quarto/cômodo
 -] outros. Qual: _____
9. Sua moradia é:
-] própria
 -] alugada
 -] cedida
 -] invadida
 -] outros. Qual? _____

10. Qual o material de construção de sua moradia?

- alvenaria
- madeira
- mista
- outros. Qual: _____

11. Possui abastecimento de água, energia elétrica, instalação sanitária e coleta de lixo?

- sim
- não

12. Quantas pessoas residem na sua moradia?

- uma pessoa / só o idoso(a)
- duas pessoas
- três pessoas
- quatro pessoas
- cinco pessoas ou mais. Quantas? _____

D – QUANTO À SITUAÇÃO ECONÔMICA:

13. Qual a sua renda mensal? R\$ _____

14. Qual a origem da sua renda?

- aposentadoria
- pensão
- benefício de prestação continuada (BPC)
- outros. Qual? _____

15. Qual a sua principal despesa mensal?

- ajuda familiar
- habitação
- lazer
- saúde
- outros. Qual? _____

16. Quantas pessoas vivem desta renda?

- uma pessoa / só o idoso(a)
- duas pessoas
- três pessoas
- quatro pessoas
- cinco pessoas ou mais. Quantas? _____

E – QUANTO À SAÚDE:

17. Em geral diria que sua saúde é:

- ótima
- boa
- regular
- ruim
- péssima

18. Qual foi a última vez que foi ao médico?

- há ___ mês(es)
- há ___ ano(s)
- não lembra

19. O atendimento foi realizado na:

- rede pública
- rede privada

20. Ao receber receita e orientação médica teve acesso aos medicamentos?

- sim
- não

21. Nos últimos meses / ano, sofreu alguma intervenção hospitalar?

- sim
- não

22. Pratica alguma atividade física?

- sim. Qual? _____
- não

F – QUANTO À FAMÍLIA:

23. Quantos filhos o(a) Sr.(a) teve?

um filho

dois filhos

três filhos

quatro filhos

cinco filhos ou mais. Quantos? _____

24. Atualmente o Sr.(a) mora?

sozinho

com cônjuge / companheiro(a)

com companheiro(a) e filho(s)

com filho (s) e neto(s)

outros. Com quem? _____

G – FALE SOBRE:

25. Suas relações familiares/sociais.

26. Sua principal ocupação durante a maior parte de sua vida de trabalho.

27. Atualmente qual a sua principal ocupação para o tempo livre?

28. Sua percepção e sentimentos em relação à aposentadoria e a velhice.

29. Qual(ais) o(s) seu(s) plano(s) e projeto(s) de vida atual e futuros?

30. Para o(a) Sr.(a) o que é mais importante nessa fase da vida?